Marfrig Global Foods S.A.

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – Companhia Aberta

Relatório da Administração – 2014

1. MENSAGEM DO *CHAIRMAN*

Quero iniciar desejando a todos um 2015 com muita saúde e paz.

Terminamos o ano de 2014 com muitas realizações. Investimos na pecuária de qualidade com o lançamento do Programa Marfrig +, um programa inovador que proporciona um salto de melhoria genética da qualidade da carne nacional e ao mesmo tempo visando antecipar o aumento da produção da carne brasileira.

Este programa integra diversos elos fundamentais da cadeia, podendo criar um novo rumo para a produtividade do gado de corte. Criamos um Comitê Técnico que irá acompanhar a produção de ponta a ponta, composto por criadores, terminadores, associações de classe, Marfrig como indústria e clientes nacionais e internacionais. Nosso compromisso com a qualidade em tudo que fazemos nunca esteve tão forte, assimilado pela cultura do grupo. Acreditamos em parcerias, só somos fortes quando estamos alinhados com nossos parceiros nas mais diversas cadeias em que atuamos, quer seja as mais de 700 granjas no Reino Unido abastecendo a Moy Park quer seja com nossos sócios nas diversas *Joint Ventures* que temos na Ásia. Trabalhar com parceiros é um ativo que preservamos e nos diferencia.

Temos ainda oportunidades grandes com as nossas marcas. A marca Bassi, uma das melhores carnes do Brasil, ainda tem muito espaço para crescer em âmbito nacional. Nossa reputação no canal *food service* só se consolida graças à confiança de nossos clientes.

Trabalhamos ao longo de 2014, focando em inovação, qualidade, garantia de regularidade a milhares de clientes que atendemos em mais de 60 países e com foco na rentabilidade do negócio.

O Conselho de Administração esteve muito presente ao longo de todo o ano, apoiando e acompanhando de perto a execução da Estratégia Focar para Ganhar. Posso dizer que em nome do Conselho, o ano de 2014 se caracterizou como um ano de entrega e de grande alinhamento entre o corpo executivo da empresa e o Conselho. Hoje podemos dizer que temos uma grande equipe, permeada nos mais diversos níveis do grupo. O esforço empreendido nos últimos anos em trazer talento e desenvolver talento interno, deu resultados e o melhor está ainda por vir.

A todos nossos colaboradores, clientes, acionistas e membros dos diversos Conselhos e Comitês, o meu muito obrigado.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2014 foi um ano muito importante para o nosso grupo.

Promovemos nossas marcas em um dos maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol, onde tivemos mais de 3.000 convidados do Brasil e do exterior, ao longo de todo o evento.

Atingimos nossas metas operacionais e financeiras estabelecidas para 2014, apesar das dificuldades do ano. Já no final de 2013, havíamos decidido sair com metas específicas para o mercado, *'Guidance*', delineando quatro metas importantes: receita líquida, margem EBITDA, investimentos e fluxo de caixa livre.

Ficamos felizes em ver os acionistas existentes e os novos nos recompensando através da valorização da nossa ação pelo trabalho dos nossos colaboradores, mais de 45.000 ao fim de 2014, e pela confiança depositada à empresa pelos pecuaristas e fornecedores em geral, bem como nossos clientes. O mercado soube reconhecer nossa determinação e foco operacional.

Continuamos a reforçar nossa liderança no setor de proteínas animais na área de sustentabilidade, com nosso compromisso com qualidade e inovação e nossa determinação em atender nossos clientes da melhor forma possível e ajudá-los em suas estratégias.

Tudo isso se reflete no ano de execução operacional, à ambição de crescimento sustentável, visando o lucro, objetivo final de qualquer companhia. Todas as unidades de negócio terminaram o ano de 2014 com margens superiores a 7% de EBITDA.

A estratégia Focar para Ganhar dá resultados, alinhando a empresa a uma única direção de crescimento. Este é o início da transformação de valor que o grupo já começou a implementar, alicerçado por um quadro único de executivos(as) totalmente comprometidos(as) com a geração de valor e a criação de uma das melhores plataformas de alimentos do mundo.

O meu muito obrigado a todos que apoiam à empresa e sua estratégia. Nosso compromisso será a construção de uma melhor Marfrig a cada ano.

Sergio Rial
Presidente Executivo

3. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A **Marfrig Global Foods S.A.** é uma empresa global de alimentos que atua nos segmentos de *food service* e varejo, oferecendo soluções de alimentação inovadoras, seguras e saudáveis. Com um portfólio de produtos diversificado e abrangente, a Companhia é compromissada com a excelência e qualidade, garantindo a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados, além das casas de consumidores em mais de 110 países.

As atividades da empresa dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, incluindo carne bovina, ovina, aves e peixes, além de outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, vegetais congelados e sobremesas, entre outros.

Com aproximadamente 45 mil colaboradores, o Grupo Marfrig é o maior produtor de ovinos na América do Sul, o segundo maior produtor de aves do Reino Unido e a maior companhia privada no Uruguai e na Irlanda do Norte.

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por 78 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados em 16 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A localização estratégica de suas unidades, associada a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores, constitui um *mix* de exposição único no segmento, diversificado tanto em relação à produção, origem das vendas e rentabilidade, quanto em termos de presença em mercados emergentes e mercados maduros.

A Marfrig possui capacidade anual de produção de 900 mil toneladas de alimentos industrializados e capacidade anual de processamento de mais de 5 milhões de cabeças de gado, 400 milhões de frangos, 6 milhões de perus e 3 milhões de ovinos. Essa plataforma de produção confere capacidade de crescimento significativa à Companhia, bem como a habilidade de se proteger contra riscos inerentes ao setor.

O Grupo Marfrig é composto por três unidades de negócio, cada qual com linhas de produtos e atuação geográfica distintas, que se complementam formando um portfólio de produtos amplo e uma plataforma produtiva diversificada, de abrangência global:

- **Marfrig Beef:** Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro, com grande *expertise* no segmento de *food service* no mercado doméstico, além de uma atuação forte no mercado externo, onde é igualmente reconhecida pela qualidade dos seus produtos *premium*. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, Argentina e Chile, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.
- **Moy Park:** Segundo maior sistema integrado de produção de alimentos industrializados à base de carne de aves do Reino Unido. Com foco no mercado europeu de alimentos industrializados e carnes frescas à base de frango e peru em sua maioria, a Moy Park possui forte presença nas principais redes de varejo e *food service* no Reino Unido e Europa Continental.
- **Keystone:** Fornecedora de alimentos à base de proteína animal para as principais redes de restaurante do mundo, concentrando suas operações nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina seu amplo conhecimento na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um *mix* completo de produtos resfriados e congelados.

4. ESTRATÉGIA - FOCAR PARA GANHAR

No ano de 2014, a Marfrig consolidou sua estratégia Focar para Ganhar, apresentada ao mercado em outubro de 2013. Desenvolvida para conduzir a Marfrig para a melhora operacional e da geração de benefícios sociais e retorno financeiro aos investidores, a estratégia estabelece os alicerces de uma cultura corporativa centrada no cliente; com mentalidade de inovação; buscando o crescimento com rentabilidade; com sólida experiência em *food service* e varejo; comprometida com altos padrões de segurança alimentar, qualidade e liderança em sustentabilidade.

Os objetivos de crescimento de cada uma das unidades de negócio do grupo seguem abaixo destacados:

- **Marfrig Beef:** o principal objetivo é elevar a geração de caixa por meio da eficiência e otimização do uso dos ativos. Para isso, são implementadas medidas visando o aprimoramento da gestão de estoques, melhora nas condições de pagamento e recebimentos e o aumento de utilização da capacidade das plantas. O crescimento da receita tem como foco a maior participação em canais de distribuição mais rentáveis como os canais de *food service,* exportação e pequeno varejo. Aproveitando-se das boas condições de exportação do Uruguai, a Marfrig Beef busca maior conectividade com os outros segmentos de negócios do Grupo, ampliando o fornecimento de carne a partir da América do Sul. Adicionalmente implementamos um projeto de Agenda de Produtividade nas operações do Brasil onde buscaremos economias em custos e despesas.
- **Moy Park:** a estratégia de crescimento é baseada no aumento das vendas de alimentos com maior valor agregado no canal de varejo e para o *food service,* aproveitando-se do crescimento desse setor assim como a expansão das operações para a Europa Continental. Beneficiando-se de sua posição de liderança na produção de frango criado localmente na Irlanda e no Reino Unido e de seu reconhecimento como uma das maiores produtoras de frango orgânico da Europa, a Moy Park busca expandir suas vendas no Reino Unido e na Europa Continental.
- **Keystone:** o crescimento dos negócios dos Estados Unidos está baseado na diversificação do portfólio de clientes de *food service*. Na Ásia e Oriente Médio, a estratégia de crescimento é focada no estabelecimento de parcerias e *joint ventures* para promover e sustentar o crescimento continuado em mercados-chave, como China. Globalmente, a Keystone concentra ainda esforços em crescer e diversificar sua atuação no mercado de carne bovina, melhorando sua cadeia de suprimentos com maior integração com a Marfrig Beef.

5. CONTEXTO SETORIAL

Brasil: O ano de 2014 foi marcado pelo avanço das exportações brasileiras de carne bovina e a retomada do país da posição de maior/principal exportador de carne bovina no mundo. O cenário de demanda firme nos mercados internacionais, além da abertura de novos destinos para a carne brasileira, das restrições nos rebanhos em importantes exportadores globais e da desvalorização do Real frente ao Dólar impulsionaram avanços tanto em volumes quanto em preços.

Com um rebanho de aproximadamente 200 milhões de cabeças de gado, basicamente alimentado a pasto, o Brasil encontra-se em posição favorável em comparação com outros países exportadores. Mesmo com a forte alta no custo do boi gordo no ano (25% contra 2013), em função do aumento do abate e da seca enfrentada em diversos estados brasileiros, o Brasil ainda se encontra em posição de destaque em relação a Estados Unidos e Austrália, os quais passam por um momento de recomposição do rebanho.

Adicionalmente, a abertura de novos mercados para a carne bovina brasileira tem corroborado o bom desempenho das exportações. Ao longo de 2014, a China derrubou o embargo à carne bovina brasileira e Rússia aumentou o número de frigoríficos no país habilitados a exportar. Além do aumento dos volumes, as recentes aberturas exercem um papel importante para influenciar potenciais novos mercados a seguirem o mesmo caminho. Vale ressaltar que o Brasil ainda não tem acesso a maioria dos principais importadores globais de carne bovina como os EUA, Japão, Coréia do Sul, Canadá, México e Indonésia.

A desvalorização cambial também colaborou significativamente para um aumento da competitividade da carne brasileira nos mercados externos. O Dólar médio ficou em R$ 2,35/US$ em 2014, em comparação com R$ 2,16/US$ em 2013, uma variação de 9%.

Por outro lado, a desaceleração da economia brasileira, as pressões inflacionárias e o cenário de incerteza frente aos possíveis ajustes no rumo das políticas fiscal e monetária, impuseram um cenário interno desafiador, com o consumidor menos disposto gastar. Dessa forma, o repasse do aumento dos custos de produção (aumento no preço do boi gordo) se deu de forma mais lenta no mercado doméstico.

Uruguai e Argentina: O Uruguai apresentou menor pressão de preços da arroba de boi neste ano, explicado pela maior disponibilidade de gado no país. O Uruguai já possui acesso aos principais mercados importadores de carne bovina. As exportações, que representam aproximadamente 75% da produção do país, superaram a marca de 365 mil toneladas de carne bovina embarcadas em 2014. Os principais destinos da carne uruguaia são a Nafta, China, Europa, Mercosul e Rússia.

Na Argentina, o abate total de bovinos teve uma redução de 3,7% em 2014. A produção de carne é direcionada ao mercado interno, em função das dificuldades em se obter licenças para exportar e das sobretaxas sobre a exportação. Dessa forma, as exportações representaram apenas 7,2% do total de carne bovina produzida no país.

Europa: O mercado de aves em 2014 foi favorecido pelo baixo custo de grãos. No Reino Unido, onde a ração dos frangos e perus é à base de trigo e soja, os preços médios destes insumos reduziram-se 20,9% e 2,3% respectivamente em comparação com os preços ao final de 2013, segundo dados da Defra (*Department for Environment Food & Rural Affairs*).

O impacto desta diminuição de preços foi parcialmente repassada pela indústria de aves no Reino Unido. Segundo dados da Defra, o preço médio do frango fresco vendido ao varejo do Reino Unido reduziu 1,32% (em moeda local).

O consumo de carne de aves no Reino Unido tem sido impulsionado por uma maior conscientização da população com relação à alimentação saudável em adição ao controle de rastreabilidade e das garantias de qualidade do produto, com varejistas e clientes dando maior importância à procedência dos produtos.

Estados Unidos: O custo de insumos de produção para ração de frango nos EUA que, diferentemente da Europa, é à base de milho e soja, também diminuiu. Segundo dados da USDA, o preço médio do milho reduziu 33,2% em comparação com o preço ao final de 2013. A expectativa para 2015 é de alta recorde na produção de milho e soja, mantendo os preços em baixos patamares para o ano.

Por outro lado, o preço do frango permaneceu em altos patamares, apesar das sanções da Rússia, devido principalmente à alta demanda do México, cuja produção foi afetada por casos de gripe aviária.

No setor de *food service,* segundo a Associação Nacional de Restaurantes dos EUA (NRA), as vendas superaram US$ 683,4 bilhões em 2014, valor 3,6% superior ao registrado em 2013. Este é o quinto ano consecutivo de alta registrado nos EUA e, para 2015, as estimativas do NRA são de expansão de vendas de 3,8%, para US$ 709,2 bilhões de vendas no ano.

APMEA: O crescimento do PIB, a urbanização e a expansão da classe média consumidora têm colaborado para mudar os hábitos alimentares dos chineses e regiões da APMEA, afetando positivamente as vendas do setor de *food service*. A rede KFC, por exemplo, tem mais de 4.500 restaurantes na China, em mais de 1.000 cidades e o Mc Donald's inaugurou, em média, mais de 300 lojas por ano desde 2008 na região da APMEA, alcançando cerca de 10.000 lojas. Existe ainda um grande potencial de expansão do número de lojas de restaurantes, tanto nos grandes centros como nas cidades no interior.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. RESULTADO CONSOLIDADO

: RECEITA LÍQUIDA:

A receita operacional líquida apresentou aumento de 12,4%, passando de R$ 18.752,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 21.073,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, explicado pelo ao aumento de 7,3% nos volumes vendidos, de 4,7% nos preços médios. Neste período houve desvalorização do Real frente ao Dólar de 9%.

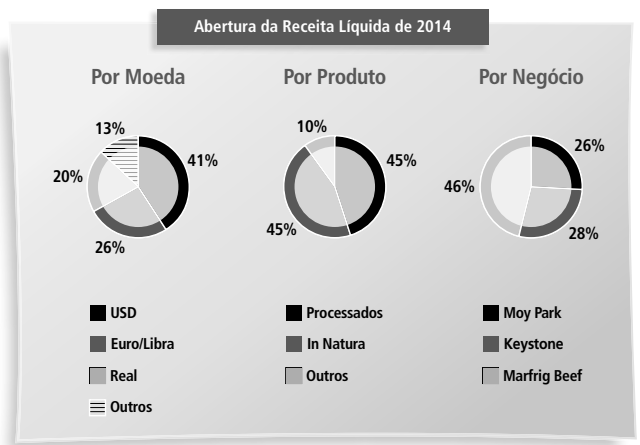
O segmento de negócios Marfrig Beef respondeu por 45,9% da receita consolidada, em linha com sua participação em 2013 de 46,2%, a Keystone somou 28,0% da receita (28,6% em 2013), enquanto a Moy Park representou 26,1% do total (25,2% em 2013).

O aumento na receita operacional líquida resultou, principalmente, do aumento nas vendas em todas as nossas unidades de negócio, inclusive:

(i) aumento de 11,7% na receita operacional líquida da Marfrig Beef devido ao maior volume de exportações a partir do Brasil (13,6% superior se comparado com 2013), ao excelente resultado apresentado pelas operações do Uruguai que compensou em boa parte as condições adversas enfrentadas nas operações da Argentina e pela melhora nos volumes vendidos de carne in natura no mercado doméstico para o segmento de *food service*;

(ii) aumento de 9,7% na receita operacional líquida da Keystone, devido ao maior volume vendido nas operações da APMEA (10,1% superior se comparado com 2013), consequência (i) do maior poder aquisitivo da classe média na região em função de maiores salários recebidos, levando a um aumento no consumo em restaurantes e cadeias de *fast food*; e (ii) pela maior diversificação da base de clientes locais;

(iii) um aumento de 16,6% na receita operacional líquida da Moy Park, devido (i) ao forte crescimento no volume de vendas de aves *in natura* e produtos empanados de conveniência nos canais de varejo e *food service* do Reino Unido e da Irlanda, um desempenho bastante positivo para o mercado varejista desafiador do Reino Unido; (ii) a consolidação do negócio de carne bovina da Marfrig na Moy Park; e (ii) o impacto positivo da variação cambial de 14,6%. Por outro lado os resultados foram parcialmente afetados por: (i) menores preços de venda na exportação de carnes de aves e miúdos dado às restrições de exportação na Rússia e na África do Sul; (ii) menores volumes de vendas no *food service* na Europa; (iii) deflação dos custos de insumos de commodities; e (iv) fortalecimento da libra esterlina em relação ao Euro, reduzindo o valor das receitas em libra esterlina realizada na zona da Europa.



: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O custo dos produtos vendidos aumentou 12,0%, ficando praticamente em linha com o crescimento da Receita e passou de R$ 16.442,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 18.408,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento foi resultado, principalmente: (i) da expansão de 9,1% nas despesas associadas a matéria-prima (gado e animais vivos), onde o preço da arroba de gado foi apreciado em aproximadamente 25%, segundo o índice ESALQ (índice que mede variação de custos de compra de gado no Estado de São Paulo - Brasil); (ii) aumento de 8,3% no custo de mão-de-obra; e (iii) incremento de 9,7% nos custos de produção, como energia, embalagens e demais custos indiretos.

CPV (R$ milhões)	2014	Participação (%)	2013	Participação (%)	Variação (%)
Matéria-prima	12.549,7	68,2%	11.499,7	69,9%	9,1%
Mão de obra	2.271,4	12,3%	2.096,5	12,8%	8,3%
Custos de produção	2.786,6	15,2%	2.541,3	15,5%	9,7%
Outros Custos	800,4	4,3%	305,2	1,9%	162,2%
Total	**18.408,2**	**100%**	**16.442,7**	**100%**	**12,0%**
Marfrig Beef	*8.042,2*	*43,7%*	*7.180,5*	*43,7%*	*12,0%*
Moy Park	*4.886,6*	*26,5%*	*4.256,0*	*25,8%*	*14,8%*
Keystone Foods	*5.479,4*	*29,8%*	*5.006,2*	*30,5%*	*9,4%*

: LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

O lucro bruto apresentou elevação de 15,4%, passando de R$ 2.309,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.665,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Dos R$ 2.665,2 milhões de lucro bruto, R$ 1.628,3 milhão, ou 61,1%, é atribuível à Marfrig Beef, R$ 621,3 milhões, ou 23,3%, referem-se à Moy Park e R$ 415,6 milhões, ou 15,6%, correspondem à Keystone.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R$ 1.464,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 7,0% em comparação ao R$ 1.368,8 milhão registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, as DVGA corresponderam a 7,3% da receita operacional líquida em comparação aos 6,9% registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, principalmente devido (i) a desvalorização do Real frente do Dólar e Libra Esterlina; e (ii) aumento das despesas com vendas. Ambos efeitos foram parcialmente anulados pelos controles mais rigorosos na linha de despesas administrativas.

As despesas com vendas aumentaram 16,1%, passando de R$ 805,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 935,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento deste grupo de despesas foi influenciado principalmente pela linha de vendas e marketing, impactada pelo comissionamento da força de vendas resultado do aumento do volume de produtos vendidos aliado aos custos promocionais durante o período da Copa do Mundo 2014 patrocinada pela Marfrig.

As despesas gerais e administrativas registraram queda de 6,1%, passando de R$ 563,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 529,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução apresentada foi a consequência das iniciativas de controle de despesas tais como: adequação de quadro administrativo, redução das despesas com viagens, escritório e serviço de terceiros.

A Marfrig Beef representou 59,4% das DVGA totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a 58,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Moy Park representou 26,8% das DVGA totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a 31,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Keystone representou 13,8% das DVGA totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a 10,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

DVG&A (R$ milhões)	2014	2013	Variação (%)
Despesas com Vendas	**935,4**	**805,3**	**16,1%**
% sobre a Receita Líquida (%)	*4,4%*	*4,3%*	
Despesas Gerais e Administrativas	**529,1**	**563,5**	**(6,1%)**
% sobre a Receita Líquida (%)	*2,5%*	*3,0%*	
Total DVG&A	**1.464,5**	**1.368,8**	**7,0%**
% sobre a Receita Líquida (%)	*6,9%*	*7,3%*	
Marfrig Beef (%ROL)	*8,8%*	*9,4%*	
Moy Park (%ROL)	*8,4%*	*7,8%*	
Keystone Foods (%ROL)	*2,5%*	*3,5%*	

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

Em 2014 o EBITDA ajustado (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) consolidado atingiu R$ 1.784,3 milhões, comparado a R$ 1.446,2 milhões registrados em 2013. A margem EBITDA ajustado foi de 8,5%, contra 7,7% no ano anterior.

O segmento Marfrig Beef foi responsável por 52,5% do EBITDA ajustado no período (55,2% em 2013), a Keystone 24,5% (contra 23,6% em 2013), enquanto a Moy Park respondeu por 23,0% (contra 21,2% em 2013) do EBITDA ajustado no período.

Reconciliação do EBITDA Ajustado (R$ milhões)	2014	2013	Variação (%)
EBITDA Ajustado	**1.784,3**	**1.446,2**	**23,4%**
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	(98,4)	(65,0)	(51,5%)
EBITDA	**1.685,9**	**1.381,2**	**22,1%**
(+) Equivalência de não controladas	(17,8)	(9,1)	(95,4%)
(+) Depreciação/Amortização	(583,7)	(505,4)	(15,5%)
(+) Encargos Financeiros Líquidos	(1.676,0)	(1.441,1)	(16,3%)
(+) Variação Cambial Líquida	(450,8)	(589,9)	23,6%
(+) Participação de Acionistas não Controladores	(19,2)	(12,9)	(49,2%)
(+) Provisão de IR e CS	322,0	361,3	(10,9%)
Lucro/Prejuízo Líquido	**(739,5)**	**(815,8)**	**9,4%**

6.2. MARFRIG BEEF

: RECEITA LÍQUIDA:

Operação Brasil - Mercado Interno
20,5% da Receita Líquida Consolidada

As vendas no mercado interno brasileiro avançaram 7,1% em 2014, atingindo R$ 4.314,9 milhões em comparação com R$ 4.029,5 milhões em 2013. O desempenho é resultado do crescimento de 24,3% no volume de vendas em contrapartida a queda de 13,8% nos preços médios praticados, impulsionados por: (i) maior foco na atuação junto ao segmento de *food servic*e, (ii) melhora no *mix* de clientes no canal de varejo, com maior participação de pequenos e médios estabelecimentos, posicionamento que permitiu mitigar os efeitos negativos do excesso de oferta de carne no varejo, que pressionou os preços especialmente no primeiro semestre do ano e (iii) a queda nos preços explica-se devido a mudança no mix de vendas onde a Companhia direcionou mais produtos de valor agregado para o mercado externo beneficiando-se de um câmbio melhor e de uma demanda aquecida no mercado exterior.

Operação Brasil - Exportações
15,7% da Receita Líquida Consolidada

As exportações do Brasil avançaram 27,5% em 2014, atingindo R$ 3.311,5 milhões em comparação com R$ 2.596,9 milhões em 2013. O desempenho é resultado do crescimento de 13,6% no volume de vendas e de 12,3% nos preços médios praticados, ambos impulsionados por: (i) retomada do consumo em importantes mercados do Oriente Médio, Europa e Ásia; e (ii) preços em reais mais competitivos em função da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real, de 9% no período.

Operação Internacional - Argentina, Uruguai e Chile
9,7% da Receita Líquida Consolidada

As receitas das operações internacionais ficaram estáveis em 2014, somando R$ 2.044,1 milhões em comparação com R$ 2.030,9 milhões em 2013. O desempenho é resultado do aumento dos preços médios de 11,0% parcialmente compensados pela redução de 9,3% no volume de vendas. Em função dos crescentes desafios e incertezas enfrentados no mercado argentino, a Companhia optou por reduzir sua exposição ao país fechando temporariamente três unidades de produção, fator esse que contribuiu significativamente para a redução dos volumes de vendas em comparação com 2013. Já no Uruguai apresentou uma melhoria significativa em relação a 2013, que mesmo com uma pequena queda na receita com mercado interno de 1,4% teve o incremento de 27,8% nas receitas com exportações resultado do aumento tanto de preços médios (21,4%) quanto volume (5,3%).

: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O aumento de 12,0% no custo dos produtos vendidos em comparação com 2013 reflete: (i) o crescimento de 11,7% nas vendas do segmento, especialmente na operação do Brasil; e (ii) alta no preço do boi gordo, especialmente no Brasil, superando em 25% se comparado com os preços médios registrados em 2013. Por outro lado, o fechamento temporário de três unidades de produção na Argentina durante o ano em função das incertezas do cenário político-econômico e a melhoria do parque fabril no Brasil, com aumento da utilização de capacidade das plantas em operação, contribuíram para amenizar os impactos do aumento do CPV.

: MARGEM BRUTA:

O lucro bruto apresentou crescimento de 10,3%, passando de R$ 1.476,8 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, com margem de 17,1%, para R$ 1.628,3 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, com margem de 16,8% com margem estável se comparado com o ano anterior. O comportamento da margem bruta é explicado pelos seguintes fatores: (i) maior volume de exportação do Brasil onde conseguimos repassar boa parte do aumento do preço de gado efeito esse que balanceou a oferta de carne no mercado interno bem como os preços praticados no mercado interno; (ii) desvalorização do Real frente ao Dólar de 9%; e (iii) ao excelente resultado apresentado pela operação do Uruguai que mitigou e compensou o cenário adverso enfrentado na Argentina.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) da Marfrig Beef totalizaram R$ 854,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 5,2% em comparação aos R$ 812,8 milhões registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. As despesas com vendas e marketing foram o principal componente do aumento da DGVA no ano, representando 87,9% das despesas comerciais, com a Marfrig sendo um dos patrocinadores da Copa do Mundo de 2014. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as DVGA da Marfrig Beef corresponderam a 8,8% de sua receita operacional líquida, contra 9,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

O aumento de 50 pbs na margem EBITDA ajustado é resultado de: (i) maior participação nas exportações, favorecidas pela paridade cambial R$ x Dólar; (ii) corte de custos e despesas gerais e administrativas, seguindo o programa de "Agenda de Produtividade" no Brasil, parcialmente compensados por (iii) pressão de alta nos preços do boi gordo, superando as médias registradas em 2014 tanto no Brasil como no Uruguai; (iv) excesso de oferta de produtos de carne bovina no mercado doméstico e internacional no início do ano, dificultando o repasse de preços; e (v) fechamento temporário de três unidades de produção na Argentina em função das incertezas do cenário político-econômico, com redução nos volumes comercializados.

6.3. MOY PARK

: RECEITA LÍQUIDA:

Mercado Interno - Reino Unido
23,0% da Receita Líquida Consolidada

No mercado interno, houve aumento de 18,6% na receita operacional líquida, que passou de R$ 4.089,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 4.848,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Este aumento resultou, principalmente, da expansão de 1,7% no volume de vendas, bem como do aumento de 14,7% nos preços médios, devido aos seguintes fatores: (i) o impacto positivo da variação cambial de 14,6%; (ii) crescimento no volume de vendas de aves *in natura* e produtos empanados de conveniência nos canais de varejo e *food service* do Reino Unido e da Irlanda, um desempenho bastante positivo para o mercado varejista desafiador do Reino Unido; e (iii) a consolidação do negócio de carne bovina da Marfrig na Moy Park.

Exportações
3,1% da Receita Líquida Consolidada

A receita operacional líquida de exportações apresentou aumento de 4,0%, passando de R$ 634,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 659,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorreu, principalmente, pela expansão de 4,9% nos volumes vendidos parcialmente compensados por uma leve queda nos preços médios de 0,9% explicado pela queda nos preços dos grãos ocorrida no ano.

: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O aumento de 14,8% no custo da mercadoria vendida em comparação com 2013 reflete: (i) a desvalorização do Real frente à Libra Esterlina de 14,6% no período; (ii) o crescimento orgânico nas vendas do segmento com expansão nos clientes de varejo e *food service*; e (iii) a redução gradual na pressão nos custos de matéria-prima em função do arrefecimento do preço de grãos em relação aos picos registrados em 2013.

: LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

O Lucro Bruto registrou aumento de 32,9%, passando de R$ 467,4 milhões (margem de 9,9%), no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, para R$ 621,3 milhões (margem de 11,3%) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento da margem bruta é explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento das vendas pela consolidação dos negócios da Marfrig Beef Brasil na Europa; e (ii) pelo incremento nos canais de varejo e *food service* no Reino Unido e na Irlanda apesar da queda das exportações para a Rússia e África do Sul; e (iii) queda nos preços de grãos.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

O aumento de 60pbs no percentual da DVG&A sobre a ROL é consequência da maior despesa com vendas, logística e exportação, necessárias para fazer frente ao crescimento orgânico dos negócios, aliada às iniciativas promocionais com a Copa do Mundo 2014 e pela maior participação em canais de venda mais rentáveis no mercado interno (*food servic*e) e nas exportações.

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

A melhora de 90 pbs na margem EBITDA Ajustado é consequência: (i) do crescimento das vendas; (ii) da maior diluição dos custos fixos; (iii) da melhora no *mix* de produtos vendidos com maior penetração em clientes de *food service;* e (iv) do aumento de participação em canais de venda mais rentáveis; além (v) da diminuição dos custos de soja e trigo, ao longo do ano.

6.4. KEYSTONE

: RECEITA LÍQUIDA:

Estados Unidos
20,6% da Receita Líquida Consolidada

A receita operacional líquida nos Estados Unidos registrou aumento de 6,9%, passando de R$ 4.060,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 4.341,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorreu da depreciação de 9% do Real frente ao Dólar norte-americano, gerando

continua...

DOESP – 6COL X 30CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696

um impacto positivo na conversão da receita operacional líquida. Volumes vendidos aumentaram 1,3%, resultado de maior disponibilidade de carne (pois o peso de aves nas operações de engorda aumentaram). No geral, a diminuição dos preços médios compensaram o aumento de volume, explicado pelo modelo de precificação baseado no valor de *commodities* com clientes de QSR nos Estados Unidos, onde o preço dos produtos refletiu a queda no custo da matéria-prima.

APMEA (Ásia e Oriente Médio)

7,4% da Receita Líquida Consolidada

A receita operacional líquida na região da APMEA apresentou aumento de 18,4%, passando de R$ 1.311,4 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.553,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorreu da expansão de 10,1% nos volumes vendidos. Mesmo com o efeito do surto de gripe aviária ocorrida em 2013 e do incidente ocorrido com um fornecedor de nosso principal cliente na Ásia, o mercado da região da APMEA se mostrou resiliente. Adicionalmente o crescimento da receita também ocorreu pela depreciação de 9% do Real frente ao Dólar norte-americano, gerando um impacto positivo na conversão da receita operacional líquida.

: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O aumento de 9,5% no custo da mercadoria vendida em comparação com 2013 ficou praticamente em linha com o crescimento de 9,7% nas vendas dessa operação, mesmo apesar da desvalorização do Real frente ao Dólar. A manutenção do CPV no mesmo patamar do ano anterior ocorreu, principalmente, pela redução dos preços dos grãos ocorrido nos EUA, além da melhoria de eficiência operacional nos EUA e aumento de vendas na região da APMEA.

: LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

O Lucro Bruto aumentou 13,7% e passou de R$ 365,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, com margem de 6,8%, para R$ 415,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, com margem de 7,1%. O aumento da margem bruta ocorreu principalmente pelo: (i) aumento das receitas da região da APMEA de 18,4% seguida por 6,9% nos EUA; aliada (ii) à redução do custo com grãos.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) da Keystone totalizaram R$ 149,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, uma queda de 20,7% em comparação aos R$ 188,6 milhões registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, se desconsiderarmos o efeito cambial a queda apresentada chega a 27,9%. A redução incorreu principalmente na linha despesas administrativas que além de ter seus custos sobre constante controle desde da implantação do Projeto de Redução de Custos ao final de 2012, teve uma revisão das provisões de benefícios, além de melhorias nos custos com telecomunicações e viagens. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as DVGA da Keystone corresponderam a 2,5% de sua receita operacional líquida, contra 3,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

A melhora de 100 pbs na margem EBITDA ajustado da Keystone ocorreu, principalmente, em função da redução das despesas com a estrutura administrativa em conjunto com o melhor de desempenho de vendas na região da APMEA e Estados Unidos e a redução dos custos com grãos no período.

6.5. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou uma despesa de R$ 2.126,8 milhões, comparado a uma despesa líquida de R$ 2.031,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O aumento de 4,7% no resultado financeiro foi consequência, principalmente, da adesão ao REFIS no mês de agosto gerou uma despesa de juros e multa acumulada até o encerramento do exercício de R$ 117,4 milhões, seguido pelo diferimento dos custos das emissões realizadas visando reduzir o custo da dívida que, por outro lado, proporcionaram dentro do ano uma redução das despesas de juros de R$ 98,2 milhões contra o ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido (R$ milhões)	2014	2013	Variação (%)
Receita Financeira	**294,7**	**365,0**	**(19,3%)**
Juros recebidos/rendimentos	98,4	179,4	(45,2%)
Receita com derivativos	173,1	178,8	(3,2%)
Outros	23,2	6,7	246,3%
Despesa Financeira	**(1.970,7)**	**(1.806,0)**	**(9,1%)**
Juros sobre empréstimos/debêntures/arrendamentos	(1.173,8)	(1.272,0)	7,7%
Despesa com derivativos	(288,1)	(292,4)	1,5%
Despesas bancárias, comissões, descontos financiamentos e outros	(508,8)	(241,6)	(110,6%)
Variação Cambial Líquida	**(450,8)**	**(589,9)**	**23,6%**
Resultado Financeiro Líquido	**(2.126,8)**	**(2.031,0)**	**(4,7%)**

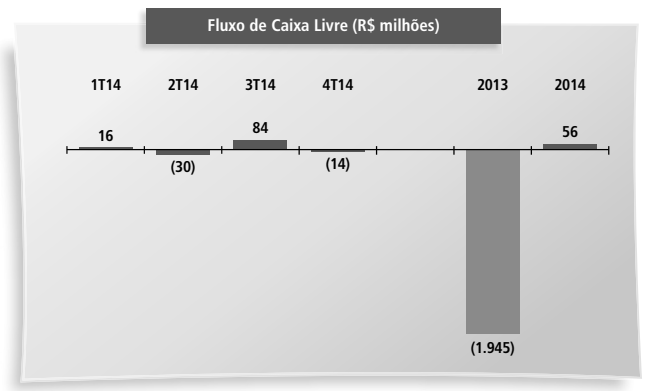
6.6. RESULTADO LÍQUIDO

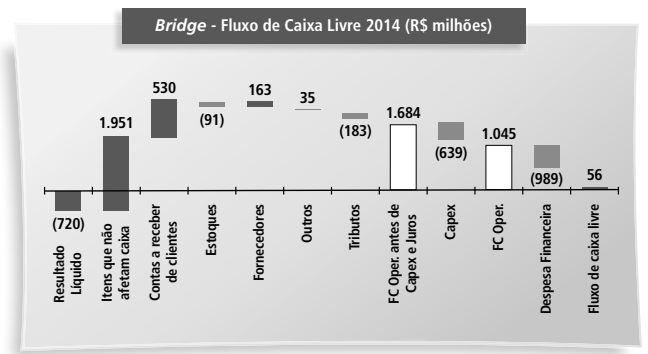
Devido aos fatores mencionados acima, o prejuízo líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R$ 739,5 milhões, comparados a perda líquida de R$ 815,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esta redução foi impulsionada principalmente pela depreciação de Real frente ao Dólar norte-americano e a libra esterlina no período.

A margem líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 representou prejuízo de 3,5% contra 4,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. O principal fator que contribuiu para o prejuízo líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi a depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano e a libra esterlina no período.

6.7. FLUXO DE CAIXA

A geração de caixa (antes de despesas com juros e investimentos) vem melhorando de forma consistente ao longo dos últimos trimestres, tendo encerrando 2014 com um acumulo de R$ 1.684,3 milhão. O resultado da estratégia delineada no programa "FOCAR PARA GANHAR" mostra os esforços compartilhados por cada uma das unidades de negócio, com especial destaque para o segmento Marfrig Beef onde, em conjunto com a Agenda de Produtividade, manteve o foco na rentabilidade e controle de despesas e capital de giro, com melhoria significativa nas contas de fornecedores e recebíveis.





6.8. INVESTIMENTOS

Investimentos - CAPEX (R$ milhões)	2014	2013	Variação (%)
Ativo Fixo	435,8	650,6	(33,0%)
Matrizes	186,2	151,1	23,2%
Intangível	17,3	8,8	96,6%
Total	**639,3**	**810,6**	**(21,1%)**

Investimentos somaram R$ 639,3 milhões em 2014, uma redução de 21,1% em relação as R$ 810,6 milhões investidos em 2013. No ano, foram investidos R$ 435,8 milhões visando manutenção e expansão das unidades de produção, enquanto R$ 186,2 milhões foram gastos em renovação do plantel de matrizes.

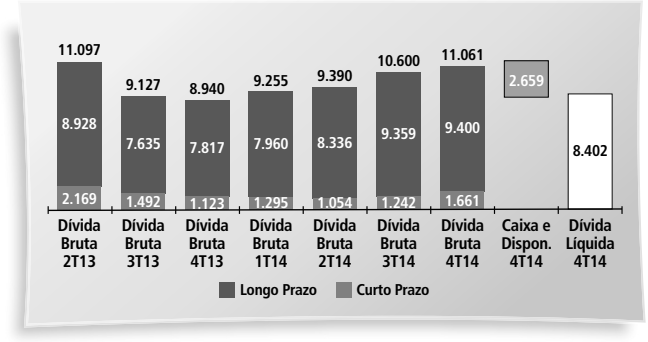
6.9. ESTRUTURA DE CAPITAL

Endividamento Bruto

A Companhia encerrou o exercício com endividamento bruto consolidado de R$ 11,0 bilhões, em comparação com R$ 8,9 bilhões em dezembro de 2013.

Do total das dívidas, apenas 15,0% tem vencimento no curto prazo enquanto 85,0% no longo prazo, e 8,4% estão em Reais e 91,6% estão em outras moedas, enquanto 19,5% das receitas do Grupo são geradas em Reais e 80,5% advém de moedas estrangeiras.

O custo médio ponderado de nosso endividamento bancário consolidado foi de 7,7%.



Liquidez e Endividamento

O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA *LTM*) ficou em 4,98x, exclusivamente em função do efeito não caixa da variação cambial do ano.

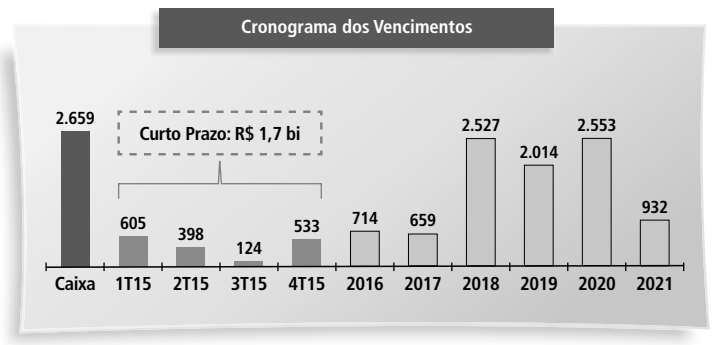
Importante ressaltar que o cálculo do índice de alavancagem das operações de financiamento bancário e via mercado inclui disposições contratuais que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial, assim chegando ao índice de 3,42x ao final do 4T14. Para mais informações, referimos a nota 32.6 nas demonstrações financeiras.

Entendemos que o nível de alavancagem calculado em uma base *LTM* reflete uma realidade onde o crescimento do EBITDA ainda não foi totalmente capturado para refletir a desvalorização do Real. Nos últimos 12 meses, o câmbio médio foi de R$ 2,35/US$, frente a um câmbio de R$ 2,66/US$ no final do 4T14, utilizado para calcular a dívida.

Assim, adicionalmente ao indicador de alavancagem baseado no EBITDA dos últimos 12 meses, é importante avaliar a projeção anualizada do EBITDA ajustado do 4T14, denotando um nível de alavancagem consideravelmente inferior a 4,98x, de 3,83x, mais próximo aos níveis reais do negócio.

Outro aspecto não menos importante dessa análise se centra no perfil da dívida da Companhia, hoje estruturalmente alongado, com o primeiro grande vencimento ocorrendo em 2018.

O resultado operacional ainda não capturou inteiramente o contínuo enfraquecimento do Real ocorrido durante o ano, especialmente no 4T2014 onde câmbio médio do ano foi de R$ 2,55/US$, 4% abaixo do câmbio final de R$ 2,66/US$.



Indicadores

	2014	2013		2014	2013
Dívida Líquida/EBITDA LTM	4,98	3,00	*Duration* (meses)	49	54
Dívida Líquida/EBITDA Ajuste 4T Anualizado	3,83	4,22	Custo Médio (a.a.)	7,7%	8,0%
Dívida Bruta/EBITDA LTM	6,56	3,77	Dívida de Curto Prazo (%)	15,0%	12,6%
Caixa & Equivalentes/Dívida de Curto Prazo	1,60	1,61	Dívida de Longo Prazo (%)	85%	87,4%
Dívida Líquida/Total de Ativos	0,42x	0,40x	Dívida em R$ (%)	8,4%	4,5%
Liquidez Corrente	1,79	2,03	Dívida em outras moedas (%)	91,6%	95,5%

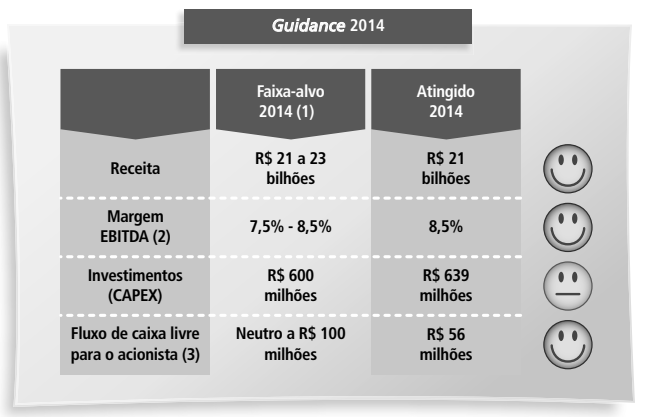
Classificação de Risco - Escala Global

Em reflexo aos esforços na melhor gestão financeira e operacional da Marfrig, as agências de *rating* Standard and Poor's e Fitch Ratings elevaram o *rating* de crédito corporativo de escala global da Companhia em 2014.

Agência	Escala Nacional	Escala Internacional	Perspectiva
Standard and Poor's	br BBB	B+	Estável
Fitch Ratings	BBB bra	B	Estável
Moody´s	-	B2	Estável

7. *GUIDANCE*

Em outubro de 2013, a Marfrig anunciou ao mercado suas projeções de resultados consolidados para o ano de 2014 (*Guidance*). Todos os resultados entregues, ficaram em linha com as estimativas anunciadas.



(1) Calculado em Reais com base nas taxas de câmbio de R$ 2,40/US$ 1,00 e R$ 3,80/£1,00.

(2) Não considera itens não-recorrentes

(3) Fluxo de caixa operacional após investimentos, despesas com juros e imposto de renda.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

VISÃO GERAL

O Grupo Marfrig é gerido por um corpo de administradores experientes e comprometidos com o mais alto nível de governança corporativa. A conduta dos negócios do Grupo é baseada na transparência na divulgação de informações aos seus diversos públicos de interesse - acionistas, investidores, clientes, consumidores, fornecedores, colaboradores e sociedade e estabelece práticas de governança corporativa que vão além das recomendações e obrigações legais.

A Marfrig segue as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, bem como as recomendações do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Composição do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2014

Nome	Cargo	Término do mandato
Marcos Antonio Molina dos Santos	Presidente do Conselho	A.G.O. de 2015
Alain Emilie Henry Martinet	Conselheiro	A.G.O. de 2015
Antonio Maciel Neto	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
Carlos Geraldo Langoni	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
David G. McDonald	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
Marcelo Maia de Azevedo Correa	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
Marcia A. P. Marçal dos Santos	Conselheira	A.G.O. de 2015
Rodrigo Marçal Filho	Conselheiro	A.G.O. de 2015

Composição do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2014

Nome	Cargo	Término do mandato
Axel Erhard Brod	Conselheiro Efetivo	A.G.O. de 2015
Eduardo Augusto Rocha Pocetti	Conselheiro Efetivo	A.G.O. de 2015
Roberto Lamb	Conselheiro Efetivo	A.G.O. de 2015
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	Conselheiro Suplente	A.G.O. de 2015
Christiano Ernesto Burmeister	Conselheiro Suplente	A.G.O. de 2015
Peter Vaz da Fonseca	Conselheiro Suplente	A.G.O. de 2015

COMITÊS DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A estrutura de governança corporativa do Grupo inclui comitês específicos, criados para assessorar o Conselho de Administração que podem ser compostos por membros do próprio Conselho, além de executivos da Companhia.

No dia 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía quatro comitês de assessoramento:

Comitê de Auditoria: Tem como finalidade assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à análise e divulgação das demonstrações financeiras, ao desenvolvimento de controles internos e à fiscalização e coordenação dos trabalhos das auditorias interna e externa da Companhia, especialmente nas questões relativas a contabilidade, controles financeiros internos e demais controles de observância legal;

Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos: Responsável por examinar periodicamente os planos de investimento e financiamento e seus impactos sobre a estrutura de capital da Companhia e por monitorar a manutenção das estruturas de liquidez e capital predeterminadas.

Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos: Tem como atribuição subsidiar a tomada das decisões relativas às estratégias, políticas e normas internas em recursos humanos, incluindo a fixação da remuneração e dos benefícios oferecidos aos administradores, colaboradores e prestadores de serviços. Apoia também a operacionalização de processos e o controle e desenvolvimento das práticas de governança corporativa.

Comitê de Gestão: Responsável por apreciar e deliberar sobre os atos e operações cujas alçadas estejam dentro do limite de sua atuação e assessorar o Conselho de Administração quanto ao cumprimento de suas responsabilidades relativas à (i) orçamento e controle; (ii) assuntos legais e de suas responsabilidades relativas a novos negócios; (iii) investimentos e relacionamento com o mercado e investidores; (iv) formulação de políticas corporativas; e (v) área de estratégia de longo prazo e seu planejamento.

9. GESTÃO DOS NEGÓCIOS

POLÍTICAS DE GESTÃO

Pelo perfil de diversidade regional, cultural e de portfólio, característico do negócio do Grupo Marfrig, cada unidade de negócios conta com um modelo de gestão personalizado, com o objetivo de otimizar a aplicação da experiência e conhecimento de cada área no desenvolvimento de sistemas e práticas de gestão que atendam às diferentes necessidades de seus clientes e mercados.

A Marfrig incentiva todos os seus colaboradores a observarem e incluírem a busca pela sustentabilidade em todas as suas atividades diárias. Na visão do Grupo, o envolvimento em iniciativas setoriais e o fortalecimento do diálogo com públicos de relacionamento são a base para a geração de valor sustentável no longo prazo, perenizando o objetivo da Companhia de se tornar uma empresa global de alimentos.

A políticas de gestão, apresentadas a seguir, buscam concretizar uma cultura corporativa unificada, orientando a conduta que objetiva permear o desenvolvimento sustentável à rotina e estratégia do Grupo Marfrig.

A publicação está disponível em sua versão integral no *site* de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

: CÓDIGO DE ÉTICA:

Buscando o fortalecimento das relações internas e externas, a Marfrig orienta todos os seus colaboradores para um comportamento profissional adequado. A conduta dos colaboradores do Grupo é mediada pelo Código de Ética, um documento que orienta os caminhos, as atitudes e o compromisso de todos os envolvidos com a Companhia para a assegurar a reputação e integridade na condução dos negócios e processos ao longo de toda a cadeia.

: POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO:

Estabelece regras e procedimentos a serem adotados pela Companhia e pelas pessoas a ela vinculadas para a negociação de ações de emissão do Grupo, assegurando a todos os públicos interessados uma conduta ética por parte daqueles que possuem informações relevantes. A política também tem a finalidade de coibir e punir o uso indevido de informação privilegiada por parte de quem a detém, dando assim as mesmas condições de tomada de decisão a todos os acionistas.

: POLÍTICA DE DIVIDENDOS:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Marfrig, uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas deve ser realizada no primeiro quadrimestre de cada ano para a deliberação da distribuição dos dividendos anuais. Quando divulgada a distribuição de dividendos, todos os acionistas têm direito ao recebimento de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas.

: POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO:

Estabelece as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pelo acionista controlador, pelos administradores, pelos conselheiros fiscais e por qualquer pessoa que possa ter conhecimento de informação relativa a um ato ou fato relevante da Companhia. Cabe ao diretor responsável divulgar a informação nos jornais de grande circulação, habitualmente utilizados pela Companhia, e tornar sua disponibilização imediata na CVM, na BMF&Bovespa e no site de Relações com Investidores da Companhia, entre outros procedimentos que garantam o acesso amplo do público a essas informações.

: PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES:

Tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia adquiram ações da Companhia, com vistas a alinhar seus interesses aos dos acionistas, estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos da Companhia e a retenção de talentos.

10. MERCADO DE CAPITAIS

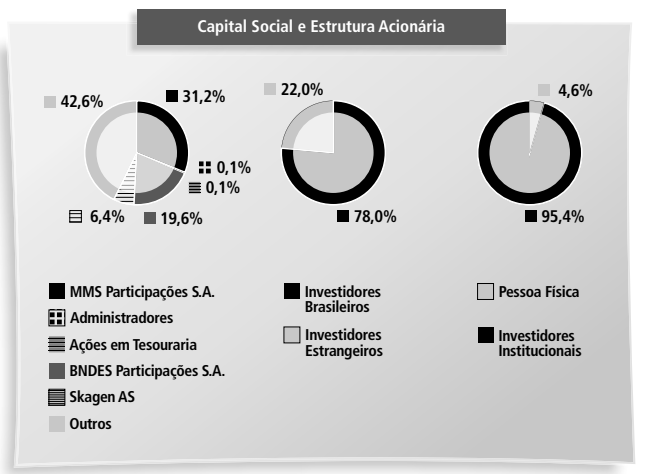
DESEMPENHO ACIONÁRIO

As ações da Marfrig são negociadas sob o código MRFG3 no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa e integram os maiores indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como: IBOVESPA (principal indicador da BM&FBOVESPA); Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX; Índice *Small Cap* - SMLL.

As ações da Marfrig encerraram o ano de 2014 cotadas a R$ 6,10, 53% superior ao ano de 2013 (2ª maior valorização do IBOVESPA em 2014), resultando num valor de mercado de R$ 3,2 bilhões. O número médio de negociações diárias foi de 5,6 mil ações com volume financeiro médio de R$ 13,9 milhões em 2014.

CAPITAL SOCIAL E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Ao final de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Marfrig estava dividido em 520.747.405 ações ordinárias.



11. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa da Marfrig Global Foods e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

Com o objetivo de garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, a Companhia publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no *site* de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da Marfrig Global Foods e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

12. GESTÃO DE PESSOAS

O desempenho dos negócios do Grupo Marfrig é resultado do trabalho dos seus 45.243 funcionários no mundo. Dessa forma, a empresa busca prover diretrizes para apoiar seus profissionais no desenvolvimento de suas carreiras, inclusive internacionais, em diferentes unidades de negócios e áreas funcionais. Essas diretrizes envolvem a atração, a retenção e o desenvolvimento dos seus talentos, além da promoção da diversidade por meio de um ambiente em que as pessoas sintam que suas ideias e contribuições são respeitadas.

Colaboradores por Negócio	2014	2013	Variação %
Holding	116	95	22%
Marfrig Beef	21.422	21.850	(2%)
Moy Park	12.328	12.136	2%
Keystone	11.377	11.690	(3%)
Total	**45.243**	**45.771**	**(1%)**
Faturamento Líquido por Colaborador/Ano	**R$ 466 mil**	**R$ 410 mil**	**14%**

13. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus administradores, e membros do Conselho de administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

14. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, informamos que o total referente à prestação de outros serviços que não os de auditoria independente não representam mais de 9% dos honorários globais pagos ao grupo de auditores da Marfrig Global Foods S.A. e suas controladas.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2015 a Companhia emitiu Fato Relevante anunciando a renúncia de seu diretor-presidente Sergio Agapito Lires Rial. A partir de 16 de fevereiro de 2015, assumiu como diretor-presidente da Marfrig Global Foods S.A. o Sr. Martin Secco Arias, anteriormente CEO da unidade de negócios Marfrig Beef Cone Sul.

16. DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Marfrig Global Foods S.A. declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, autorizando a sua divulgação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Sergio Agapito Lires Rial
Diretor Presidente em 31/12/2014

Ricardo Florence dos Santos
Diretor Admininistrativo e Financeiro e DRI

Heraldo Geres
Diretor Jurídico

Tang David
Diretor sem Designação Específica

Rodrigo Marçal Filho
Diretor sem Designação Específica

Marfrig Global Foods S.A.

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – Companhia Aberta

...continuação

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	387.828	42.393	1.091.685	771.254
Aplicações financeiras	5	455.589	138.216	1.567.112	1.040.282
Valores a receber - clientes nacionais	6	195.800	348.081	941.277	1.075.602
Valores a receber - clientes internacionais	6	77.136	378.620	677.483	875.860
Estoques de produtos e mercadorias	7	708.091	561.462	2.027.919	1.828.552
Ativos biológicos	8	-	-	352.200	350.106
Impostos a recuperar	9	878.476	658.838	1.361.635	1.110.436
Despesas do exercício seguinte		4.175	1.586	167.030	81.949
Títulos a receber	10	842.268	884.448	58.261	224.739
Adiantamentos a fornecedores		10.532	20.183	57.204	59.370
Outros valores a receber		5.744	15.892	66.711	75.580
		3.565.639	**3.049.719**	**8.368.517**	**7.493.730**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	970	1.030
Depósitos judiciais		49.375	59.435	64.972	71.519
Títulos a receber	10	1.782.199	1.810.132	345.664	55.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.318.082	1.063.330	1.708.437	1.447.965
Impostos a recuperar	9	1.274.998	948.627	1.509.169	990.162
Outros valores a receber		3.747	495	42.773	33.207
		4.428.401	**3.882.019**	**3.671.985**	**2.599.540**
Investimentos	12	3.405.345	2.993.582	36.934	54.774
Imobilizado	13	1.740.465	1.673.074	4.961.623	4.754.752
Ativos biológicos	8	-	-	142.140	113.483
Intangível	14	583.391	585.640	3.004.709	2.811.285
		5.729.201	**5.252.296**	**8.145.406**	**7.734.294**
		10.157.602	**9.134.315**	**11.817.391**	**10.333.834**
Total do ativo		**13.723.241**	**12.184.034**	**20.185.908**	**17.827.564**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13
Circulante					
Fornecedores		477.679	295.751	2.028.303	1.596.091
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	59.905	59.431	341.979	337.931
Impostos, taxas e contribuições	16	43.556	24.596	200.312	114.651
Empréstimos e financiamentos	17	1.147.462	562.244	1.470.237	1.096.970
Títulos a pagar	20	134.125	287.474	129.895	272.486
Arrendamentos a pagar	19	2.365	2.466	69.229	49.663
Juros sobre debêntures	18	232.960	96.362	190.582	26.272
Antecipações de clientes		61.931	42.075	72.645	59.186
Outras obrigações		34.323	33.263	159.283	135.316
		2.194.306	**1.403.662**	**4.662.465**	**3.688.566**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	464.797	890.716	9.400.106	7.816.522
Impostos, taxas e contribuições	16	528.868	180.926	706.545	181.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	95.795	102.087	635.758	646.857
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	22	40.115	26.002	40.448	26.462
Arrendamentos a pagar	19	1.754	1.187	70.745	103.096
Debêntures a pagar	18	569.816	569.756	-	-
Títulos a pagar	20	5.752.855	3.867.259	353.570	4.414
Instrumento mandatório conversível em ações	21	2.121.470	2.113.113	2.121.470	2.113.113
Outros		-	-	123.076	127.523
		9.575.470	**7.751.046**	**13.451.718**	**11.019.976**
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	5.276.678	5.276.678	5.276.678	5.276.678
(-) Gastos com emissão de ações	24.1	(108.210)	(108.210)	(108.210)	(108.210)
Reserva de Capital		**184.642**	**184.800**	**184.642**	**184.800**
Emissão de ações ordinárias		184.800	184.800	184.800	184.800
Aquisição de ações em controladas		(158)	-	(158)	-
Reservas de lucros		**36.449**	**35.773**	**36.449**	**35.773**
Reserva legal	24.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
Retenção de lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
Ações em tesouraria	24.2.2	(3.685)	(4.361)	(3.685)	(4.361)
Ações em tesouraria canceladas	24.2.2	(11.690)	(11.690)	(11.690)	(11.690)
Outros resultados abrangentes	24.3	**(438.071)**	**(100.411)**	**(438.071)**	**(100.411)**
Ajuste de avaliação patrimonial	24.3.1	(1.713.198)	(969.306)	(1.713.198)	(969.306)
Ajuste acumulado de conversão	24.3.2	1.275.127	868.895	1.275.127	868.895
Prejuízos acumulados		(2.998.023)	(2.259.304)	(2.998.023)	(2.259.304)
Patrimônio líquido de controladores		**1.953.465**	**3.029.326**	**1.953.465**	**3.029.326**
Participação de não controladores	24.6	-	-	118.260	89.696
		1.953.465	**3.029.326**	**2.071.725**	**3.119.022**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.723.241**	**12.184.034**	**20.185.908**	**17.827.564**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora Acumulado 2014	Controladora Acumulado 2013	Consolidado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2013
Receita operacional líquida	25	5.486.436	4.626.881	21.073.322	18.752.376
Custo dos produtos vendidos	26	(4.624.022)	(3.587.441)	(18.408.152)	(16.442.702)
Lucro bruto		**862.414**	**1.039.440**	**2.665.170**	**2.309.674**
Receitas (despesas) operacionais		(2.011.358)	(2.245.544)	(3.707.481)	(3.473.914)
Comerciais	26	(372.924)	(291.851)	(935.351)	(805.303)
Administrativas e gerais	26	(60.454)	(137.336)	(529.148)	(563.524)
Resultado com equivalência patrimonial		54.614	(99.647)	(17.795)	(9.109)
Outras receitas (despesas) operacionais		(28.084)	39.812	(98.423)	(64.984)
Resultado financeiro	27	(1.604.510)	(1.756.522)	(2.126.764)	(2.030.994)
Receitas financeiras		77.638	57.102	294.701	364.955
Variação cambial ativa		546.359	583.377	781.107	778.261
Despesas financeiras		(1.294.035)	(1.315.181)	(1.970.693)	(1.806.023)
Variação cambial passiva		(934.472)	(1.081.820)	(1.231.879)	(1.368.187)
Resultado operacional		**(1.148.944)**	**(1.206.104)**	**(1.042.311)**	**(1.164.240)**
Prejuízo antes dos efeitos tributários		(1.148.944)	(1.206.104)	(1.042.311)	(1.164.240)
Provisão para IR e Contribuição Social		**409.472**	**390.336**	**322.018**	**361.330**
Imposto de renda corrente e diferido	33	301.082	287.012	222.054	267.470
Contribuição social corrente e diferido	33	108.390	103.324	99.964	93.860
Resultado líquido no exercício das operações continuadas		**(739.472)**	**(815.768)**	**(720.293)**	**(802.910)**
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	35	**-**	**(97.825)**	**-**	**(94.178)**
Resultado líquido no exercício antes das participações		**(739.472)**	**(913.593)**	**(720.293)**	**(897.088)**
Resultado líquido atribuído a:					
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada		(739.472)	(815.768)	(739.472)	(815.768)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada		-	(97.825)	-	(97.825)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total		**(739.472)**	**(913.593)**	**(739.472)**	**(913.593)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada		-	-	19.179	12.858
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		-	-	-	3.647
Participação dos acionistas não-controladores - Total		**-**	**-**	**19.179**	**16.505**
		(739.472)	**(913.593)**	**(720.293)**	**(897.088)**
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação continuada	29	(1,4212)	(1,7559)	(1,4212)	(1,5679)
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação descontinuada	29	-	-	-	(0,1880)
Prejuízo básico e diluído por ação - Ordinária Total	29	**(1,4212)**	**(1,7559)**	**(1,4212)**	**(1,7559)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora Acumulado 2014	Controladora Acumulado 2013	Consolidado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2013
Prejuízo no exercício das operações continuadas	**(739.472)**	**(815.768)**	**(720.293)**	**(802.910)**
Itens de resultado que não afetam o caixa	**589.154**	**920.903**	**1.951.329**	**1.888.730**
Depreciação	90.176	74.245	392.901	352.584
Amortização	7.924	2.268	190.750	152.785
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	14.112	13.948	13.985	8.725
Tributos diferidos	(409.472)	(390.336)	(430.324)	(431.140)
Resultado com equivalência patrimonial	(54.614)	99.647	17.795	9.109
Variação cambial sobre financiamentos	345.643	403.550	340.328	382.564
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	42.470	85.638	110.444	198.109
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	136.333	327.609	788.739	886.682
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	386	(155)	5.870	5.662
Despesas de juros sobre debêntures	287.352	293.515	199.797	223.425
Custo na emissão de operações financeiras	17.782	-	80.358	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	(165)	197	(165)	197
Estimativa de não realização de estoque	6.008	-	6.675	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.407)	-	5.647	-
Perdas estimadas por não realização de impostos a recuperar	101.457	-	171.128	-
Baixa do ativo fixo	5.169	10.777	57.401	100.028
Mutações patrimoniais	**1.527.871**	**299.729**	**453.302**	**(888.523)**
Contas a receber de clientes	423.041	(247.191)	530.249	(478.165)
Estoques e ativo biológico corrente	(152.638)	(21.538)	(91.070)	153.128
Depósitos judiciais	10.060	(20.498)	6.607	(27.865)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	475	6.063	(17.832)	(5.328)
Fornecedores	178.319	(60.511)	162.539	(240.806)
Tributos correntes e diferidos	(132.137)	(293.348)	(183.314)	(346.643)
Títulos a receber e a pagar	1.195.539	1.003.027	47.873	28.902
Outras contas ativas e passivas	5.212	(66.275)	(1.750)	28.254
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**1.377.553**	**404.864**	**1.684.338**	**197.297**
Atividades de investimentos				
Investimentos	(89.350)	(143.152)	3.963	(78.249)
Adequação IFRS 11/CPC 19 R2	-	-	-	(45.837)
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(162.279)	(200.464)	(625.982)	(723.523)
Aplicações no ativo intangível	(6.133)	(8.248)	(17.294)	(8.801)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(257.762)**	**(351.864)**	**(639.313)**	**(856.410)**
Atividades de financiamentos				
Debêntures/*Bonds*	-	(24.418)	-	(594.174)
Juros liquidados Debêntures/*Bonds*	(150.753)	(343.500)	(911.473)	(567.884)
Empréstimos e financiamentos	(327.300)	(698.813)	572.365	585.548
Empréstimos obtidos	1.944.252	3.127.690	4.846.122	8.591.615
Empréstimos liquidados	(2.271.552)	(3.826.503)	(4.273.757)	(8.006.067)
Arrendamento a pagar	245	(1.000)	(29.845)	(19.175)
Arrendamentos obtidos	4.080	4.104	32.710	33.466
Arrendamentos liquidados	(3.835)	(5.104)	(62.555)	(52.641)
Instrumento mandatório conversível em ações	(4.743)	(7.806)	(4.743)	(7.806)
Ações em tesouraria	676	2.170	676	2.170
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(481.875)**	**(1.073.367)**	**(373.020)**	**(601.321)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	24.892	-	175.256	223.528
Operações descontinuadas líquido de caixa (NE 35)	-	-	-	(329.752)
Fluxo de caixa do exercício	**662.808**	**(1.020.367)**	**847.261**	**(1.366.658)**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	843.417	180.609	2.658.797	1.811.536
Saldo inicial	180.609	1.200.976	1.811.536	3.178.194
Variação do exercício	**662.808**	**(1.020.367)**	**847.261**	**(1.366.658)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora Acumulado 2014	Controladora Acumulado 2013	Consolidado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2013
Prejuízo do exercício	**(739.472)**	**(913.593)**	**(720.293)**	**(897.088)**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	(741.573)	(300.677)	(741.573)	(300.677)
Variação cambial sobre conversão de balanço	406.232	182.855	406.232	182.855
Realização de custo atribuído reflexo na alienação de controladas	-	(447.284)	-	(447.284)
	(335.341)	(565.106)	(335.341)	(565.106)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.074.813)**	**(1.478.699)**	**(1.055.634)**	**(1.462.194)**
Atribuído a:				
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	(1.074.813)	(1.380.874)	(1.074.813)	(1.380.874)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	-	(97.825)	-	(97.825)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	**(1.074.813)**	**(1.478.699)**	**(1.074.813)**	**(1.478.699)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	19.179	12.858
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada	-	-	-	3.647
Participação dos acionistas não-controladores - Total	**-**	**-**	**19.179**	**16.505**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 *(Em milhares de reais)*

	Atribuído à participação dos acionistas controladores													
				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos contro-ladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	**4.926.678**	**(108.210)**	**184.800**	**44.476**	**7.348**	**(6.530)**	**(11.690)**	**(168.805)**	**683.176**	**(1.395.005)**	**4.156.238**	**4.156.238**	**148.854**	**4.305.092**
Aumento de capital	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	350.000	-	350.000
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(300.677)	-	-	(300.677)	(300.677)	(75.663)	(376.340)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	182.855	-	182.855	182.855	-	182.855
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(49.294)	-	49.294	-	-	-	-
Realização de custo atribuído reflexo na alienação de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(447.284)	-	-	(447.284)	(447.284)	-	(447.284)
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(3.246)	2.864	-	(382)	(382)	-	(382)
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	2.169	-	-	-	-	2.169	2.169	-	2.169
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(913.593)	(913.593)	(913.593)	16.505	(897.088)
Em 31 de dezembro de 2013	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.800**	**44.476**	**7.348**	**(4.361)**	**(11.690)**	**(969.306)**	**868.895**	**(2.259.304)**	**3.029.326**	**3.029.326**	**89.696**	**3.119.022**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(741.573)	-	-	(741.573)	(741.573)	9.385	(732.188)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	406.232	-	406.232	406.232	-	406.232
Aquisição de ações em controladas	-	-	(158)	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(753)	-	753	-	-	-	-
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(1.566)	-	-	(1.566)	(1.566)	-	(1.566)
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	676	-	-	-	-	676	676	-	676
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(739.472)	(739.472)	(739.472)	19.179	(720.293)
Em 31 de dezembro de 2014	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(3.685)**	**(11.690)**	**(1.713.198)**	**1.275.127**	**(2.998.023)**	**1.953.465**	**1.953.465**	**118.260**	**2.071.725**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

...continuação

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2014	Acumulado 2013	Acumulado 2014	Acumulado 2013
Receitas	**5.818.683**	**4.618.069**	**21.805.722**	**18.757.765**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.817.276	4.626.881	21.775.787	18.752.376
Outras receitas	-	-	35.397	35.073
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (constituição)	1.407	(8.812)	(5.462)	(29.684)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**3.327.944**	**2.742.759**	**15.891.792**	**14.632.942**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	2.280.699	1.982.114	12.781.936	11.020.510
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.047.245	760.645	3.080.407	3.572.204
Perda/Recuperação de valores ativos	-	-	29.449	40.228
Valor adicionado bruto	**2.490.739**	**1.875.310**	**5.913.930**	**4.124.823**
Depreciação e amortização	**98.100**	**76.513**	**583.651**	**505.369**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**2.392.639**	**1.798.797**	**5.330.279**	**3.619.454**
Valor adicionado recebido em transferência	**678.611**	**540.832**	**1.058.013**	**1.134.107**
Resultado de equivalência patrimonial	54.614	(99.647)	(17.795)	(9.109)
Receitas financeiras e variação cambial ativa	623.997	640.479	1.075.808	1.143.216
Valor adicionado total a distribuir	**3.071.250**	**2.339.629**	**6.388.292**	**4.753.561**
Distribuição do valor adicionado	**3.071.250**	**2.339.629**	**6.388.292**	**4.753.561**
Pessoal	**424.957**	**390.521**	**2.170.395**	**1.439.054**
Remuneração direta	343.435	317.153	1.845.904	1.143.062
Benefícios	60.531	49.125	200.122	182.119
FGTS	20.991	24.243	124.369	113.873
Impostos, taxas e contribuições	**(131.799)**	**318.006**	**140.956**	**812.063**
Federais	(450.437)	251.562	(405.472)	688.461
Estaduais	318.605	66.418	529.371	112.160
Municipais	33	26	17.057	11.442
Remuneração de capitais de terceiros	**3.517.564**	**2.446.870**	**4.797.234**	**3.305.354**
Juros	2.228.507	2.397.001	3.202.534	3.174.210
Aluguéis	14.457	49.869	92.373	131.144
Outras	1.274.600	-	1.502.327	-
Remuneração de capitais próprios	**(739.472)**	**(815.768)**	**(720.293)**	**(802.910)**
Prejuízo dos exercícios das operações continuadas	(739.472)	(815.768)	(739.472)	(815.768)
Participação dos não controladores nos lucros e prejuízos retidos	-	-	19.179	12.858

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos e *food service* no Brasil e no mundo. A Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerceadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, o que garante a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em mais de 110 países. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de proteína animal (bovinos, ovinos e aves, incluindo frango e peru) e outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, peixes, vegetais congelados e sobremesas, entre outros.

A Marfrig Global Foods S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20.788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 22 de janeiro de 2014 na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada na sede da Companhia, foi reformado o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, no qual a mesma passou a denominar-se Marfrig Global Foods S.A. (Outrora Marfrig Alimentos S.A.).

Seu Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 era constituído de 520.747.405 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2014, 162.637.554 ações ou 31,23% do Capital Social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações Ltda. e seus sócios individualmente. Na mesma data o "*free float*" era de 357.340.458 ações em circulação, representava 68,62% do Capital Social total da Companhia, que detinha 389.729 ações em tesouraria, representando 0,07% de seu Capital Social, além de 379.664 ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, representando 0,07% de seu Capital Social. A MMS Participações Ltda. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada um com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do Mercado de Capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG; Índice *Small Cap* - SMLL; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX.

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, que consiste em unidades de produção instaladas em locais estratégicos, combinadas a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores do mundo. Atualmente, a Marfrig opera 78 plantas de processamento, centros de distribuição e escritórios no Brasil e em 16 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A Administração da Companhia busca constantemente criar valor para o negócio como um todo. A estratégia que guiou a venda dos ativos relacionados às unidades de Negócio Seara e Zenda visa à simplificação e otimização da estrutura organizacional, redução da demanda por recursos, beneficiando-se ainda da menor alavancagem e do maior foco nas operações principais (core business) através de uma estrutura de capital mais robusta. A Companhia acredita que a melhora contínua dos seus processos internos lhe permitirá alcançar maior eficiência e controle de custos, o que, somado a uma administração voltada para resultados e comprometida com o crescimento rentável, possibilitará o aumento da lucratividade do negócio e fortalecimento da geração de caixa.

A estrutura organizacional e as posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizados de acordo com a forma que a Administração da Companhia toma suas decisões, com estruturas próprias profissionalizadas e segmentadas em:

- ***Marfrig Beef*** - A unidade de negócio Marfrig Beef é pioneira na comercialização e promoção da carne bovina, com foco em atender o mercado doméstico brasileiro, principalmente o setor de *food service,* e o mercado externo, com clientes ao redor do mundo. A Marfrig Beef é reconhecida em muitos países pela qualidade dos seus produtos *premium*, tendo aproveitado momentos favoráveis no setor de gado brasileiro e do câmbio para reforçar sua posição em mercados internacionais. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.
- ***Moy Park*** - A unidade de negócios Moy Park é uma empresa líder e renomada do setor alimentício do Reino Unido, fornecendo produtos in natura, de alta qualidade e produzidos com aves criadas localmente, além de alimentos diversos no segmento de conveniência. Operando nos mercados de varejo do Reino Unido e Irlanda há mais de 50 anos, a Moy Park oferece uma ampla linha de produtos prontos para o preparo, empanados e prontos para o consumo para os principais varejistas e grandes clientes de *food service* de todo o Reino Unido, Irlanda e Europa Continental.
- ***Keystone*** - A unidade de negócios *Keystone* fornece alimentos à base de proteína animal para as principais redes mundiais de restaurantes, com forte presença nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina seu amplo expertise na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um mix completo de produtos resfriados e congelados.

Resumo das participações societárias da Companhia:

Participações Societárias

MARFRIG BEEF

Controladora	Atividade Principal	País
Marfrig Global Foods S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 9 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos, 2 curtumes, 1 fábrica de higiene e limpeza e 1 fábrica de ração animal "pet", localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de 3 centros de Distribuição no Estado de São Paulo.)	Brasil

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação 31/12/2014	Percentual de Participação 31/12/2013
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 13 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 utilizada para abate de ovino e 2 unidades de industrialização de carne bovina), além de 2 centros de Distribuição.	Brasil	**100%**	**100%**
Masplen Ltd.	*Holding*	Ilha Jersey	**100%**	**100%**
Pampeano Alimentos S.A.	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados	Brasil	100%	100%
Marfrig Overseas Ltd.	Entidade de propósito específico - SPE	Ilhas Cayman	**100%**	**100%**
Marfood USA Inc.	Industrialização e comercialização de produtos (detentora da marca Pemmican)	EUA	**100%**	**100%**
MFG Agropecuária Ltda.	Atividade agropecuária (composta por 6 unidades de confinamento)	Brasil	**99,99%**	**99,99%**
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia e serviços associados	Brasil	**99,99%**	**99,99%**
Marfrig Argentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Argentina	**99,91%**	**99,86%**
Frigorífico Tacuarembó S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**97,91%**	**97,82%**
Inaler S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Marfrig Chile S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Chile	**99,50%**	**99,47%**
Frigorífico Patagônia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (frigorífico de cordeiro nos meses de dezembro a maio, processamento de peixes, moluscos e caranguejos (*king crabs*), nos meses restantes)	Chile	100%	100%
Prescott International S.A.	*Holding*	Uruguai	**100%**	**100%**
Cledinor S.A.	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos	Uruguai	100%	100%
Establecimientos Colonia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Weston Importers Ltd.	*Trading*	Reino Unido	**100%**	**100%**
CDB Meats Ltd.	Industrialização de produtos	Reino Unido	100%	100%
Marfrig Peru S.A.C.	Comercialização de carnes de aves, bovinos, peixes e crustáceos	Peru	**100%**	**100%**

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação 31/12/2014	Percentual de Participação 31/12/2013
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros e detêm a titularidade das empresas Keystone e Moy Park	Holanda	**100%**	**100%**

KEYSTONE

Keystone International S.a.r.l.	*Holding*	Luxemburgo	**100%**	**–**
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas na Ásia	Luxemburgo	**100%**	**100%**
MFG (USA) Holdings Inc.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas nos USA	USA	**100%**	**100%**
	(as empresas Keystone em conjunto, são compostas por 4 plantas de abate de aves e 13 plantas de produtos processados e industrializados)			

MOY PARK

Moy ParK Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos (composta por 4 plantas de abate de aves, 14 plantas de produtos processados e industrializados)	Irlanda do Norte	100%	100%
Kitchen Range Foods Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos	Inglaterra	100%	100%
Moy Park (BondCo) Plc	*Holding* constituída para veículo da primeira emissão de Senior Notes em libra	Irlanda do Norte	100%	–

Segmento de Negócios - Couro - Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	País
Columbus Netherlands B.V.	*Holding*	Holanda
Gideny S.A.	*Holding*	Uruguai
Grupo Zenda	Industrialização e comercialização de couros acabados e cortados	Diversos

Segmento de Negócios - Aves, Suínos, Produtos Elaborados e Processados - Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	País
Seara Holdings (Europe) B.V.	*Holding*	Holanda
Babicora Holding Participações Ltda.	*Holding*	Brasil
Seara Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
União Frederiquense Participações Ltda. e Secculum Participações Ltda.	*Holding* (em conjunto detêm 100% do Frigorífico Mabella Ltda.)	Brasil
Frigorífico Mabella Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
Dagranja Agroindustrial Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
Braslo Produtos de Carnes Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos (inclusive bovinos)	Brasil
Mas Frangos Participações Ltda.	*Holding*	Brasil
Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
Penasul Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
MBL Alimentos S.A.	Criação de suínos	Brasil
Athena Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (composta por 2 unidades de abate de aves, 1 unidade de abate de suínos, 8 unidades de processamento de produtos alimentícios, 3 fábricas de ração, 6 centros de distribuição e linha de produção de margarina). Detém a titularidade das marcas: Rezende, Confiança, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light Elegant, Fiesta, Freski, Doriana e Delicata.	Brasil
Excelsior Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (inclusive bovinos)	Brasil
Baumhardt Comércio e Participações Ltda.	*Holding*	Brasil
Excelsior Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (inclusive bovinos)	Brasil
Pine Point Participações Ltda. (1)	*Holding*	Brasil

(1) Empresa constituída para reorganização societária, conforme nota explicativa nº 12.3.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards (IFRS))* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 *(Separate Financial Statements)* revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Informações contábeis individuais

As informações contábeis da controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008). As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações contábeis individuais diferem do IFRS apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo histórico ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações contábeis individuais. Assim sendo, as informações contábeis individuais/consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações contábeis, individuais e consolidadas em 27 de Fevereiro de 2015.

2.2. Base de Apresentação

As informações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

2.3. Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. Conforme dispõe a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As informações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Global Foods S.A.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das informações contábeis consolidadas;
ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;
iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receita**

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são entregues ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas e os lucros não realizados nos estoques, entre controladora e suas controladas.

- **Receita e despesa financeira**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos/passivos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.2. Relatórios por segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme a Deliberação CVM 582/09 (CPC 22 - informações por segmento). O principal tomador de decisões operacionais foram identificados como o diretor presidente, diretor financeiro e diretor de cada segmento de negócio (Marfrig Beef, Keystone e Moy Park).

A Administração da Companhia identificou três principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a unidade de negócio, conforme nota explicativa nº 30.

3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Perda estimada com obsolescência dos estoques;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- Plano de opção de compra de ações - *stock option plan*;
- Ajuste a Valor Presente (AVP).

3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- **Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting***

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas na Holanda e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.6. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Aplicação financeira**

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades: Operações Compromissadas e CLN - *Credit Link Note*, estas aplicações, podem ser prontamente resgatadas, e possuem um risco insignificante de mudança de valor.

- **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

- **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável liquido, quando inferior ao custo médio.

- **Investimentos**

Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

- **Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

- **Arrendamentos**
  - **Arrendamento financeiro**
    Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil).
    Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.1.
  - **Arrendamento operacional**
    Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.
    Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.2.

- **Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

Os intangíveis da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 14.

3.1.7. Ativo biológico

Conforme a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), a atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos e aves vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves são valorizadas pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves.

3.1.8. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BUs* do Grupo que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

3.1.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.10. Provisões

As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados, e estas possam ser estimadas com segurança.

3.1.11. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 28.5.

3.1.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberação CVM 599/09 (CPC 32 - tributos sobre lucro), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de:

- Reconhecimento inicial do ágio;
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações contábeis e que se espera que sejam aplicáveis quando os (ativos) e passivos diferidos forem (recuperados) e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável;
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

3.1.13. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

3.1.14. Lucro por ação

Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela Deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro/prejuízo por ação não gera diferença material entre o lucro/prejuízo básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 29.

3.1.15. Ajuste a Valor Presente (AVP)

De acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 11,05% a.a. em 31 de dezembro de 2014 (9,82% a.a. para 31 de dezembro de 2013).

Os prazos utilizados na apuração do Ajuste a Valor Presente (AVP) variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

3.1.16. Gastos com emissão de ações

De acordo com a Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários), os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

3.1.17. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 24.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.18. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.1.19. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

3.1.20. Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2012.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações menos qualquer perda relacionada à *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 3.3 e 35.

3.1.21. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos da Deliberação CVM 557/08 (CPC 09 - demonstração do valor adicionado), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

3.1.22. Normas que entraram em vigor em 2014

A avaliação, por parte da Companhia, sobre as novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, e que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014, foram devidamente realizadas, e a administração da Companhia não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da mesma. As normas que foram modificadas são:

IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014 A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de *Hedge*", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de *hedge*, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 27 - "Demonstrações separadas", em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.1.23. Normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 11 - "Acordos de compartilhamento", em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 - "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - "Receitas" e a IAS 11 - "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de "Bearer plants" (definidos como "plantas vivas" que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os "Bearer plants" sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 10 e IAS 28 - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3.2. Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	367.049	41.982	1.023.213	626.693
Equivalentes de caixa	20.779	411	68.472	144.561
	387.828	**42.393**	**1.091.685**	**771.254**

O caixa e equivalentes de caixa das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada a seguir:

	Brasil		Exterior	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	48.963	35.339	607.201	549.372
Equivalentes de caixa	-	193	47.693	143.957
	48.963	**35.532**	**654.894**	**693.329**

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista.

4.1. Caixa e Bancos Por Moeda

A seguir o demonstrativo de caixa e bancos por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e Bancos:				
Reais	136.650	26.610	150.366	61.948
Dólar Norte-americano	230.174	13.745	334.481	60.606
Euro	225	1.627	35.430	42.422
Libra Esterlina	-	-	266.895	229.541
Ringgit Malasia	-	-	16.850	14.548
Yuan Chinês	-	-	139.539	128.506
Dólar Australiano	-	-	18.671	24.963
Thai Baht (Tailândia)	-	-	19.358	12.940
Won Sul Coreano	-	-	20.429	27.157
Dólar Hong Kong	-	-	9.824	2.357
Peso Uruguaio	-	-	7.772	21.516
Peso Chileno	-	-	3.427	-
Outros	-	-	171	189
	367.049	**41.982**	**1.023.213**	**626.693**

4.2. Equivalentes de Caixa

A seguir o demonstrativo dos equivalentes de caixa por modalidade:

Controladora						
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
CDB Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	2,31	8.039	266
Conta Remunerada (2)	Imediato	-	Dólar	0,20	12.654	-
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	86	145
Total					**20.779**	**411**

Consolidado						
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
CDB Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	2,31	8.039	459
Conta Remunerada (2)	Imediato	-	Dólar	0,20	60.347	143.957
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	86	145
Total					**68.472**	**144.561**

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do respectivo instrumento.

4.2.1. CDB Poupança aplicação automática

Os saldos em conta corrente remanescentes diariamente, em Reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

4.2.2. Conta remunerada

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações e operações financeiras, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Aplicações financeiras	455.589	138.216	1.568.082	1.041.312
	455.589	**138.216**	**1.568.082**	**1.041.312**

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

Controladora						
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	9,12	146.451	-
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	60.217
Depósito Remunerado	22/02/15	0,15	Dólar	3,00	212.083	-
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Real	2,43	99	95
CLN (2)	17/07/17	2,58	Dólar	0,26	79.762	77.904
FIDC	13/06/17	2,49	Real	15,07	17.194	-
Total					**455.589**	**138.216**
Total circulante					**455.589**	**138.216**

Consolidado						
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	8,96	185.664	786
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	60.217
Depósito Remunerado	30/06/15	-	Real	-	244	303
Depósito Remunerado	31/03/15	0,08	Dólar	1,65	451.215	-
Circular 1.456	30/06/15	0,56	Dólar	1,18	1.723	40.370
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Real	2,43	99	95
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Dólar	-	3.540	-
CLN (2)	17/07/17	1,20	Dólar	6,17	625.989	939.541
FIDC	13/06/17	2,49	Real	15,07	17.194	-
Títulos de Renda Fixa	30/06/15	0,10	Dólar	1,02	282.414	-
Total					**1.568.082**	**1.041.312**
Total circulante					**1.567.112**	**1.040.282**
Total não circulante					**970**	**1.030**

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

Os Certificados de Depósitos Bancários, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média de 75% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações Compromissadas

Operações baseadas de sobras de caixas diárias, que são efetuadas em Reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 70% a 100%. Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Depósito Remunerado

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em Reais e Dólares e são remuneradas a taxas pré-fixadas e mensurados por meio do custo amortizado.

5.4. Circular nº 1.456

As aplicações dessa modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em Dólar norte-americano junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas às taxas pré-fixadas, sendo realizadas entre 180 e 360 dias antes da exportação.

5.5. Títulos de capitalização

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em Reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

5.6. CLN - *Credit Linked Note*

As *Credit Linked Notes* "CLN" constituem um instrumento financeiro utilizado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizado para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 17.2.

Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacionais emitidas por subsidiarias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez são mantidos nas próprias subsidiarias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 6,17% a.a. e, são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

5.7. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditícios.

5.8. Títulos de Renda Fixa

São aplicações em títulos de renda fixa, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas prefixadas.

6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Valores a receber - clientes nacionais	201.589	355.439	952.048	1.087.456
(-) Ajuste a valor presente	(5.789)	(7.358)	(10.771)	(11.854)
	195.800	**348.081**	**941.277**	**1.075.602**
Valores a receber - clientes internacionais	538.749	677.915	1.152.249	1.179.696
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(447.020)	(284.392)
(-) Ajuste a valor presente	(14.593)	(14.903)	(27.746)	(19.444)
	77.136	**378.620**	**677.483**	**875.860**
	272.936	**726.701**	**1.618.760**	**1.951.462**
Valores a vencer:	702.777	1.015.383	1.634.272	1.923.321
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	20.300	12.839	293.951	232.087
de 31 a 60 dias	11.985	4.362	98.046	77.713
de 61 a 90 dias	5.276	770	78.028	34.031
Acima de 90 dias	7.405	8.812	35.146	29.684
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(447.020)	(284.392)
(-) Ajuste a valor presente	(20.382)	(22.261)	(38.517)	(31.298)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(7.405)	(8.812)	(35.146)	(29.684)
	272.936	**726.701**	**1.618.760**	**1.951.462**

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos:

A movimentação das perdas estimadas para crédito está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(8.812)**	**(29.684)**
Estimativa constituída no exercício	(10.078)	(20.479)
Estimativa revertida no exercício	11.485	15.404
Créditos baixados definitivamente da posição	-	982
Variação cambial	-	(1.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(7.405)**	**(35.146)**

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda de produtos, a prazo, no mercado interno, no montante máximo de R$ 160 milhões, sendo R$ 24 milhões constituídos por cotas subordinadas. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de faturas negociadas com o fundo foi de R$ 123.467.

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1.6.

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na Nota Explicativa nº 3.1.6:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Produtos acabados	693.276	544.275	1.567.978	1.456.435
Matérias-primas	-	506	320.245	235.564
Embalagens e almoxarifados	28.381	24.239	196.843	183.977
(-) Perdas estimadas	(13.566)	(7.558)	(57.147)	(47.424)
	708.091	**561.462**	**2.027.919**	**1.828.552**

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(7.558)**	**(47.424)**
Reversão de estimativas	1.002	12.000
Constituição de estimativas	(7.010)	(18.675)
Ganhos (Perdas) na conversão	-	(3.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(13.566)**	**(57.147)**

pefran 11 3885.9696

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Corrente				
Ativo biológico - bovinos	-	-	164.535	171.447
Ativo biológico - aves	-	-	167.688	103.185
Ganho (Perda) na conversão	-	-	19.977	75.474
Total ativo biológico corrente	**-**	**-**	**352.200**	**350.106**
Não corrente				
Ativo biológico - bovinos	-	-	-	53
Ativo biológico - aves	-	-	130.735	82.785
Ganho (Perda) na conversão	-	-	11.405	30.645
Total ativo biológico não corrente	**-**	**-**	**142.140**	**113.483**
Total ativo biológico	**-**	**-**	**494.340**	**463.589**

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos, não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, tratam-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate, e o saldo apresentado nesta rubrica encontra disponível para utilização nos próximos 12 meses. A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito marcado a mercado (*Marked to Market* - MtM), considerando as cotações da arroba do boi/vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por aves vivas, classificadas como matrizes, destinadas a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de 68 semanas em média.

A seguir está o demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**-**	**350.106**
Aumento devido a aquisições	-	1.993.166
(-) Baixa para abate	-	(2.804.071)
Gastos com insumos para engorda	-	1.116.803
(-) Diminuição devido a vendas	-	(306.765)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	-	(1.611)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*)	-	(15.405)
Conversão de balanço	-	19.977
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**352.200**

(*) Aplicável somente a bovinos.

Ativo biológico não corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**-**	**113.483**
Aumento devido a aquisições	-	157.868
(-) Baixa para abate	-	(3.026)
Gastos com insumo para engorda	-	28.328
(-) Diminuição devido a vendas	-	(243)
Amortização	-	(165.675)
Conversão de balanço	-	11.405
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**142.140**

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	662.735	591.176	690.541	610.844
Crédito de PIS	248.261	261.259	412.647	369.681
Crédito da Cofins	1.586.581	985.870	2.192.059	1.330.595
Imposto de Renda	47.025	84.720	64.101	101.107
Contribuição Social	15.001	14.795	16.793	16.430
IRRF	17.037	13.511	17.958	14.324
IVA	-	-	92.073	98.842
Certificados de exportação	-	-	6.526	5.666
Crédito Reintegra	28.223	-	46.981	-
Outros	-	6.066	7.510	58.366
(-) Perdas estimadas por não realização	(451.389)	(349.932)	(676.385)	(505.257)
	2.153.474	**1.607.465**	**2.870.804**	**2.100.598**
Ativo circulante	**878.476**	**658.838**	**1.361.635**	**1.110.436**
Ativo não circulante	**1.274.998**	**948.627**	**1.509.169**	**990.162**

9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

9.2. PIS, COFINS e IPI

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo. O incremento verificado nessas rubricas se refere aos créditos calculados no exercício, bem como aos valores de PIS e COFINS que foram utilizados para compensação de débitos de tributos previdenciários amparados por liminar. Tendo em vista que essas compensações estavam sendo questionadas pela SRF, e com advento do "REFIS da Copa", instituído pela Lei nº 12.996/2014, a Companhia decidiu pela desistência da discussão do tema, incluindo tais débitos de tributos previdenciários ao programa de REFIS (vide Nota 16), fazendo com que os créditos utilizados para compensação das contribuições retornassem a compor o saldo de Impostos a Recuperar do balanço.

A Companhia está realizando os maiores esforços no sentido de homologar seus direitos junto a Receita Federal.

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

9.4. Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Refere-se ao IRRF sobre rendimentos das aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

9.5. Imposto Sobre Valor Agregado - IVA

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

9.6. Certificados de Exportação

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

9.7. Crédito Reintegra

Refere-se ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, caracterizado como um incentivo fiscal, instituído pela MP 540 de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto 7.633 de 1º de dezembro de 2011, reinstituído pelos artigos 21 a 29 da MP 651 de 09 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13043 de 13 de novembro de 2014 e regulamentada pelo Decreto 8.304 de 12 de setembro de 2014 e Portaria 428 de 30 de setembro de 2014 publicada no DOU em 01 de outubro de 2014 e tem como objetivo reintegrar valores referentes a custos tributários federais residuais existentes nas cadeias de produção para exportação dos produtos abrangidos pela norma legal.

9.8. Perdas Estimadas para Não Realização de Créditos Tributários

As perdas estimadas para não realização de créditos tributários foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS.

A movimentação das estimativas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(349.932)**	**(505.257)**
Reversão de estimativa	-	182
Constituição de estimativa	(101.457)	(171.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(451.389)**	**(676.385)**

10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Partes relacionadas	2.521.877	2.559.273	-	-
Operações de mercado a receber	14.376	39.392	275.261	174.834
Outros títulos a receber	88.214	95.915	128.664	105.562
Total	**2.624.467**	**2.694.580**	**403.925**	**280.396**
Ativo circulante	**842.268**	**884.448**	**58.261**	**224.739**
Ativo não circulante	**1.782.199**	**1.810.132**	**345.664**	**55.657**

Os títulos a receber da Controladora, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.1.

10.1. Partes Relacionadas

As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações Ltda., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2014:

				31/12/14		Controladora 2014
31 de dezembro de 2014	**Contas a receber**	**Contas a pagar**	**Títulos a receber**	**Títulos a pagar**	**Compras**	**Vendas**
Cledinor S.A.	-	27.752	-	-	11.465	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	12.102	-	-	8.967	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	17.379	423	64.901	9.140	-
Inaler S.A.	-	13.330	-	-	9.106	-
Marfood USA, Inc	1.035	-	-	-	-	1.007
Marfrig Argentina S.A.	-	3.485	245.154	-	12.892	-
Marfrig Chile S.A.	49.764	-	-	-	802	161.376
Marfrig Holdings (Europe) BV	-	-	1.627	4.910.364	-	9.232
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	35.057	463.360	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	22.287	59.658	1.778.283	-	788.755	321.790
MFG Agropecuária Ltda.	693	19.864	265.813	-	299.596	12.754
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	121	2.769	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	7.489	82	195.399	-	-	120.407
Weston Importers Ltd.	23.655	-	-	-	-	27.160
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.754	-	-	2.176	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	942	-	-	9.986	-
	104.923	**156.348**	**2.521.877**	**5.441.394**	**1.152.885**	**653.726**

				31/12/13		Controladora 2013
31 de dezembro de 2013	**Contas a receber**	**Contas a pagar**	**Títulos a receber**	**Títulos a pagar**	**Compras**	**Vendas**
Cledinor S.A.	-	13.955	-	-	19.116	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	2.934	-	-	8.455	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	7.022	748	-	13.037	-
Inaler S.A.	-	4.209	-	-	8.035	-
Marfood USA, Inc	-	-	-	-	-	3.162
Marfrig Argentina S.A.	-	1.791	212.790	-	20.521	-
Marfrig Chile S.A.	31.296	3	-	-	652	192.183
Marfrig Holdings (Europe) BV	258	1	111.262	3.866.754	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	30.294	18.410	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	61.628	42.635	1.728.974	-	574.185	843.985
MFG Agropecuária Ltda.	57	26.984	303.680	-	226.802	2.948
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	111	2.348	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	8.861	-	171.414	-	899	101.377
Weston Importers Ltd.	23.299	-	-	-	-	145.088
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.618	-	-	156	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	249	-	-	5.434	-
	125.399	**101.401**	**2.559.273**	**3.887.512**	**877.292**	**1.288.743**

							Consolidado	
	Títulos a receber		Contas a pagar		Total de compras no período		Total de vendas no período	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Marcos Antonio Molina dos Santos	33.479	-	2.189	2.053	3.997	1.738	51.149	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	-	8.537	249	17.582	10.618	-	-
	33.479	**-**	**10.726**	**2.302**	**21.579**	**12.356**	**51.149**	**-**

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A., Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se compromete vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irretratável. A transação está devidamente aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.

Estes ativos estão sendo transacionados a valor de mercado, e no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado a partir do 2T/14 até o encerramento deste exercício, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraído os valores pagos pelo acionista controlador até 31/12/2014. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador.

A Companhia e o acionista controlador acertaram como contrapartida da referida operação, o pagamento do saldo, em espécie, que dar-se-á em 9 parcelas, sendo quitadas trimestralmente de forma consecutiva a partir do 3T/14.

O acionista controlador quitou até 31/12/2014 duas parcelas do referido contrato, no montante de R$ 9.566, de acordo com a programação de pagamentos previsto em contrato.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avalistas.

Em reunião datada de 23 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre 0,5% a 12% do Patrimônio Líquido da Companhia, tomando sempre por base as últimas informações contábeis intermediárias divulgadas ao mercado. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (controladora e controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela controladora. Nas transações com empresas controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) de 6 (seis) meses.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as informações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto de renda	967.923	780.605	1.328.587	1.140.920
Contribuição social	350.159	282.725	379.850	307.045
Ativo não circulante	**1.318.082**	**1.063.330**	**1.708.437**	**1.447.965**

Os créditos fiscais referem-se ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições temporárias que foram adicionadas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores bem como apurados sobre prejuízos fiscais, adições temporárias e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2015 em diante.

Em 25/08/2014, a companhia aderiu ao "Refis da Copa", instituído pela Lei nº 12.996/2014. Em consequência desta adesão, houve a permissão para utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para liquidação dos encargos moratórios (multa e juros), no montante de R$ 151,4 milhões em créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, correspondentes a R$ 445,3 milhões de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos de Administração das Companhias.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisões fiscais, bem como sobre perdas estimadas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

A seguir está apresentada a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

			31 de dezembro de 2014	
			Controladora	Consolidado
Descrição	**IRPJ**	**CSL**	**IRPJ**	**CSL**
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	**780.605**	**282.725**	**1.140.920**	**307.045**
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	-	-	(720)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	411.671	-	416.400	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSL	-	148.202	-	148.456
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(629)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	100.926	36.333	130.540	47.367
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(216.141)	(77.811)	(233.390)	(83.099)
Ganho ou perda na conversão	-	-	38.056	-
Utilização de encargos moratório - Refis da Copa	(109.138)	(39.290)	(112.125)	(39.290)
Outros	-	-	(51.094)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	**967.923**	**350.159**	**1.328.587**	**379.850**

As expectativas de recuperabilidade dos saldos de ativos fiscais diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudos de avaliação e análises internas, elaborados por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base na projeção de lucros tributáveis futuros, resultado das expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis, com testes de stress, tem como fundamento o plano estratégico da companhia "Focar para Ganhar", apresentado ao mercado em Outubro de 2013, e posto em prática logo a seguir, com o completo atingimento das metas ao final de 2014.

O plano "Focar para Ganhar" contém os seguintes pilares: a) agenda específica de ganho de produtividade direcionada para o negócio Beef Brasil b) controle sobre as margens c) aceleração de crescimento orgânico em/para localidades/clientes estratégicos d) foco nos canais de distribuição com maior rentabilidade e) maior integração das plataformas de negócios em nível mundial. Destes, com relação a: a) ganho de produtividade: a companhia obteve resultados concretos de ganho de produtividade na ordem de R$ 60 milhões anualizados, bem como iniciou a otimização de sua estrutura fabril no Brasil, obtendo ganhos de escala b) controle de margens e crescimento: todas as suas unidades apresentaram crescimento de margem *EBITDA* Ajustado em relação ao ano anterior, encerrando o período com margem combinada de 8,5% (frente a 7,7% do ano anterior) c) a Companhia incrementou o canal de exportações no Brasil bem como ampliou sua base de clientes especialmente nas unidades do exterior (Keystone e Moypark) d) no âmbito financeiro: a companhia vem reduzindo sua taxa média de captação, com relação ao ano anterior, por meio de operações de *Liability Management*. Cabe notar que as projeções levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento.

Para o ano de 2015, a companhia reforçará seus compromissos estratégicos já adotados e ampliará ações na agenda de produtividade (Beef Brasil, Keystone e Moypark) bem como na gestão ativa do endividamento da companhia.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Exercício	**Controladora**	**Consolidado**
2015	-	27.134
2016	-	80.037
2017	20.983	47.887
2018	88.024	116.487
2019	125.611	160.949
2020 a 2024	1.083.464	1.275.943
	1.318.082	**1.708.437**

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Participação em sociedades controladas	3.405.210	2.993.447	-	-
Outros investimentos	135	135	36.934	54.774
	3.405.345	**2.993.582**	**36.934**	**54.774**

12.1. Investimentos (Controladora)

Valor dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2014:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de participação no capital votante	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período	Valor do PL conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	78.573.743	100,00	Não	78.574	115.449	52.161	115.449
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Não	66.078	70.306	8.507	69.936
Inaler S.A.	66.247.320	100,00	Não	3.897	57.720	12.958	57.673
Frigorífico Tacuarembó S.A.	163.442.679	97,91	Não	17.353	242.257	59.889	234.644
Weston Importers Ltd.	8.101.296	100,00	Não	33.543	(18.949)	(3.659)	(18.949)
Masplen Limited	5.050	100,00	Não	9.805	35.767	1.010	35.155
Prescott International S.A.	79.693.916	100,00	Não	7.762	79.795	22.646	79.695
Establecimientos Colonia S.A.	403.237.385	100,00	Não	69.729	48.881	8.500	48.531
Marfood USA, Inc.	50.000	100,00	Não	65.604	(6.392)	(6.744)	(6.392)
Marfrig Overseas Ltd.	1	100,00	Não	-	(339.384)	(66.651)	(339.384)
MFG Agropecuária Ltda.	9.999	99,99	Não	-	(4.818)	5.073	(4.817)
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	782.246.195	99,91	Não	356.712	75.577	(16.024)	75.447
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	149.985	99,99	Não	-	1.782	1.345	1.782
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	2.403.806	100,00	Não	2.569.431	3.056.659	(25.742)	3.056.659
Marfrig Peru S.A.C.	5.000	100,00	Não	5	(219)	(220)	(219)
Total				**3.278.493**	**3.414.431**	**53.049**	**3.405.210**

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas:

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1)
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	2.289.850	2.174.401	-	3.144.193	52.161
Marfrig Chile S.A.	161.265	90.958	352	366.832	8.465
Inaler S.A.	167.496	109.777	-	276.957	12.958
Frigorífico Tacuarembó S.A.	412.039	169.783	5.063	540.168	58.638
Weston Importers Ltd.	31.327	50.275	-	222.433	(3.659)
Masplen Limited	374.540	338.773	-	315.895	1.010
Prestcott International S.A.	173.380	93.585	-	323.417	22.646
Establecimientos Colonia S.A.	258.937	210.055	-	467.079	8.500
Marfood USA, Inc.	117.960	124.352	-	125.444	(6.744)
Marfrig Overseas Ltd.	2.216.812	2.556.195	-	-	(66.651)
MFG Agropecuária Ltda.	305.314	310.131	-	329.886	5.072
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	440.958	365.376	68	496.120	(16.010)
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	4.077	2.295	-	101.253	1.344
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	13.433.024	10.263.595	-	11.402.801	(25.742)
Marfrig Peru S.A.C.	294	512	-	200	(220)
Total	**20.387.273**	**16.860.063**	**5.483**	**18.112.678**	**51.768**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros não realizados quando da consolidação de balanços.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

12.2. Movimentação dos Investimentos (Controladora)

	Saldo contábil em 31/12/2013	Ajuste de avaliação patrimonial	(Redução)/aumento de capital	Total investimento no período	Resultado da equivalência Patrimonial (1)	Efeito de conversão de balanço	Saldo contábil em 31/12/14
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	63.260	-	-	-	52.189	-	115.449
Marfrig Chile S.A.	56.436	312	-	-	8.449	4.739	69.936
Inaler S.A.	37.735	(1.655)	-	-	12.912	8.681	57.673
Frigorífico Tacuarembó S.A.	150.973	72	-	-	56.443	27.156	234.644
Weston Importers Ltd.	(13.950)	(4.679)	-	-	(3.831)	3.511	(18.949)
Masplen Limited	31.410	(3.598)	-	-	7.343	-	35.155
Prestcott International S.A.	47.619	(1.359)	-	-	22.547	10.888	79.695
Establecimientos Colonia S.A.	34.824	(4.652)	-	-	7.946	10.413	48.531
Marfood USA, Inc.	968	(660)	-	-	(6.744)	44	(6.392)
Marfrig Overseas Ltd.	(233.826)	(5.813)	-	-	(66.651)	(33.094)	(339.384)
MFG Agropecuária Ltda.	(9.889)	-	-	-	5.072	-	(4.817)
Marfrig Argentina S.A.	38.996	(60.211)	89.350	89.350	(16.443)	23.755	75.447
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	438	-	-	-	1.344	-	1.782
Marfrig Holdings (Europe) BV	2.788.451	(56.190)	-	-	(25.742)	350.140	3.056.659
Marfrig Peru S.A.C.	2	-	-	-	(220)	(1)	(219)
Total	**2.993.447**	**(138.433)**	**89.350**	**89.350**	**54.614**	**406.232**	**3.405.210**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

12.3 . Venda de Participações Societárias para o JBS S.A.

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 10 de junho de 2013, a Companhia celebrou no dia 07 de junho de 2013 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a: (i) alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Seara Brasil à JBS; e (ii) a alienação pela Companhia de 100% do capital da sociedade que detém o negócio de couro do Grupo Marfrig no Uruguai (Zenda) para JBS. O valor da transação que envolve as vendas da Seara Brasil e Zenda foi fixado, inicialmente, em R$ 5,85 bilhões e seria pago através da assunção de dívidas da Marfrig pela JBS.

Com base nesse contrato, em 30 de junho de 2013, a Companhia concluiu a venda da participação societária detida na entidade Columbus Netherlands BV., que detinha o controle do negócio de couro do Grupo Marfrig no Uruguai (Zenda), e desta forma o controle desta entidade foi transferido à JBS nessa data. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia concluiu a venda da participação societária detida nas entidades: Pine Point Participações Ltda. (empresa constituída com a finalidade de efetuar a reorganização societária das empresas: União Frederiquense Participação Ltda., Secculum Participação Ltda., Babicora Holding Participações Ltda., Seara Alimentos S.A., Athena Alimentos S.A., Seara Holding (Europe) BV., Excelsior Alimentos S.A. e Baumhardt Comércio e Participações Ltda. Transferindo o controle dessas entidades à JBS nessa data.

Os ganhos apurados nestas vendas no montante de R$ 483.018, em 30 de junho de 2013, (Columbus) e R$ 336.989, em 30 de setembro de 2013, (Seara Brasil) foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas".

Os ganhos e perdas do período corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no período das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do período comparativo foram reclassificados conforme previsto na Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada).

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, devido à alienação desses investimentos, o ágio que foi gerado quando da aquisição do Columbus Netherlands, União Frederiquense, Secculum, Seara Holding (Europe) BV. e Athena Alimentos S.A., foram realizados como custo da transação.

A seguir está demonstrado o resumo da venda de cada negociação:

Resumo Columbus Netherlands

	R$ mil
Preço de venda	450.000
(+) Ajuste no preço de venda (**)	151.903
(–) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(200)
(=) Preço de venda ajustado	601.703
(–) Baixa de investimento Columbus	(156.002)
(–) Baixa de outros resultados abrangentes	37.340
(=) Ganho apurado na operação de venda	**483.041**
(–) Baixa do ágio (*)	(23)
(=) Ganho na operação antes dos impostos	**483.018**

(*) Ágio da Columbus Netherlands estava registrado na Controladora - Marfrig Global Foods S.A.;

(**) Ajuste de preço decorrente de capital de giro que consta nas demonstrações consolidadas da Columbus Netherlands em 31 de março de 2013, último balanço disponível na data de constituição do preço de venda.

Resumo Seara Brasil

	R$ mil
Preço de venda	5.400.000
(+) Ajuste no preço de venda (**)	(2.350.162)
(=) Preço de venda ajustado	3.049.838
(–) Baixa de investimento Seara Brasil	(3.090.962)
(–) Baixa de outros resultados abrangentes	622.699
(–) Transferência de outras dívidas (***)	(201.260)
(=) Ganho apurado na operação de venda	**380.315**
(–) Baixa do ágio (*)	(43.326)
(=) Ganho na operação antes dos impostos	**336.989**

(*) Ágio das subsidiárias, União Frederiquense, Secculum, Seara Holding Europe BV. e Athena Alimentos S.A., que estavam registrados na Controladora - Marfrig Global Foods S.A.;

(**) Ajuste de preço decorrente da transferência de dívidas existentes nas empresas negociadas, capital de giro e variação cambial de empréstimos em Dólar norte-americano não transferidos, que constam nas demonstrações consolidadas da Seara Brasil em 30 de setembro de 2013, e demonstrações consolidadas da Columbus Netherlands BV., em 30 de junho de 2013, últimos balanços disponíveis na data de constituição do preço de venda;

(***) Este saldo se refere à transferência do título a pagar à BRF.

13. IMOBILIZADO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

		Controladora 31/12/14					
Descrição	**Taxas anuais médias de depreciação**	**Custo de Aquisição**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação Acumulada**	**Custo Líquido**
Terrenos	-	47.643	-	(1.512)	(17.921)	-	28.210
Edificações e prédios	3,04%	774.828	368	(395)	23.134	(118.743)	679.192
Máquinas e equipamentos	10,09%	361.768	34.971	(1.610)	3.633	(162.675)	236.087
Móveis e utensílios	9,95%	13.372	1.294	(55)	693	(6.200)	9.104
Instalações	4,53%	769.084	3	(2)	108.271	(140.093)	737.263
Veículos	18,60%	33.484	76	(4.397)	140	(8.888)	20.415
Equipamentos de informática	19,80%	11.770	989	(15)	(523)	(6.855)	5.366
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	(382)	-
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	6.903	-	-	(6.903)	-	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,14%	3.349	-	-	6.257	(525)	9.081
Arrendamento - veículos	20,00%	19.231	-	-	-	(18.860)	371
Arrendamento - informática	20,00%	15.127	2.920	-	(1.104)	(13.061)	3.882
Arrendamento - máquinas	10,00%	12.880	1.163	-	(1.882)	(9.675)	2.486
Arrendamento - instalações	-	18.291	-	-	(51)	(18.240)	-
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	(6.314)	-
Obras em andamento	-	2.070	120.485	-	(113.744)	-	8.811
Outras imobilizações	-	305	10	-	-	(118)	197
		2.096.801	**162.279**	**(7.986)**	**-**	**(510.629)**	**1.740.465**

Movimentação do saldo líquido da Controladora:

			Controladora 31/12/14				
Descrição	**Taxas anuais médias de depreciação**	**31/12/13 Saldo Líquido**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação**	**Saldo Líquido**
Terrenos	-	47.643	-	(1.512)	(17.921)	-	28.210
Edificações e prédios	3,04%	682.702	368	(389)	23.134	(26.623)	679.192
Máquinas e equipamentos	10,09%	229.169	34.971	(1.379)	3.633	(30.307)	236.087
Móveis e utensílios	9,95%	8.366	1.294	(47)	693	(1.202)	9.104
Instalações	4,53%	665.561	3	(2)	108.271	(36.570)	737.263
Veículos	18,60%	17.135	76	(1.368)	140	4.432	20.415
Equipamentos de informática	19,80%	4.283	989	(15)	(523)	632	5.366
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	6.903	-	-	(6.903)	-	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,14%	2.959	-	-	6.257	(135)	9.081
Arrendamento - veículos	20,00%	594	-	-	-	(223)	371
Arrendamento - informática	20,00%	2.867	2.920	-	(1.104)	(801)	3.882
Arrendamento - máquinas	10,00%	2.599	1.163	-	(1.882)	606	2.486
Arrendamento - instalações	-	36	-	-	(51)	15	-
Obras em andamento	-	2.070	120.485	-	(113.744)	-	8.811
Outras imobilizações	-	187	10	-	-	-	197
		1.673.074	**162.279**	**(4.712)**	**-**	**(90.176)**	**1.740.465**

Movimentação do custo de aquisição do Consolidado:

		Consolidado 31/12/14						
Descrição	**Taxas anuais médias de depreciação**	**Custo de aquisição**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Conversões**	**Depreciação acumulada**	**Custo líquido**
Terrenos	-	122.368	58	(14.384)	(20.484)	6.070	-	93.628
Edificações e prédios	2,77%	2.621.021	25.525	(19.930)	(61.452)	107.611	(622.529)	2.050.246
Máquinas e equipamentos	7,21%	2.166.012	79.032	(8.143)	88.335	65.956	(1.258.779)	1.132.413
Móveis e utensílios	9,19%	118.868	16.075	(446)	3.878	3.263	(78.214)	63.424
Instalações	4,58%	1.081.870	155	(24)	(9.142)	688	(194.907)	878.640
Veículos	13,26%	87.303	4.824	(6.879)	1.340	1.900	(46.618)	41.870
Equipamentos de informática	19,31%	63.910	4.590	(74)	(428)	379	(54.028)	14.349
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	-	(382)	-
Adiantamento para imobilização	-	6.972	-	-	(6.903)	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,40%	258.730	525	-	300.402	1.237	(66.901)	493.993
Arrendamento - veículos	20,00%	20.605	-	-	(130)	-	(19.818)	657
Arrendamento - informática	20,00%	15.594	2.920	-	(1.104)	-	(13.527)	3.883
Arrendamento - máquinas	0,80%	128.323	1.162	-	(3.193)	4.015	(89.396)	40.911
Arrendamento - instalações	-	19.637	-	-	(847)	-	(18.790)	-
Arrendamento - edificações	-	13.376	-	(5.877)	(1.533)	567	(6.533)	-
Obras em andamento	-	125.143	304.134	(1.935)	(288.475)	7.892	-	146.759
Outras imobilizações	1,48%	2.408	786	(510)	(264)	286	(1.925)	781
		6.852.522	**439.786**	**(58.202)**	**-**	**199.864**	**(2.472.347)**	**4.961.623**

Movimentação do saldo líquido do Consolidado:

			Consolidado 31/12/14					
Descrição	**Taxas anuais médias de depreciação**	**Saldo líquido**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Conversões**	**Depreciação**	**Saldo Líquido**
Terrenos	-	122.368	58	(14.384)	(20.484)	6.070	-	93.628
Edificações e prédios	2,77%	2.078.495	25.525	(12.002)	(61.452)	107.611	(87.931)	2.050.246
Máquinas e equipamentos	7,21%	1.086.909	79.032	(7.215)	88.335	65.956	(180.604)	1.132.413
Móveis e utensílios	9,19%	55.656	16.075	(11)	3.878	3.263	(15.437)	63.424
Instalações	4,58%	914.961	155	(2)	(9.142)	688	(28.020)	878.640
Veículos	13,26%	39.885	4.824	(2.939)	1.340	1.900	(3.140)	41.870
Equipamentos de informática	19,31%	15.220	4.590	(52)	(428)	379	(5.360)	14.349
Adiantamento para imobilização	-	6.972	-	-	(6.903)	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,40%	245.750	525	-	300.402	1.237	(53.921)	493.993
Arrendamento - veículos	20,00%	1.183	-	-	(130)	-	(396)	657
Arrendamento - informática	20,00%	2.868	2.920	-	(1.104)	-	(801)	3.883
Arrendamento - máquinas	0,80%	56.161	1.162	-	(3.193)	4.015	(17.234)	40.911
Arrendamento - instalações	-	849	-	-	(847)	-	(2)	-
Arrendamento - edificações	-	1.799	-	(833)	(1.533)	567	-	-
Obras em andamento	-	125.142	304.134	(1.934)	(288.475)	7.892	-	146.759
Outras imobilizações	1,48%	534	786	(506)	(264)	286	(55)	781
		4.754.752	**439.786**	**(39.878)**	**-**	**199.864**	**(392.901)**	**4.961.623**

Conforme a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06(R1) - operações de arrendamento mercantil), os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na Nota explicativa nº 19.

De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Nossa avaliação também contemplou os ativos temporariamente ociosos.

A Companhia e suas controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

	Controladora 31/12/14	
Descrição	**Ativo imobilizado temporariamente ocioso**	**Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação**
Edificações e prédios	4.273	580
Máquinas e equipamentos	-	33.909
Móveis e utensílios	-	789
Instalações	6.714	265
Veículos	-	36.853
Equipamentos de informática	-	20.549
Aeronaves	-	382
	10.987	**93.327**

	Consolidado 31/12/14	
Descrição	**Ativo imobilizado temporariamente ocioso**	**Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação**
Edificações e prédios	4.273	4.582
Máquinas e equipamentos	7.594	38.738
Móveis e utensílios	176	932
Instalações	6.714	269
Veículos	503	36.955
Equipamentos de informática	40	21.169
Aeronaves	-	382
Benfeitorias em propriedades arrendadas	97.595	-
Arrendamento - máquinas	195	-
	117.090	**103.027**

14. INTANGÍVEL

A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, compondo o ativo não circulante, apresentado de acordo com a Deliberação CVM 644/10 (CPC 04 (R1) ativo intangível), no resumo seguir:

			Controladora		Consolidado	
	Taxa de amortização	**Prazo de vida útil**	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Ágio	-	-	526.791	526.119	1.061.568	1.037.019
Marcas e patentes	7,90%	12,06	22.883	22.883	454.572	383.554
Softwares	18,77%	5,32	33.717	36.638	38.300	39.143
Relacionamento com clientes	9,71%	15,65	-	-	518.113	720.102
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	-	896.381	604.052
Outros intangíveis	13,31%	8,63	-	-	35.775	27.415
			583.391	**585.640**	**3.004.709**	**2.811.285**

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação consolidada do ativo intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**585.640**	**2.811.285**
(+) Adição	6.133	17.294
(–) Baixa	(458)	(14.251)
(–) Amortização	(7.924)	(25.075)
(+/–) Variação cambial	-	215.456
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**583.391**	**3.004.709**

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa dos CPCs) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 - combinação de negócios). Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).

Conforme Deliberação CVM 639/10 (CPC 1 (R1) - redução ao valor recuperável de ativos), o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

14.1. Movimentação do Intangível (Controladora)

A movimentação do intangível na controladora e controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Aquisição/ Baixa	Operação Descontinuada	Reclassificação/ Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	672	-	-	58.496
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	-	17.258
Prescott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	-	22.922
Establecimientos Colonia S.A. - Ágio	114.479	-	-	-	114.479
Marfood USA Inc.	308	-	-	-	308
Keystone International	274.949	-	-	-	274.949
Software e sistemas	36.638	5.003	-	(7.924)	33.717
Marcas e patentes	22.883	-	-	-	22.883
Total	**585.640**	**5.675**	**-**	**(7.924)**	**583.391**

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos os CPCs estão expressos na moeda funcional da Controladora.

14.2. Movimentação do Intangível (Controladas)

	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2013	Aquisições	Variação cambial na conversão	Amortização	Baixa	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2014
Marfrig Chile S.A.	**18.848**	**53**	**2.525**	**(57)**	**-**	**21.369**
Ágio	18.618	-	2.494	-	-	21.112
Marcas e patentes/*software*/outros	230	53	31	(57)	-	257
Weston Importers Ltd.	**13.244**	**-**	**915**	**-**	**-**	**14.159**
Ágio	13.244	-	915	-	-	14.159
Masplen Limited	**498**	**-**	**-**	**(38)**	**-**	**460**
Marcas e patentes/*software*/outros	498	-	-	(38)	-	460
Prestcott International S.A.	**10.703**	**196**	**1.459**	**(66)**	**-**	**12.292**
Ágio	10.299	-	1.379	-	-	11.678
Marcas e patentes/*software*/outros	404	196	80	(66)	-	614
Marfood USA, Inc.	**65.444**	**-**	**8.659**	**(796)**	**-**	**73.307**
Ágio	47.485	-	6.357	-	-	53.842
Relacionamento com clientes	3.856	-	414	(796)	-	3.474
Marcas e patentes/*software*/outros	14.103	-	1.888	-	-	15.991
Frigoríficos Tacuarembó S.A.	**467**	**995**	**105**	**(75)**	**(604)**	**888**
Marcas e patentes/*software*/outros	467	995	105	(75)	(604)	888
Inaler S.A.	**312**	**196**	**69**	**(53)**	**-**	**524**
Marcas e patentes/*software*/outros	312	196	69	(53)	-	524
Establecimientos Colonia S.A.	**584**	**196**	**96**	**(73)**	**(38)**	**765**
Marcas e patentes/*software*/outros	584	196	96	(73)	(38)	765
Marfrig Argentina S.A.	**101.552**	**56**	**7.578**	**(18)**	**-**	**109.168**
Ágio	101.341	-	7.561	-	-	108.902
Marcas e patentes/*software*/outros	211	56	17	(18)	-	266
MFB - Marfrig Frigoríficos BR S.A.	**520**	**52**	**-**	**(150)**	**(21)**	**401**
Marcas e patentes/*software*/outros	520	52	-	(150)	(21)	401
MFG Agropecuária Ltda.	**30**	**-**	**-**	**(7)**	**(8)**	**15**
Marcas e patentes/*software*/outros	30	-	-	(7)	(8)	15
Marfrig Holdings (Europe) BV	**2.013.443**	**9.417**	**194.050**	**(15.818)**	**(13.122)**	**2.187.970**
Ágio	319.911	-	5.100	73	-	325.084
Relacionamento com clientes	1.320.298	-	113.310	(15.739)	(6.850)	1.411.019
Marcas e patentes/*software*/outros	373.234	9.417	75.640	(152)	(6.272)	451.867
Total	**2.225.645**	**11.161**	**215.456**	**(17.151)**	**(13.793)**	**2.421.318**

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
INSS a recolher	2.236	2.496	11.558	24.758
Salários e obrigações trabalhistas	52.974	50.003	218.805	210.527
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	4.695	6.932	111.616	102.646
	59.905	**59.431**	**341.979**	**337.931**

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212/91 e artigo 104, da Lei nº 11.196/05.

Atualmente a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.

A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange à obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.

Desta forma foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.

Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa, no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.

Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e Cofins, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até Dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência os créditos compensados retornaram para o balanço (vide Notas 9.2 e 16).

Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima, portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ICMS a recolher	-	-	96	4.937
Parcelamento Especial - Leis nºs 11.941/09 (1)	524.865	156.299	719.751	156.299
Imposto de renda a pagar	-	-	72.958	26.917
Contribuição social a pagar	-	-	5.177	4.469
Pis e Cofins a recolher	-	-	-	5
Contribuição social a pagar - PGFN (2)	9.627	9.199	9.627	9.199
Imposto de renda a pagar - PGFN (2)	26.080	24.919	26.080	24.919
IRRF a pagar - PGFN (2)	7.385	7.057	7.385	7.057
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	4.467	8.048	65.783	62.838
	572.424	**205.522**	**906.857**	**296.640**
Passivo circulante	**43.556**	**24.596**	**200.312**	**114.651**
Passivo não circulante	**528.868**	**180.926**	**706.545**	**181.989**

(1) E as Leis nºs 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.

(2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante original de R$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa, juros e atualização de R$ 13.248 e um débito total de R$ 43.092, conforme demonstrado a seguir:

Débitos reclassificados para impostos a recolher

	31/12/14	31/12/13
Contribuição Social a pagar - PGFN	9.627	9.199
Imposto de Renda a pagar - PGFN	26.080	24.919
IRRF a pagar - PGFN	7.385	7.057
	43.092	**41.175**

Reabertura do prazo para adesão - Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014

Em 20 de dezembro de 2013 e em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu a Reabertura da Lei nº 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	156.299	60.249	156.299	237.879
(+) Adesão ao parcelamento	464.346	58.390	692.717	229.423
(+) Juros de atualização	44.501	7.514	50.057	28.518
(-) Ajuste a valor presente	-	50.664	-	31.156
(-) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(140.281)	(20.518)	(179.322)	(53.387)
(-) Reversão pela alienação de investimentos	-	-	-	(317.290)
Saldo devedor	**524.865**	**156.299**	**719.751**	**156.299**
Passivo circulante	**39.089**	**16.788**	**56.557**	**16.788**
Passivo não circulante	**485.776**	**139.511**	**663.194**	**139.511**

Em virtude da adesão da companhia e suas controladas ao parcelamento reaberto pela Lei nº 12.996/2014 ("REFIS da Copa"), demonstramos no quadro abaixo a composição dos efeitos no balanço, tendo em vista a eliminação de discussões administrativa e/ou judiciais (contingências fiscais):

Valor atualizado (1)	Desconto (2)	Créditos tributários/ antecipações (3)	Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL (4)	Saldo do parcelamento
1.034.310	(223.436)	(160.619)	(151.414)	498.841

(1) Corresponde aos débitos previdenciários compensados com créditos de PIS e COFINS que estavam sendo questionados pela administração tributária e demais débitos, atualizados monetariamente;

(2) Desconto refere-se a: 60% sobre o valor de multa de mora; 20% sobre o valor da multa isolada; 25% sobre o total de juros e 100% sobre o total de encargos, conforme permitido pela legislação do "REFIS da Copa";

(3) Créditos de PIS/COFINS e antecipações em espécie, utilizados para liquidação dos 20% de antecipação prevista no Refis a Copa;

(4) Utilização de créditos de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para liquidação de encargos moratórios (vide Nota 11).

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,08%	2,29	294	645
FINEP	TJLP + 1%	6,00%	1,31	7.648	13.681
NCE	Taxa Fixa + %CDI	11,36%	1,23	575.148	221.995
Capital de giro	CDI + Taxa Fixa	16,46%	2,87	120.633	99.936
Total moeda nacional		**12,17%**		**703.723**	**336.257**
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento (US$)	Libor + Taxa Fixa + Variação Cambial	5,39%	1,63	84.213	224.977
NCE/ACC (US$)	Taxa Fixa + V.C (US$) + Libor	6,16%	0,48	824.323	891.726
Total moeda estrangeira		**6,09%**		**908.536**	**1.116.703**
Total do endividamento		**8,74%**		**1.612.259**	**1.452.960**
Passivo circulante				**1.147.462**	**562.244**
Passivo não circulante				**464.797**	**890.716**

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,08%	2,29	294	645
FINEP	TJLP + 1%	4,40%	4,63	38.283	50.509
NCE	Taxa Fixa + %CDI	11,36%	1,23	575.148	221.995
Capital de giro (R$)	Taxa Fixa + %CDI	16,46%	2,87	120.633	99.936
Total moeda nacional		**11,83%**		**734.358**	**373.085**
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento (US$)	Libor + Taxa Fixa + Variação Cambial	5,39%	1,63	84.213	224.977
Bonds (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	8,29%	4,84	7.749.702	5.624.277
NCE/ACC (US$)	%CDI + Taxa Fixa + Variação Cambial (US$) + Libor	6,16%	0,48	825.768	893.170
Capital de giro (Pesos)	Unidade Fomento	-	-	-	2.266
Empréstimo Bancário (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	3,88%	3,84	871.760	921.504
Linha de crédito Rotativo - *Revolving*	Libor + 2,75	2,10%	3,26	556.781	806.528
Financiamentos (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	-	-	-	22.071
PAE (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	2,26%	0,14	26.160	17.036
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,50%	0,84	21.601	28.578
Total moeda estrangeira		**7,35%**		**10.135.985**	**8.540.407**
Total do endividamento		**7,65%**		**10.870.343**	**8.913.492**
Passivo circulante				**1.470.237**	**1.096.970**
Passivo não circulante				**9.400.106**	**7.816.522**

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

17.1. *Senior Notes - BONDS*

São captações de dívida de longo prazo, em moedas internacionais, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (*Rule* 144A/Reg S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o *U.S. Securities Act* of 1933, conforme alterado.

A Companhia, através de suas subsidiárias, realizou sete captações desta natureza desde 2006, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US$ 375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (Novembro/2016), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente (este aditivo, juntamente com a escritura, a "Primeira Emissão"). A Primeira Emissão conta com garantias de Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) BV;

- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US$ 500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (Novembro/2020), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia ("Segunda Emissão");
- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Mai/2018), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão");
- A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 600 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão");
- A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 400 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US$ 191milhões, ou 50,97% das notas em circulação remanescentes da Primeira Emissão. Em virtude de tal oferta de recompra, a Primeira Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) da Escritura;

Em março de 2014, a Companhia concluiu a emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Segunda Emissão, no valor total de US$ 275 milhões ("Notas Adicionais"). As Notas Adicionais foram consolidadas compondo uma série única com as *Senior Notes* da Segunda Emissão, com cupom de 9,50% ao ano (*yield* de 9,43% por ano para a emissão). As Notas Adicionais receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's, B pela Standard&Poors e Fitch. A emissão das Notas Adicionais é garantida pela Marfrig Global Foods S.A. e por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V. Vinculada às Notas Adicionais a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente (i) US$ 72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão, e (ii) US$ 57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão.

- A sexta operação foi concluída em maio de 2014 e compreendeu a emissão pela Moy Park (Bondco) Plc da primeira emissão de *Senior Notes* em libras esterlinas, no valor total de GBP 200 milhões, com cupom de 6,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2014 e vencimento de principal em 7 anos (Maio/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Moy Park Holdings Europe Ltd., Moy Park Ltd. e por algumas de suas afiliadas, não havendo garantia às Notas pela Companhia. Seus recursos destinaram-se à Companhia e foram utilizados para repagamento de endividamento existente ("Sexta Emissão");
- A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 850 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Junho/2019), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão"). Vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento, da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US$ 291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão, e (ii) US$ 371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão e a Quinta Emissão foram aditadas através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants)* das Escrituras.

Tendo em vista que as *Senior Notes* emitidas em 2006, 2010, 2011, Janeiro de 2013, Setembro de 2013, Maio de 2014 e Junho de 2014 representam 71,29% do endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 (e representavam 63,10% do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2013), a obrigação de manutenção de um quociente de dívida líquida ajustada para o *EBITDA* (LAJIDA) dos últimos 12 meses baliza os demais empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto no encerramento do período. No que se refere ao quociente de dívida líquida ajustada para o *EBITDA* (LAJIDA), cumpre esclarecer que, (i) a Segunda Emissão, a Terceira Emissão e a Sétima Emissão preveem um quociente não superior a 4,75x (ii) a Sexta Emissão prevê um quociente não superior a 3,5x aplicável tão somente ao conglomerado Moy Park, não se vinculando ao quociente de dívida líquida ajustada para o *EBITDA* (LAJIDA) aplicável ao consolidado da Companhia.

Ademais, em virtude do fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças em 30 de setembro de 2013 na qual ficou aperfeiçoada, dentre outras, a alienação, pela Companhia, de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detinham a unidade de negócios Seara Brasil para a JBS S.A., as garantias originalmente prestadas pela União Frederiquense Participações Ltda. e Seara Alimentos Ltda. na Primeira Emissão, Segunda Emissão, Terceira Emissão e Quarta Emissão foram liberadas conforme mecanismo de liberação previsto em suas respectivas escrituras.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

17.2. Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo de financiamentos	**1.612.259**	**1.452.960**	**10.870.343**	**8.913.492**
Garantias:				
Nota Promissória	404.580	375.559	406.024	377.003
Duplicatas	84.878	114.251	120.083	152.004
Fiança Bancária	-	-	30.167	42.165
Contrato de Fornecimento	-	-	-	2.266
Aval	492.490	211.912	1.306.624	211.912
Bem Financiado	294	645	17.368	15.819
Documentos de exportação	-	-	57.603	70.483
Instalações	7.648	13.681	80.312	119.323
Aplicação Financeira	60.707	-	518.744	758.980
Sem Garantias	561.662	736.912	8.333.418	7.163.537

17.3. *Covenants*

Os contratos de empréstimos e financeiros são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo *covenant* de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o *EBITDA* anualizado (últimos doze meses).

O cronograma de vencimentos está apresentado na Nota 18.

A penalidade ao não cumprimento desse *covenant* é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/14
Dívida bruta Consolidada	11.060.925
(-) Disponibilidade Consolidada	2.658.797
Divida líquida Consolidada	8.402.128
EBITDA (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	1.685.899
Quociente de *EBITDA*	4,98x
Divida líquida Consolidada	8.402.128
(-) Efeito de variação cambial *(carve-out)*	2.638.243
Divida líquida Consolidada Ajustada	5.763.885
Indicador de alavancagem	3,42x

Conforme Nota Explicativa nº 32.6 - Gestão de Capital, em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), ficou em 3,42x.

18. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Debêntures a pagar	570.000	570.000	-	-
(-) Custo emissão de debêntures	(184)	(244)	-	-
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	280.606	102.697	238.228	32.607
(-) IRRF sobre juros debêntures	(47.646)	(6.335)	(47.646)	(6.335)
	802.776	**666.118**	**190.582**	**26.272**
Passivo circulante - juros sobre debêntures	232.960	96.362	190.582	26.272
Passivo não circulante - debêntures a pagar	569.816	569.756	-	-

A Companhia apoiada pelos seus assessores financeiros estruturou durante o 2º trimestre de 2013 uma emissão de debêntures não conversíveis com vencimento em 22 de janeiro de 2019, no montante de R$ 570.000. Esta operação formalizou o processo de internalização de parte do recurso financeiro oriundo de *Sênior Notes*, emitidas por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) BV., em Janeiro de 2013. A operação foi estruturada de forma a não causar efeito nas demonstrações consolidadas da Companhia.

A Companhia não possui cláusula de repactuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07 nas notas explicativas das informações contábeis.

Também estão provisionados juros de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações conforme Nota Explicativa nº 21.

O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	703.723	336.257	734.358	373.085
Juros sobre debêntures	232.960	96.362	190.582	26.272
Debêntures a pagar	569.816	569.756	-	-
	1.506.499	**1.002.375**	**924.940**	**399.357**
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	908.536	1.116.703	10.135.985	8.540.407
	908.536	**1.116.703**	**10.135.985**	**8.540.407**
	2.415.035	**2.119.078**	**11.060.925**	**8.939.764**

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
1T14	-	174.015	-	105.416
2T14	-	18.046	-	19.537
3T14	-	100.942	-	102.433
4T14	-	1.517	-	3.060
1T15	321.989	-	281.145	-
2T15	203.784	-	205.264	-
3T15	10.660	-	12.140	-
4T15	210.848	-	212.328	-
2015	-	38.412	-	44.375
2016	72.061	34.665	77.980	40.628
2017	68.488	32.498	74.407	38.462
2018	48.827	32.498	54.745	38.462
2019	569.829	569.769	5.932	5.977
2020	12	12	998	1.006
2021	1	1	1	1
	1.506.499	**1.002.375**	**924.940**	**399.357**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda estrangeira				
1T14	-	526	-	398.020
2T14	-	5.725	-	105.269
3T14	-	34.078	-	52.448
4T14	-	323.757	-	337.059
1T15	126.418	-	324.050	-
2T15	119.947	-	193.029	-
3T15	82.704	-	111.863	-
4T15	304.072	-	321.000	-
2015	-	509.837	-	640.716
2016	116.023	102.224	636.374	541.355
2017	159.372	140.556	584.840	1.539.382
2018	-	-	2.471.982	2.434.983
2019	-	-	2.008.403	2.722
2020	-	-	2.551.992	1.595.671
2021	-	-	932.452	892.782
	908.536	**1.116.703**	**10.135.985**	**8.540.407**
Total	**2.415.035**	**2.119.078**	**11.060.925**	**8.939.764**

19. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

19.1. Arrendamento Financeiro

Tendo em vista a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na Nota Explicativa nº 13, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiros tratam-se dos próprios bens arrendados:

Controladora

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Futuros Pagamentos 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	15,16%	1,1	509	469	721
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamento Informática	CDI + Taxa	6,63%	1,4	2.993	2.688	2.437
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	14,03%	1,4	2.167	1.931	1.697
Arrendamento Financeiro *Leasing* Instalações Industriais	CDI + Taxa	-	-	-	-	1
Juros Financeiros a incorrer				(967)	-	(785)
AVP Arrendamento Financeiro *Leasing*				(583)	-	(418)
Total moeda nacional				**4.119**	**5.088**	**3.653**
Total Controladora				**4.119**	**5.088**	**3.653**
Passivo circulante				**2.365**	**-**	**2.466**
Passivo não circulante				**1.754**	**-**	**1.187**

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Futuros Pagamentos 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	14,77%	1,0	802	742	1.310
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamento Informática	CDI + Taxa	6,63%	1,4	2.993	2.688	2.437
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	14,13%	1,4	2.527	2.262	2.427
Arrendamento Financeiro *Leasing* Instalações Industriais	CDI + Taxa	-	-	-	-	1
Juros Financeiros a incorrer				(1.172)	-	(1.195)
AVP Arrendamento Financeiro Leasing				(583)	-	(418)
Total moeda nacional				**4.567**	**5.692**	**4.562**
Moeda estrangeira						
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,25%	3,5	2.935	3.564	3.895
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	Taxa	4,11%	2,5	132.472	143.369	144.302
Total moeda estrangeira				**135.407**	**146.933**	**148.197**
Total Consolidado				**139.974**	**152.625**	**152.759**
Passivo circulante				**69.229**	**-**	**49.663**
Passivo não circulante				**70.745**	**-**	**103.096**

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
Até 1 ano	2.365	2.466	2.661	2.919
De 1 ano até 5 anos	1.754	1.187	1.906	1.643
Total moeda nacional	**4.119**	**3.653**	**4.567**	**4.562**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	66.568	46.745
De 1 ano até 5 anos	-	-	68.839	101.233
Mais de 5 anos	-	-	-	219
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**135.407**	**148.197**
Total	**4.119**	**3.653**	**139.974**	**152.759**

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
Até 1 ano	2.899	2.766	3.304	3.360
De 1 ano até 5 anos	2.189	1.672	2.388	2.227
Total moeda nacional	**5.088**	**4.438**	**5.692**	**5.587**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	72.035	50.549
De 1 ano até 5 anos	-	-	74.898	108.558
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**146.933**	**159.107**
Total	**5.088**	**4.438**	**152.625**	**164.694**

19.2. Arrendamento Operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2014:

Controladora

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/14
	Moeda nacional					
BANCO IBM S.A.	Equipamento Informática	05/07/12	11,46%	0,5	856	347
BANCO DE LAGE LADEN	Equipamento Informática	25/05/12	11,46%	0,3	2.610	870
LEASEPLAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	Veículos	20/01/12	7,30%	0,7	70	22
BRASIL FOOD SERVICE GROUP S.A. - BFG	Planta frigorifica	01/10/14	IGP-M ano	5,0	70.848	3.936
	Total moeda nacional				**74.384**	**5.175**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	2,8	24.631	2.310
	Total moeda estrangeira				**24.631**	**2.310**
	Total moeda nacional e estrangeira				**99.015**	**7.485**

Consolidado

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/14
	Moeda nacional					
BANCO IBM S.A.	Equipamento Informática	05/07/12	11,46%	0,5	856	347
BANCO DE LAGE LADEN	Equipamento Informática	25/05/12	11,46%	0,3	2.610	870
LEASEPLAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	Veículos	20/01/12	7,30%	0,7	70	22
BRASIL FOOD SERVICE GROUP S.A. - BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	5,0	70.848	3.936
LEONI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	5,0	2.520	385
	Total moeda nacional				**76.904**	**5.560**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	2,8	24.631	2.310
Bank of America	Aeronave	15/04/11	6,61%	8,0	82.342	6.015
Ford Motor Credit CO.	Veículos	31/12/13	15,93%	0,5	156	134
Diversos arrendadores	Equipamento Informática	16/06/12	Prazo Fixo	2,0	624	707
Diversos arrendadores	Imóvel	26/05/07	Prazo Fixo	3,7	104.672	22.765
Diversos arrendadores	Máquinas e Equipamentos	08/06/14	Prazo Fixo	11,1	114.412	13.785
Diversos arrendadores	Integrados	22/06/13	Prazo Fixo	5,5	33.021	9.574
Diversos arrendadores	Terreno e Edifícios	05/08/13	Prazo Fixo	11,1	7.879	1.337
Diversos arrendadores	Veículos	08/11/14	Prazo Fixo	4,2	18.736	6.599
	Total moeda estrangeira				**386.473**	**63.226**
	Total moeda nacional e estrangeira				**463.377**	**68.786**

O cronograma de vencimentos do saldo do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

	Controladora 31/12/14 (a valor presente)	Consolidado 31/12/14 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	9.498	9.832
De 1 ano até 5 anos	36.162	37.497
Total moeda nacional	**45.660**	**47.329**
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	1.491	62.900
De 1 ano até 5 anos	2.164	264.133
Mais de 5 anos	-	32.473
Total moeda estrangeira	**3.655**	**359.506**
Total	**49.315**	**406.835**

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

20. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Títulos a pagar investimentos Brasil	3.790	3.790	3.790	3.790
Títulos a pagar - Patrocínios (a)	65.598	31.504	65.598	31.504
Operações de mercado a pagar (b)	376.198	231.927	411.320	241.596
Partes relacionadas (c)	5.441.394	3.887.512	-	-
Outros	-	-	2.757	10
	5.886.980	**4.154.733**	**483.465**	**276.900**
Passivo circulante	**134.125**	**287.474**	**129.895**	**272.486**
Passivo não circulante	**5.752.855**	**3.867.259**	**353.570**	**4.414**

(a) Em 08 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("Seleções").

O contrato permitia divulgar o patrocínio das "Seleções" por meio de exposição e associações várias marcas de titularidade da MARFRIG. Houve rescisão do referido contrato e as partes estão discutindo em juízo os termos da referida rescisão.

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™, FIFA Confederations Cup 2013 e 2014 FIFA World Cup™.* O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: MOY PARK e PEMMICAN, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e sua distribuição;

(b) Na Nota Explicativa nº 32 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de *commodities*. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar;

(c) Na Nota Explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo.

21. INSTRUMENTO MANDATÓRIO CONVERSÍVEL EM AÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Instrumento mandatório conversível em ações	2.150.000	2.500.000	2.150.000	2.500.000
Conversão em ações	-	(350.000)	-	(350.000)
Cancelamento de ações	(450)	-	(450)	-
Gastos com emissão	(41.180)	(36.887)	(41.180)	(36.887)
Amortização dos gastos com emissão	13.100	-	13.100	-
	2.121.470	**2.113.113**	**2.121.470**	**2.113.113**

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Global Foods S.A.", emitiu 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R$ 10, no valor total de R$ 2.500.000. O Instrumento Mandatório foi emitido em 15 de julho de 2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatório está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S.A. A totalidade das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures foram subscritas, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S.A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R$ 21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R$ 24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia, com base na essência da operação (*equity)* e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, manifestou-se a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que fossem reapresentadas as demonstrações contábeis de 2011, comparadas as demonstrações de 2010.

A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatório para rubrica contábil específica no passivo não circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não altera qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não tem efeito sobre o atual endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida, e seus *covenants* financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houveram renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R$ 41.180 em 30/06/2014. Esses gastos também foram reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de "Instrumento Mandatório Conversível em Ações". Por determinação da Companhia este valor passou a ser amortizado mensalmente.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta mil) ações de emissão da Companhia, nos termos do item III.16.11 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Global Foods S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda., em 22 de julho de 2010 e conforme Fato Relevante divulgado em 24 de outubro de 2012.

As ações dessa conversão têm as mesmas características e condições e gozam de todos os direitos e vantagens legais e estatutariamente atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em decorrência da referida conversão de debêntures, houve aumento relevante da participação acionária do acionista BNDESPAR, que passou a deter ações ordinárias que representam 19,63% do Capital Social total da Companhia.

Em 06 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da proposta para realização da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia, em Série Única, no montante total de R$ 2.150.000 (5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia).

Em 22 de janeiro de 2014 os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a referida 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, no montante total de R$ 2.150.000, em série única, com a emissão de 215.000 mil debêntures ao valor unitário de R$ 10 cada uma, corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). Os Juros serão pagos anualmente, nas seguintes datas: 25/01/2015, 25/01/2016; sendo que a última data de pagamento coincide com a Data de Vencimento, em 25/01/2017.

A mencionada 5ª Emissão tinha por destinação, nos limites previstos na respectiva escritura, o resgate total das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia.

A 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, da mesma maneira, é mandatoriamente conversível em ações da Companhia na Data de Vencimento, com preço de conversão equivalente ao menor valor entre: (i) R$ 21,50, anualmente corrigido por uma taxa de juros equivalente a CDI+1%, deduzidos de toda ou qualquer remuneração recebida pelos acionistas (dividendos ou Juros sobre Capital Próprio), ou (ii) o maior valor entre o preço de mercado, este definido na escritura como a média ponderada do preço de mercado da ação MRFG3 das negociações no mercado à vista na BM&FBOVESPA nos 60 (sessenta) pregões que antecedem a data de conversão, e R$ 21,50 (sem ajustes por proventos em dinheiro ou atualização monetária).

Em 17 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado cientificando o mercado sobre o encerramento de sua 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, com a subscrição de 214.955 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10, conforme informações recebidas do Itaú Unibanco S.A., banco mandatário, tendo sido canceladas, pela Companhia, 45 debêntures não subscritas.

Por fim, em 28 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, realizada em 22 de janeiro de 2014, de um total de 215.000 debêntures da 2ª Emissão: a) 214.900 foram utilizadas pelos respectivos debenturistas para integralizar debêntures da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia; e b) 100 debêntures remanescentes foram resgatadas, em sua totalidade, na presente data, o que resultou no cancelamento de todas as 215.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia e o consequente encerramento da referida 2ª Emissão de Debêntures.

22. PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

22.1. Provisões

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas e previdenciárias	32.400	10.557	32.684	10.989
Fiscais	3.531	6.002	3.531	6.002
Cíveis	4.184	9.443	4.233	9.471
	40.115	26.002	40.448	26.462

A seguir está apresentada a movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.557	6.002	9.443	26.002	10.989	6.002	9.471	26.462
Adição	13.106	360	4.946	18.412	13.133	360	4.947	18.440
Reversão	-	(4.299)	-	(4.299)	(155)	(4.299)	-	(4.454)
Reclassificação	8.737	1.468	(10.205)	-	8.717	1.468	(10.185)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32.400	3.531	4.184	40.115	32.684	3.531	4.233	40.448

22.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R$ 32.684. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros. Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

22.1.2. Fiscais

As provisões fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

(i) As provisões fiscais da Companhia, que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, totalizando o valor de R$ 1.741. Ainda, a Companhia provisiona o valor de R$ 1.790 como reserva para riscos não materializados, totalizam as provisões fiscais o valor de R$ 3.531. Referidas contingências referem-se a discussões de ICMS no Estado do Mato Grosso, e decorrem da emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal.

22.1.3. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R$ 4.233.

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

22.2. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas e previdenciárias	123.689	125.151	156.313	144.075
Fiscais	782.183	698.276	838.419	857.473
Cíveis	605	10.126	964	10.254
	906.477	833.553	995.696	1.011.802

22.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros, que individualmente não são relevantes.

22.2.2. Fiscais

A seguir estão apresentadas as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

a) Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de dezembro de 2014 constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R$ 396.826, exigindo:

(i) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R$ 68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização;

(ii) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas controladas no exterior no valor histórico de R$ 37.279, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de Lei (artigo 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de perda possível;

(iii) IRPJ e CSLL - Ausência de adição ao lucro líquido, na determinação do lucro real, e da base de cálculo da CSLL, dos lucros auferidos no exterior por filiais, sucursais, controladas ou coligadas, apurados no ano de 2008, no valor histórico de R$ 38.094. Foi apresentada defesa administrativa. Importante destacar, que não se trata de débito tributário, e sim de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o efeito no ativo diferido é o montante indicado como valor da causa;

(iv) Ausência de adição no lucro real e na BCSLL de Lucros no exterior relativo ao ano calendário de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mutuo ativos com controladas no exterior, no valor histórico de R$ 83.910. Foi apresentada defesa administrativa;

(v) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2008, com homologação parcial das compensações realizadas, em razão do não reconhecimento de parte do crédito foi constituído débito no valor histórico de R$ 24.980, em face de referida glosa foi apresentada manifestação de inconformidade, a fim de que seja reconhecido a totalidade dos créditos da Companhia;

(vi) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2007, cujas glosas de compensações perfazem débito no valor histórico de R$ 8.087, sendo as mesmas decorrentes de suposta utilização de crédito indevido para quitação das estimativas mensais formadoras do saldo negativo;

(vii) A Companhia possui ação de cobrança relativa à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 330. Referida ação aguarda a apreciação de contestação e laudo pericial apresentados pela empresa;

(viii) A Companhia possui auto de infração relativo à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 802, por suposto enquadramento incorreto no que tange a atividade de seus estabelecimentos;

(ix) A empresa MFB possui Auto de Infração no valor de R$ 1.487, referido auto foi lavrado em razão da suposta insuficiência de créditos de PIS/Cofins não-cumulativo mercado interno e externo (1º trimestre/2010 a 2º trimestre/2011), para extinção dos débitos de PIS/Cofins declarados em Dacon. Na impugnação apresentada foi requerido o sobrestamento do julgamento da impugnação até análise final de cada um dos pedidos de ressarcimento, onde restará comprovada a existência de créditos;

(x) A Companhia e sua controlada MFB possuem processos administrativos, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, no valor de R$ 7.144 e R$ 3.495, respectivamente. As empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação;

(xi) A Companhia e suas controladas MFB e Pampeano possuem débitos de tributos federais, cujas cobranças por processo não são de materialidade relevante individualmente, os quais representam em sua totalidade o valor de R$ 122.666;

A Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.996/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS COPA. Foram objeto de referido parcelamento débitos: i) de contribuições previdenciárias, ii) decorrentes de compensação não homologadas e iii) relativos a PIS/Cofins Importação, os quais encontram-se valorados na Nota nº 16 - Impostos, taxas e contribuições. A referida adesão foi materializada com créditos tributários homologados e disponíveis que em 30 de setembro de 2014, estavam devidamente suportados por decisão judicial.

As controladas MFB, MFG e Pampeano, também aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias, as quais encontram-se valoradas na Nota nº 16 - Impostos, taxas e contribuições.

b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2014 constam processos administrativos e judiciais pelo valor total histórico de R$ 441.527, exigindo:

(i) As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, questionamento de creditamento de ICMS na aquisição de gado bovino proveniente de outra unidade da federação, os quais montam o valor histórico de R$ 37.674. Deste montante o valor de R$ 13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade;

(ii) A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R$ 969;

(iii) No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R$ 3.931;

(iv) Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pela filial localizada nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos é de R$ 369.237;

(v) A Companhia possui Execução Fiscal relativa à exigência de ICMS em decorrência de creditamento supostamente indevido - Crédito Presumido do Regime AGREGAR/RS, no valor histórico de R$ 24.993. Em referida execução foi interposto Embargos à Execução demonstrando a legitimidade dos créditos;

(vi) A controlada MFB possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo, lavrado por suposta falta de recolhimento de ICMS-ST na entrada de mercadorias adquiridas junto a Produtores Rurais, entrega de GIA com informações incorretas, suposto creditamento indevido de crédito outorgado em valor superior ao estabelecido na legislação, deixar de proceder estorno de crédito de ICMS decorrente de saídas isentas e falta de recolhimento de ICMS para operações de exportação não realizada dentro do prazo legal, no valor histórico de R$ 4.326;

(vii) A controlada MFB possui também Auto de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelos Estado de Rondônia e Goiás relativas glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para o cálculo do ICMS, não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS o valor da prestação do serviço de transporte, circulação de mercadoria com nota considerada inidônea, não observância do preço mínimo de pauta no Estado e omissão da declaração do ICMS na Declaração Periódica de Apuração - DIP, acarretam em atuação para cobrança do imposto, os quais montam o valor histórico de R$ 328;

(viii) A controlada MFG possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo relativo a falta de pagamento de ICMS, sob a suposta alegação que a empresa deixou de lançar em campo específico da GIA valor do imposto com diferencial de alíquota referente a aquisição interestadual de material de uso e consumo, escrituração indevida de crédito de ICMS, o qual monta o valor histórico de R$ 57;

(ix) A controlada Pampeano possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS, sob a suposta emissão de nota fiscal sem destaque de ICMS na saída de mercadorias daquele Estado, o qual monta o valor histórico de R$ 12.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui Auto de infração que visa a cobrança de ISSQN, em razão de suposta retenção e não recolhimento de referido crédito tributário incidente sobre a prestação de serviços tomados nos períodos de 10/2005, 04, 06, 10 e 12/2006, 04, 08, 09 e 10/2007, 01 e 04/2008, 04, 09 e 12/2009, 04 e 06/2010, referido auto monta o valor histórico de R$ 66.

22.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que individualmente não são relevantes.

22.3. Informações Adicionais Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro, a Companhia baseada na opinião da Administração e de seus assessores legais classificou o montante de R$ 225.772 como de Risco Remoto, não fazendo parte do saldo informado na Nota 22.2 - Passivo Contingente - Fiscais.

(i) Contribuições destinadas a Seguridade Social ao FUNRURAL três autos de infração, o primeiro referente ao ano de 2006 e 2007, o segundo referente ao ano de 2008 e o terceiro referente aos anos de 2009 e 2010, no valor, no valor histórico de R$ 225.772, em todos os autos foram apresentadas defesas administrativas alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72;

(ii) Referente aos processos administrativos e judicias federais considerados como de risco remoto, conforme anteriormente descritos na Nota 22.3 do período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas MFB e MFG aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias e à exigência de PIS/Cofins Importação, as quais encontram-se valoradas na Nota nº 16 - Impostos, taxas e contribuições.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto de Renda	70.438	75.065	606.676	615.680
Contribuição Social	25.357	27.022	29.082	31.177
	95.795	102.087	635.758	646.857

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a Deliberação CVM 583/09 (CPC 27 - ativo imobilizado) e a Deliberação CVM 619/09 (ICPC 10), que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).

Está apresentado a seguir a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo em 31 de dezembro de 2013	75.065	27.022	615.680	31.177
Realização de reserva de reavaliação	(1.654)	(595)	(2.338)	(841)
Realização do *deemed cost*	(2.973)	(1.070)	(35.351)	(1.254)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	30.149	-
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	4.055	-
Outros	-	-	(58.280)	-
Ganho/perda na conversão	-	-	52.761	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70.438	25.357	606.676	29.082

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R$ 1.050.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria. Com base na Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores imobiliários), a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos (R$ 108.210), através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 milhões ações de emissão da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 21.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o Capital Social poderá ser composto, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630 milhões de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo nº 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na Nota Explicativa nº 28.5.

24.2. Reservas de Lucros

24.2.1. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício de 2014 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2014 permaneceu em R$ 44.476 (o mesmo valor de 2013).

24.2.2. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não há programa de recompra de ações em aberto e a Marfrig não adquiriu nenhuma ação.

Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, a Marfrig mantinha 389.729 (trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,07% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R$ 3.685, o que corresponde ao custo médio por ação de R$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no período:

	Saldo em tesouraria	
	Quantidade de ações	Valor (R$ mil)
Saldo em 31/12/2013	461.223	4.361
(-) Alienação - Plano de Opções	(71.494)	(676)
Saldo em 31/12/2014	389.729	3.685

24.3. Outros resultados abrangentes

24.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta conta são reconhecidos os efeitos das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foi reconhecido os efeitos de adoção do "*deemed cost".*

24.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Nesta conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.4. Dividendos a pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2014.

24.5. Juros sobre o capital próprio

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

24.6. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiarias da Companhia.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.185.047	2.672.318	16.065.396	14.631.255
Vendas no mercado externo	2.632.230	2.125.594	5.710.391	4.689.523
	5.817.277	**4.797.912**	**21.775.787**	**19.320.778**
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(116.619)	(28.759)	(263.656)	(187.954)
Devoluções e abatimentos	(214.222)	(142.272)	(438.809)	(380.448)
	(330.841)	**(171.031)**	**(702.465)**	**(568.402)**
Receita operacional líquida	**5.486.436**	**4.626.881**	**21.073.322**	**18.752.376**

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Custos das vendas				
Custos dos estoques	4.292.406	3.299.732	15.781.536	14.053.926
Depreciação	75.704	70.872	368.303	338.099
Amortização	7.924	2.268	176.551	140.568
Salários e benefícios a empregados	247.988	214.569	2.081.762	1.910.109
	4.624.022	**3.587.441**	**18.408.152**	**16.442.702**
Despesas administrativas				
Depreciação	14.133	2.792	24.017	13.672
Amortização	-	-	1.499	1.114
Salários e benefícios a empregados	62.871	69.537	291.536	292.280
Outros	(16.550)	65.007	212.096	256.458
	60.454	**137.336**	**529.148**	**563.524**
Despesas comerciais				
Depreciação	339	581	577	810
Salários e benefícios a empregados	28.480	21.165	109.422	86.745
Outros	344.105	270.105	825.352	717.748
	372.924	**291.851**	**935.351**	**805.303**

27. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita Financeira				
Resultado financeiro com operações de mercado	55.676	21.657	173.113	178.788
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	16.557	30.391	98.378	179.433
Descontos Obtidos, outros	5.405	5.054	23.210	6.734
Total receita financeira	**77.638**	**57.102**	**294.701**	**364.955**
Variação cambial ativa	**546.359**	**583.377**	**781.107**	**778.261**
Despesa Financeira				
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(787.283)	(932.890)	(1.173.805)	(1.271.960)
Operações de mercado	(233.806)	(254.328)	(288.110)	(301.607)
Despesas Bancárias, Comissões, Tarifas, Descontos Financeiros e outros	(272.946)	(127.963)	(508.778)	(232.456)
Total despesa financeira	**(1.294.035)**	**(1.315.181)**	**(1.970.693)**	**(1.806.023)**
Variação cambial passiva	**(934.472)**	**(1.081.820)**	**(1.231.879)**	**(1.368.187)**
Resultado financeiro líquido	**(1.604.510)**	**(1.756.522)**	**(2.126.764)**	**(2.030.994)**

28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e *stock option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

28.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e variável.

Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em *stock option*.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

28.2. Diretores Estatutários

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (*stock option*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("v*esting*") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

28.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual, pago de forma mensal e não há remuneração variável.

28.4. Remuneração Consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de seis membros do Conselho de Administração (os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

	31/12/14	31/12/13
Benefícios de curto prazo	23.874	18.412
Remuneração baseada em ações	917	-
Total	**24.791**	**18.412**

28.5. Plano de Opção de Compra de Ações - *STOCK OPTION PLAN*

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável. As diretrizes gerais do plano os quais estão divulgados detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, descontos nos preços de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"). Programas Específicos foram criados em que o preço de exercício da Opção de Compra é equivalente ao valor médio das ações apurado nos últimos 20 (vinte) pregões na BM&FBOVESPA S.A. anteriores à data base do primeiro dia útil de março de cada ano, sendo aplicado sobre este valor médio apurado desconto de 50%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram transferidas 71.494 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do período é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Total de opções exercidas por mês	
	Quantidade de ações exercidas	Preço Médio de Mercado (1) (R$ por ação)
Janeiro/14	-	4,39
Fevereiro/14	-	3,90
Março/14	-	4,03
Abril/14	-	4,36
Maio/14	-	4,80
Junho/14	75	5,77
Julho/14	1.967	6,34
Agosto/14	28.808	6,69
Setembro/14	9.222	6,97
Outubro/14	9.567	6,22
Novembro/14	3.595	6,01
Dezembro/14	18.260	5,71
Opções Exercidas - 2014	**71.494**	

(1) Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada	2014	2013
(Opções)		
Saldo inicial	**1.493.501**	**764.267**
Opções outorgadas	2.499.640	1.351.733
Opções exercidas	(71.494)	(229.481)
Opções canceladas e vencidas	(516.478)	(393.018)
Saldo final	**3.405.169**	**1.493.501**

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("*vesting*") é de 0,65% do total de ações em 31/12/2014, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição	Plano ESP V LP 10-11	Plano ESP VI LP 11-12	Plano ESP VII LP 12-13	Plano ESP VIII LP 13-14	Total
Data de concessão	20/04/11	24/04/12	05/04/13	30/04/14	
Contratos em aberto	142.495	500.894	262.140	2.499.640	**3.405.169**
Ações em tesouraria					**389.729**
Total de ações exceto ações em tesouraria					**520.357.676**
Percentual de diluição	**0,03%**	**0,10%**	**0,05%**	**0,48%**	**0,65%**

Em 31/12/2014, o valor justo das opções estava registrado no patrimônio líquido da Marfrig ao montante de R$ 3.685 (em 31/12/2013, o valor era R$ 4.361). A Companhia não reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31/12/2014, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções (R$ mil)	2014	2013
Valor Recebido pela venda de ações - Opções exercidas	350,7	902,2
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(675,9)	(2.169,5)
Efeito na alienação das ações	**(325,2)**	**(1.267,3)**

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

- **Desvio Padrão:** 56,57%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/10/2014 a 31/12/2014;
- **Taxa de juros livre de risco:** 5,0% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

O valor justo das opções em 31/12/2014 se estabeleceu entre o mínimo de R$ 0,27 e o máximo de R$ 4,57 por ação para os planos ESPECIAIS.

A composição das opções outorgadas é demonstrada a seguir:

Planos	Data de Concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/ vencidas no período	Opções exercidas/ canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção	Valor da opção no período (*Black Scholes*) em R$
Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores				**1.654.617**	**2.430.604**	**-**	**27.650**	**2.430.604**	**-**		
ESP IV LP 09-10	01/07/10	03/03/14	02/09/14	80.000	80.000	-	80.000	-	-	R$ 11,0261	n/a
				80.000	**80.000**	**-**	**80.000**	**-**	**-**		
ESP V LP 10-11	20/04/11	03/03/14	02/09/14	142.770	142.770	1.625	140.870	275	-	R$ 7,0251	n/a
ESP V LP 10-11	20/04/11	03/03/15	02/09/15	142.770	-	-	-	275	142.495	R$ 7,0251	R$ 0,4346
				285.540	**142.770**	**1.625**	**140.870**	**550**	**142.495**		
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/14	02/09/14	250.447	250.447	44.420	206.027	-	-	R$ 4,7680	n/a
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/15	02/09/15	250.447	-	-	-	-	250.447	R$ 4,7680	R$ 0,6298
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/16	02/09/16	250.447	-	-	-	-	250.447	R$ 4,7680	R$ 1,0205
				751.341	**250.447**	**44.420**	**206.027**	**-**	**500.894**		
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/14	02/09/14	87.380	87.380	25.449	61.931	-	-	R$ 5,0083	n/a
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/15	02/09/15	87.380	-	-	-	-	87.380	R$ 5,0083	R$ 0,5466
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/16	02/09/16	87.380	-	-	-	-	87.380	R$ 5,0083	R$ 0,9378
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/17	02/09/17	87.380	-	-	-	-	87.380	R$ 5,0083	R$ 1,2435
				349.520	**87.380**	**25.449**	**61.931**	**-**	**262.140**		
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/15	02/09/15	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 3,8877
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/16	02/09/16	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 3,9885
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/17	02/09/17	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 4,0966
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/18	02/09/18	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 4,2044
				2.499.640	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.499.640**		
Total em		**31/12/14**		**5.620.658**	**2.991.201**	**71.494**	**516.478**	**2.431.154**	**3.405.169**		

Planos	Data de concessão	Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período (R$ mil)	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período (R$ mil)	Efeitos no resultado do período em caso de contabilização (R$ mil)
ESP IV LP 09-10	01/07/10	n/a	n/a	-
		-	**-**	**-**
ESP V LP 10-11	20/04/11	n/a	n/a	-
ESP V LP 10-11	20/04/11	38,3	-	346,1
		38,3	**-**	**346,1**
ESP VI LP 11-12	24/04/12	n/a	n/a	-
ESP VI LP 11-12	24/04/12	365,4	-	1.173,6
ESP VI LP 11-12	24/04/12	557,3	-	1.173,6
		922,7	**-**	**2.347,2**
ESP VII LP 12-13	05/04/13	n/a	n/a	-
ESP VII LP 12-13	05/04/13	110,7	-	388,5
ESP VII LP 12-13	05/04/13	183,3	-	388,5
ESP VII LP 12-13	05/04/13	229,1	-	388,5
		523,1	**-**	**1.165,4**
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.605,5	-	4.691,2
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.676,2	-	4.691,2
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.767,3	-	4.691,2
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.859,0	-	4.691,2
		10.908,1	**-**	**18.765**
Total em	**31/12/14**	**12.392**	**-**	**22.623**

29. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	31/12/14	31/12/13
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações continuadas	(739.472)	(815.768)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	-	(97.825)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(739.472)	(913.593)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	520.747.405	520.747.405
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria, incluindo o efeito de *Stock Option* (em unidades)	(443.185)	(461.396)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	520.304.220	520.286.009
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações continuadas	**(1,4212)**	**(1,5679)**
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações descontinuadas	**-**	**(0,1880)**
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	**(1,4212)**	**(1,7559)**

A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em três principais segmentos:

- *Marfrig Beef* - Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro com forte atuação no segmento de *food service*, além de uma significativa presença no mercado externo. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento diferencial estratégico do Uruguai, Argentina, Chile, duas tradings localizadas na Europa e Peru e uma processadora de *beef jerkey* nos Estados Unidos, com acesso aos principais mercados consumidores do mundo;

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

- *Keystone* - Empresa global focada na produção e no desenvolvimento de alimentos multiproteína para o atendimento das grandes redes mundiais de restaurantes, com forte presença na Ásia e nos Estados Unidos;
- *Moy Park* - Segundo maior sistema integrado de produção de alimentos industrializados à base de carne de aves do Reino Unido. Com forte atuação em toda a Europa e nos canais *food service* e varejo, a Moy Park produz e distribui alimentos industrializados e processados à base de carne de frango, peru, bovina e suína e também produtos à base de vegetais e pães, como hambúrgueres, *snacks* vegetarianos e *donuts*.

A plataforma global do grupo está presente em 4 continentes, com 78 plantas e escritórios na América, Ásia, Europa e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 140 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Está apresentado a seguir o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

	31/12/14					31/12/13				
	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Total	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Total
Ativo										
Circulante	5.475.710	570.315	1.115.670	1.206.822	8.368.517	5.251.103	283.467	899.984	1.059.176	7.493.730
Realizável a longo prazo	3.236.996	254.204	839	179.946	3.671.985	2.403.760	372	18.670	176.738	2.599.540
Investimentos	170	-	-	36.764	36.934	172	-	-	54.602	54.774
Imobilizado	2.889.923	-	1.096.393	975.307	4.961.623	2.781.072	-	941.716	1.031.964	4.754.752
Ativos biológicos	-	-	101.543	40.597	142.140	242	-	79.568	33.673	113.483
Intangível	816.739	-	1.034.137	1.153.833	3.004.709	797.842	-	979.377	1.034.066	2.811.285
	12.419.538	**824.519**	**3.348.582**	**3.593.269**	**20.185.908**	**11.234.191**	**283.839**	**2.919.315**	**3.390.219**	**17.827.564**
Passivo Circulante	2.737.736	43.204	1.026.668	854.857	4.662.465	1.952.921	97.118	854.820	783.707	3.688.566
Não circulante	6.383.363	4.386.845	1.135.052	1.546.458	13.451.718	4.964.387	3.912.060	364.793	1.778.736	11.019.976
	9.121.099	**4.430.049**	**2.161.720**	**2.401.315**	**18.114.183**	**6.917.308**	**4.009.178**	**1.219.613**	**2.562.443**	**14.708.542**

	31/12/14					31/12/13					
	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Total	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Operação Descontinuada	Total
Receita líquida	9.670.521	-	5.374.431	6.028.370	21.073.322	8.657.243	-	4.181.285	5.913.848	-	18.752.376
CPV	(8.042.209)	-	(4.761.990)	(5.603.953)	(18.408.152)	(7.180.471)	-	(3.739.036)	(5.523.195)	-	(16.442.702)
Resultado com equivalência patrimonial	-	-	-	(17.795)	(17.795)	-	-	-	(9.109)	-	(9.109)
Resultado financeiro	(1.610.796)	(421.118)	(45.775)	(49.075)	(2.126.764)	(1.769.304)	(238.895)	(10.383)	(12.412)	-	(2.030.994)
Imposto de renda e contribuição social	386.941	(824)	(12.353)	(51.746)	322.018	413.048	-	(20.939)	(30.779)	-	361.330
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(544.967)	(440.117)	115.095	130.517	(739.472)	(737.816)	(259.914)	75.649	106.313	-	(815.768)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	-	-	-	-	-	546.426	-	-	-	(644.251)	(97.825)
Resultado interesses minoritários - operação continuada	1.277	-	-	17.902	19.179	(7)	-	(44)	12.909	-	12.858
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	-	-	438	-	-	-	3.209	3.647

(i) A presente demonstração por segmento expressa a estrutura fiduciária da Companhia;

(ii) A Companhia entende que, Marfrig Holding (Europe) BV, com atividade de captação de recursos financeiros e com participação acionária em outras subsidiárias do Grupo, deve ser segregada dessas informações para melhor demonstrar os segmentos de negócio, Moy Park e Keystone.

31. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A seguir, está apresentado o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Edificações e instalações frigoríficas	2.270.800	2.074.148	8.293.987	7.604.816
Estoques e lucros cessantes	129.700	299.037	3.541.264	2.516.968
Armazém de terceiros	13.700	159.974	24.410	194.047
Veículos	17.826	17.951	30.850	30.821
Transporte de mercadorias	53.124	51.852	788.650	1.573.053
Garantia de diretores	79.686	70.278	145.581	124.390
Responsabilidade civil	20.000	10.000	521.081	473.647
Outros	352.813	426.590	408.572	454.240
	2.937.649	**3.109.830**	**13.754.395**	**12.971.982**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

32.1. Contexto Geral

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

Em reunião datada de 23 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre 0,5% a 12% do patrimônio líquido da Companhia, tomando sempre por base as últimas informações contábeis divulgadas ao mercado. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

32.2. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

	Controladora			
	Ativos financeiros e recebíveis		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	367.049	41.982	20.779	411
Aplicações financeiras	79.762	77.904	375.827	60.312
Valores a receber - clientes	272.936	726.701	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	14.376	39.392
Partes relacionadas	2.521.877	2.559.273	-	-
Ativos financeiros totais	**3.241.624**	**3.405.860**	**410.982**	**100.115**

	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	477.679	295.751	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.182.075	2.022.716	-	-
Arrendamento financeiro	4.119	3.653	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	376.198	231.927
Títulos a pagar - investimentos Brasil	3.790	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	65.598	31.505	-	-
Juros sobre debêntures	232.960	96.362	-	-
Partes relacionadas	5.441.395	3.887.512	-	-
Passivos financeiros totais	**8.407.616**	**6.341.289**	**376.198**	**231.927**

	Consolidado			
	Ativos financeiros e recebíveis		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	1.023.213	626.693	68.472	144.561
Aplicações financeiras	625.989	939.541	942.093	101.771
Valores a receber - clientes	1.618.760	1.951.462	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	275.261	174.834
Ativos financeiros totais	**3.267.962**	**3.517.696**	**1.285.826**	**421.166**

	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	2.028.303	1.596.091	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.870.343	8.913.492	-	-
Arrendamento financeiro	139.974	152.759	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	411.320	241.596
Títulos a pagar - investimentos Brasil	3.790	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	65.598	31.505	-	-
Juros sobre debêntures	190.582	26.272	-	-
Passivos financeiros totais	**13.298.590**	**10.723.909**	**411.320**	**241.596**

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.1.4.

32.3. Comparação do Valor de Mercado e dos Respectivos Valores Justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado			
	31/12/14		31/12/13	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.091.685	1.091.685	771.254	771.254
Aplicações Financeiras	1.568.082	1.568.082	1.041.312	1.041.312
Valores a receber - clientes	1.618.760	1.618.760	1.951.462	1.951.462
Títulos a receber - derivativos	275.261	275.261	174.834	174.834
Fornecedores	2.028.303	2.028.303	1.596.091	1.596.091
Empréstimos e financiamentos	10.870.343	10.870.343	8.913.492	8.913.492
Arrendamento financeiro	139.974	139.974	152.759	152.759
Derivativos a pagar	411.320	411.320	241.596	241.596
Juros sobre debêntures	190.582	190.582	26.272	26.272

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

32.4. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

A posição de instrumentos financeiros derivativos do Grupo Marfrig está composta da seguinte forma:

								Consolidado
Instrumento	Objeto de proteção	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional USD	Notional R$	MTM R$
Operações designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	62.000	164.684	(3.066)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	92.000	244.370	(1.746)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	351.947	(473)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	498.038	(14.104)
Operações não designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2015	CDI	USD	11.351	25.000	(4.977)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	3.750	9.961	(47)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	40.866	(6.672)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	288.547	570.000	(241.659)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	288.547	570.000	239.699
Swap	Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	79.769	129.920	(99.964)
								(133.009)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	BRL	USD	20.000	53.124	(3.635)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	UYU	USD	7.000	18.593	(167)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	USD	CLP	12.940	34.371	(422)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	AUD	USD	9.483	25.189	1.833
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	USD	MYR	25.076	66.607	(1.732)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	MYR	USD	41.478	110.174	2.242
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	USD	KRW	21.955	58.317	(2.231)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	THB	USD	28.844	76.615	(377)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	THB	GBP	5.092	13.525	932
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	THB	JPY	425	1.129	37
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	MYR	THB	287	762	(8)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	SGD	MYR	13.707	36.409	114
								(3.414)
Futuro	Combustível	CBOT	2015	USD	USD	223	592	159
Futuro	Farelo Soja	CBOT	2015	USD	USD	869	2.308	163
Opções	Farelo Soja	CBOT	2015	USD	USD	136	361	(3)
Futuro	Milho	CBOT	2015	USD	USD	993	2.636	289
Opções	Milho	CBOT	2015	USD	USD	7.158	19.013	(190)
Opções	Boi gordo	BM&F	2015	R$	R$	884	2.348	3
Futuro	Milho	BM&F	2015	R$	R$	253	673	(16)
Futuro	Boi gordo	BM&F	2015	R$	R$	2.670	7.092	(41)
								364
								(136.059)

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Títulos a receber - derivativos (Nota 10)	275.261	174.834
Títulos a pagar - derivativos (Nota 20)	(411.320)	(241.596)
Total líquido	**(136.059)**	**(66.762)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o resultado financeiro líquido consolidado com operações de mercado totalizou uma perda de R$ 114.997, sendo R$ 288.110 relativos às despesas e R$ 173.113 relativos às receitas.

32.4.1. Instrumentos Financeiros Derivativos objetos de *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa

Em Novembro de 2013, o grupo Marfrig adotou políticas de *Hedge Accounting* para Instrumentos Financeiros expostos a variabilidade de fluxo de caixa. Dessa forma, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido classificado como "outros resultados abrangentes". Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A documentação das operações designadas como *Hedge Accounting* evidencia o controle de efetividade e a operação, contemplado:

- Objeto do *hedge*;
- Instrumento Financeiro;
- Estratégia da gestão de risco a ser coberto;
- Eficácia do Instrumento de *hedge* confiavelmente medida;
- Avaliação do *hedge* sobre base contínua durante toda a vigência do contrato.

A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*. Portanto, todos os derivativos designados como *Hedge Accounting* são efetivos, altamente prováveis e neutraliza exposição a variações no fluxo de caixa que poderiam afetar o resultado.

A eficácia das operações é controlada, periodicamente, de forma confiável e documentada durante toda a vigência do contrato através da correlação estatística entre o valor justo ou os fluxos de caixa da posição coberta e os do instrumento de *hedge* ou pela comparação das alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa da posição coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto com as alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*:

								Consolidado	
								Ganho/Perda	
Instrumento	Ativo (Objeto Protegido)	Passivo (Risco Contratado)	Vencimentos	Notional USD	Notional R$	Saldo (MTM) R$	Patrimônio	Resultado
Swap	Libor	USD	2015	62.000	164.684	(3.066)	(3.066)	-
Swap	Libor	USD	2016	92.000	244.370	(1.746)	(1.746)	-
Swap	Libor	USD	2018	132.500	351.947	(473)	(481)	8
Swap	Libor	USD	2019	187.500	498.038	(14.104)	(13.480)	(624)
						(19.389)	**(18.773)**	**(616)**

32.5. Risco de Mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

32.5.1. Administração de risco de preços de *Commodities*

Em suas atividades a Companhia e suas controladas efetivam a compra de certas *commodities* como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

No intuito de diminuir o impacto das *commodities*, a Companhia e suas controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

A controladora e as suas controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, na bolsa CBOT - *Chicago Board of Trade*.

A seguir, está apresentada a posição dos derivativos relacionados ao risco de *commodities*:

							Consolidado
Registro	Instrumento	Contrato Futuro	Vencimento	Notional USD	Notional R$	MTM R$	Resultado em 31/12/2014
CBOT	Futuro	Combustível	2015	223	592	159	159
CBOT	Futuro	Farelo Soja	2015	869	2.308	163	(3)
CBOT	Opções	Farelo Soja	2015	136	361	(3)	(3)
CBOT	Futuro	Milho	2015	993	2.636	289	130
CBOT	Opções	Milho	2015	7.158	19.013	(190)	(190)
BM&F	Opções	Boi gordo	2015	884	2.348	3	3
BM&F	Futuro	Milho	2015	253	673	(16)	(16)
BM&F	Futuro	Boi gordo	2015	2.670	7.092	(40)	(40)
				13.186	**35.023**	**365**	**40**

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

32.5.1.1. Análise de sensibilidade de risco de preços de *Commodities*

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2014, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 dezembro de 2014 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de *commodities* são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2014.

Em relação ao risco de preço de *commodities*, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
366	366	195	195	28	28

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Farelo Soja

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
160	160	119	119	78	78

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Combustível

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
159	159	119	119	79	79

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Milho

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
84	84	7	7	(69)	(69)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Gado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(37)	(37)	(50)	(50)	(60)	(60)

32.5.2. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Exposição à taxa CDI:		
NCE (R$)/Capital de giro (R$)	1.521.548	548.353
(-) CDB-DI (R$)	(185.664)	(786)
Subtotal	**1.335.884**	**547.567**
Exposição à taxa LIBOR:		
Pré-pagamento (US$)	84.213	891.726
Capital de giro (US$)	-	2.266
Financiamento parque industrial (US$)/Linha de crédito Rotativo (US$)	556.781	806.528
Subtotal	**640.994**	**1.700.520**
Exposição à taxa TJLP:		
FINAME/FINEM/FINEP	38.577	51.154
Subtotal	**38.577**	**51.154**
Total	**2.015.455**	**2.299.241**

A Companhia contratou operações de "*swap*", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

						Consolidado	
						31/12/14	31/12/13
Instrumento	Registro	Ativo	Passivo	Nocional US$	Nocional R$	MTM	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	CDI	USD	91.120	154.920	(104.941)	-
Swap Taxa Juros	CETIP	LIBOR	USD	173.135	459.881	(11.531)	10.467
Swap Taxa Juros	Balcão	LIBOR	USD	320.000	849.984	(14.577)	(2.924)
Swap Taxa Juros	CETIP	R$	USD	288.547	570.000	(241.659)	(224.967)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R$	288.547	570.000	239.699	144.051
				1.161.349	**2.604.785**	**(133.009)**	**(73.373)**

							Consolidado
							31/12/14
Instrumento	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	Nocional US$	Nocional R$	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	62.000	164.684	(3.066)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	92.000	244.370	(1.746)
Swap Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	351.947	(473)
Swap Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	498.038	(14.104)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	CDI	USD	11.351	25.000	(4.977)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	3.750	9.961	(47)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	40.866	(6.672)
Swap Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	288.547	570.000	(241.659)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	288.547	570.000	239.699
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	79.769	129.920	(99.964)
					1.161.349	**2.604.786**	**(133.009)**

32.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2014, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2014 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(133.009)	(133.009)	(136.718)	(136.718)	(141.478)	(141.478)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros CDI x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(104.941)	(104.941)	(105.974)	(105.974)	(107.021)	(107.021)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Libor x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(26.108)	(26.108)	(28.784)	(28.784)	(32.497)	(32.497)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros R$ x USD/USD x R$

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(1.960)	(1.960)	(1.960)	(1.960)	(1.960)	(1.960)

32.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 81% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "*hedge*" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/14	31/12/13	2014
Operacional			
Contas a receber	613.202	677.915	6.836
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(60.937)
Importações a pagar	(19.536)	(49.041)	(13.260)
Subtotal	**146.646**	**344.482**	**(67.361)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(908.536)	(1.116.703)	(345.643)
Títulos a pagar	-	(121.519)	-
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	311.906	84.144	24.891
Subtotal	**(596.630)**	**(1.154.078)**	**(320.752)**
Total	**(449.984)**	**(809.596)**	**(388.113)**
Variação cambial ativa			546.359
Variação cambial passiva			(934.472)
Variação cambial liquida			**(388.113)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/14	31/12/13	2014
Operacional			
Contas a receber	1.152.249	1.179.696	32.605
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(60.937)
Importações a pagar	(128.322)	(82.605)	(34.001)
Outros	(33.559)	(14.357)	20.239
Subtotal	**543.348**	**798.342**	**(42.094)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(10.135.985)	(8.540.407)	(345.492)
Títulos a pagar	-	(191.861)	(1.645)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	538.365	737.530	(59.114)
Outros	(104.752)	(208.223)	(2.427)
Subtotal	**(9.702.372)**	**(8.202.961)**	**(408.678)**
Total	**(9.159.024)**	**(7.404.619)**	**(450.772)**
Variação cambial ativa			781.107
Variação cambial passiva			(1.231.879)
Variação cambial liquida			**(450.772)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2014 a Companhia contratou NDF e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota 32.4, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

32.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2014, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2014 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2014, onde o valor de referência era de R$/US$ 2,6562.

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

	Cenário de stress - exposição cambial de balanço		
31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(388.113)	(62.205)	(124.411)
Controladas	(62.659)	(2.168.239)	(4.336.479)
	(450.772)	**(2.230.444)**	**(4.460.890)**

32.6. Risco de Liquidez e Gestão de Capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	2.658.797	1.811.536
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	1.470.237	1.096.970
Juros sobre debentures	190.582	26.272
Indicador de Liquidez modificado	1,60	1,61

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre *EBITDA* (LTM) em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

	31/12/14
Dívida bruta Consolidada	11.060.925
(-) Disponibilidade Consolidada	2.658.797
Dívida líquida Consolidada	8.402.128
(-) Efeito de variação cambial (*carve-out* (1))	2.638.243
Dívida líquida Consolidada Ajustada	5.763.885
EBITDA (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	1.686.847
Indicador de alavancagem	3,42x

(1) Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem;

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

						Consolidado
31 de dezembro de 2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Após**	**Total**
Fornecedores	1.596.091	-	-	-	-	1.596.091
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.096.970	685.091	581.983	1.577.844	4.971.604	8.913.492
Juros sobre debêntures	26.272	-	-	-	-	26.272
Passivos financeiros derivativos	13.965	830	3.246	123.972	99.583	241.596
Total	**2.733.298**	**685.921**	**585.229**	**1.701.816**	**5.071.187**	**10.777.451**
31 de dezembro de 2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**Após**	**Total**
Fornecedores	2.028.303	-	-	-	-	2.028.303
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.470.237	714.354	659.247	2.526.727	5.499.778	10.870.343
Juros sobre debêntures	190.582	-	-	-	-	190.582
Passivos financeiros derivativos	16.911	8.418	271.450	100.437	14.104	411.320
Total	**3.706.033**	**722.772**	**930.697**	**2.627.164**	**5.513.882**	**13.500.548**

32.7. Risco de Crédito

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu *rating*;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na Nota Explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	387.828	42.393	1.091.685	771.254
Aplicações Financeiras	455.589	138.216	1.568.082	1.041.312
Valores a receber - clientes nacionais	195.800	348.081	941.277	1.075.602
Valores a receber - clientes internacionais	77.136	378.620	677.483	875.860
Outros valores a receber	9.491	16.387	109.484	108.787
Total	**1.125.844**	**923.697**	**4.388.011**	**3.872.815**

32.8. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da *Bloomberg*, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociação	-	942.093	-
Títulos a receber - derivativos	614	274.647	-
Passivos não circulantes			
Títulos a pagar - derivativos	(249)	(411.071)	-
Total	**365**	**805.669**	**-**

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

pefran 11 3885.9696

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
Tributo	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(1.148.944)	(1.206.104)	(1.042.311)	(1.164.240)
Adições				
Adições do IRPJ	617.093	698.102	706.248	1.079.109
Adições do CSLL	617.093	698.102	736.058	962.822
(-) Exclusões				
(-) Exclusões do IRPJ	(1.113.599)	(651.644)	(1.148.625)	(726.397)
(-) Exclusões do CSLL	(1.113.599)	(651.644)	(1.162.204)	(724.429)
Base de cálculo				
Base de cálculo do imposto de renda	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.484.688)	(811.528)
Base de cálculo da contribuição social	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.468.457)	(925.847)
Empresas com prejuízo fiscal	-	-	(79.447)	66.193
Empresas com base negativa	-	-	(31.996)	(25.768)
Base de cálculo ajustada IRPJ	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.564.135)	(745.335)
Base de cálculo ajustada CSLL	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.500.453)	(951.615)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(6.435)	-	(6.918)	2.654
(-) Compensação de base negativa de CSLL	(6.435)	-	(7.003)	8.418
Base de cálculo após compensação				
Base de cálculo após compensação IRPJ	(1.651.885)	(1.159.646)	(1.571.053)	(742.681)
Base de cálculo após compensação CSLL	(1.651.885)	(1.159.646)	(1.507.456)	(943.197)
Imposto de renda (15%)	-	(181.910)	(60.535)	(68.587)
Adicional (10%)	-	-	15.989	21.403
(-) PAT	-	-	(951)	(1.266)
Imposto de renda total	-	(181.910)	(45.497)	(48.450)
Contribuição social (9%)	-	(65.487)	14.442	2.345
	-	(247.397)	(31.055)	(46.105)
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior	-	-	131.779	66.304
Total de tributos	-	(247.397)	100.724	20.199
Efeito na Demonstração de Resultados - Tributos Correntes (2)	-	(247.397)	100.724	20.199

		Controladora		Consolidado	
Tributo	**Grupo**	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante (2)	-	181.910	(86.500)	(19.992)
Imposto recolhido no exterior	Passivo circulante	-	-	(7.760)	-
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	296.456	100.444	312.829	273.486
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	4.626	4.658	3.485	13.976
Líquido	**Resultado**	**301.082**	**287.012**	**222.054**	**267.470**
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante (2)	-	65.487	(14.225)	(207)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	106.724	36.160	112.093	83.744
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	1.666	1.677	2.096	10.323
Líquido	**Resultado**	**108.390**	**103.324**	**99.964**	**93.860**

(1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (estimativas) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal/base negativa de CSLL, os quais estão demonstrados nas Notas Explicativas nºs 11 e 23.

(2) Corresponde ao Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados sobre os resultados correntes gerados no exercício e efetivamente pagos/compensados durante o ano e/ou a serem pagos/compensados em anos subsequentes.

34. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa da Marfrig Global Foods e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

O fomento a atividades sustentáveis e o engajamento de toda sua cadeia de suprimentos é parte fundamental para o sucesso da estratégia. Esse esforço fez com que a Marfrig Global Foods fosse classificada como Líder do Setor de Alimentos Embalados e Carnes pelo seu compromisso com as melhores práticas em gestão de riscos ambientais no Relatório Anual 2012 da *Forest Footprint Disclosure* (FFD), considerado o mais completo estudo global do impacto das atividades produtivas sobre as florestas tropicais.

A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, a Companhia enaltece e bonifica produtores conscientes, orientando-os a alcançar as mais modernas certificações de propriedade voltadas à produção de alimentos e ainda premia animais de fazendas com boas práticas agropecuárias e de gestão. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de novos desmatamentos e invasões de terras indígenas em sua cadeia de suprimentos.

Um dos resultados desse esforço foi que, em junho de 2012, a Marfrig Global Foods se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo de produção de carne bovina com a chancela do Imaflora (*Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola*), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo *Rainforest Alliance Certified* (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig Beef (Tangará da Serra - MT; Pampeano - Hulha Negra/RS e Promissão I e II - SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "selo verde da pecuária".

A Companhia também firmou, em 2013, parceira com a *The Nature Conservancy* (TNC), uma das maiores organizações ambientais do mundo, e o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a conservação do bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais.

Em dezembro de 2013, a Marfrig, em parceria com o *Greenpeace*, adotou um Termo de Referência Técnico (TdR) para aperfeiçoar processos de auditoria para avaliação dos compromissos públicos referentes à compra responsável de gado originado no bioma Amazônia. A primeira auditoria no modelo TdR, publicada em março de 2014, atestou boas práticas de sustentabilidade da Marfrig na compra de gado na Amazônia, não foi identificada nenhuma operação de compra de gado que contrariasse os pontos do compromisso público assumido pelas maiores empresas de carnes do Brasil com a organização não-governamental Greenpeace em 2009, conhecido como "Critérios Mínimos para Operações com Gado e Produtos Bovinos em Escala Industrial no Bioma Amazônia".

A Marfrig Global Foods está entre as sete melhores empresas do mundo no que se refere a práticas de bem-estar animal segundo o "*The Business Benchmark on Farm Animal Welfare"* (BBFAW), importante relatório de alcance global sobre o tema, desenvolvido por duas grandes ONGs internacionais: a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA) e a *Compassion in World Farming*. Em 2013, pelo segundo ano consecutivo, a Marfrig Global Foods foi a única empresa de origem brasileira a participar do relatório e alcançou o status "Completo", e a classificação "Integrado ao Negócio".

Para criar oportunidades de desenvolvimento educacional e recreação para crianças, adolescentes, idosos de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos municípios onde estão localizadas as plantas da Companhia, foi criado o Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz. Atualmente, o programa do Instituto oferece atividades de extensão curricular voltadas para educação, esporte, cultura, saúde e alimentação e beneficia cerca de 100 crianças em suas unidades nos municípios de Promissão (SP) e Bataguassu (MS).

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da Marfrig Global Foods e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

35. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 10 de junho de 2013, a Companhia celebrou no dia 07 de junho de 2013 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a: (i) alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Seara Brasil à JBS; e (ii) a alienação pela Companhia de 100% do capital da sociedade que detém o negócio de couro do Grupo Marfrig no Uruguai (Zenda) para JBS, estas operações foram concluídas em 30 de setembro de 2013 e 30 de junho de 2013, respectivamente.

Com a concretização dessas operações e em atendimento a Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são resumidos a seguir:

Resultado das operações descontinuadas

	31/12/2013 (*)
Receita Líquida	6.132.855
Custo dos produtos vendidos	(5.064.323)
Lucro Bruto	1.068.532
Receitas (despesas) operacionais	(1.915.484)
Ganho na alienação de investimentos	820.007
Resultado operacional	(26.945)
Provisão para IR e Contribuição Social	(67.233)
Lucro líquido das operações descontinuadas	**(94.178)**
Participação dos acionistas não-controladores	(3.647)
Lucro operação descontinuada	**(97.825)**

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	31/12/2013 (*)
Provenientes das atividades operacionais	230.817
Utilizado nas atividades de investimento	(207.578)
Utilizado nas atividade de financiamento	(129.831)
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa	3.458
Baixa de caixa das operações descontinuadas	(226.618)
Resultado líquido das operações descontinuadas	**(329.752)**

(*) Contempla as operações da Seara Brasil e Columbus Netherlands B.V.

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

36.1. Medida Provisória nº 627/13 (convertida na Lei nº 12.973/14) e Instrução Normativa RFB nº 1.397/13

Quando da publicação da IN RFB 1.397/13, de 16 se setembro de 2013, e MP 627, de 11 de novembro de 2013, a Companhia considerou salutar realizar um diagnóstico dos eventuais impactos pela aplicação destas legislações.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.973, decretada pelo Congresso Nacional e Sancionada pela Presidenta da República Dilma Rousseff.

Nosso diagnóstico considerou os dispositivos editados e válidos até a data-base de aprovação das informações contábeis.

Juros sobre Capital Próprio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia procedeu à apuração e distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), seguindo as regras do artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Sendo que o valor do patrimônio líquido considerado como base para apuração (do JCP) - já ajustado pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.914/09, mostrou-se inferior ao que seria apurado com base na Lei nº 6.404/76, sem suas alterações posteriores. Dessa forma, a remuneração paga a título de JCP está de acordo com as regras determinadas pela IN RFB nº 1.397/13.

Dividendos

Também nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia remunerou seus acionistas por meio de dividendos. Estes foram deliberados e pagos, dentro do mínimo legal obrigatório (25% do lucro líquido ajustado, conforme artigo 202, § 2º, da Lei nº 6.404/76), e com base no Estatuto Social da Companhia.

A remuneração paga a título de dividendos, com base nos critérios vigentes até 31 de dezembro de 2007, foi inferior a que seria paga, se fosse calculada com base nos critérios contábeis, após as alterações da legislação societária proveniente das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Não havendo, dessa forma, divergência ao que dispõe o artigo 26, parágrafo único, e, exime a aplicação do artigo 28, da IN RFB nº 1.397/13.

Conclusão do diagnóstico

Considerando o exposto acima, tanto os pagamentos a título de dividendos, quanto de JCP, nos referidos anos, não geram impacto fiscal para a Companhia, ainda que a mesma não exerça a opção prevista no artigo 75 da MP 627/13 (convertida na Lei nº 12.973/14). Com base no parágrafo supracitado, a Companhia decidiu por não antecipar a adoção das disposições aprovadas pela Lei nº 12.973 (artigos 1º, 2º e 4º ao 70º) para o ano-calendário de 2014.

36.2. Doações a Partidos Políticos

A Companhia, atendendo aos princípios de transparência e governança corporativa, informa que, em conjunto com as suas subsidiárias MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. e Pampeano Alimentos S.A., efetuaram doações a Partidos Políticos, no ano de 2014, no montante de R$ 2.780, com a total observância da legislação vigente, e ratificado pelo Comitê de Gestão através da ata de reunião, realizada em 03 de novembro de 2014.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2015, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia deliberou, face à comunicação da saída do Presidente Executivo da Marfrig, Sr. Sérgio Rial, nomeando o executivo Martin Secco Arias, antes CEO da Marfrig Beef Cone Sul, para substituí-lo a partir de 16 de fevereiro de 2015 na presidência executiva da Marfrig Global Foods.

Conselho de Administração

MARCOS ANTONIO M. DOS SANTOS - Presidente do Conselho
MARCIA A. P. MARÇAL DOS SANTOS - Conselheira
RODRIGO MARÇAL FILHO - Conselheiro
ALAIN EMILIE HENRY MARTINET - Conselheiro
DAVID G. MCDONALD - Conselheiro Independente
ANTONIO MACIEL NETO - Conselheiro Independente
CARLOS GERALDO LANGONI - Conselheiro Independente
MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA - Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

AXEL ERHARD BROD - Conselheiro Efetivo
EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI - Conselheiro Efetivo
ROBERTO LAMB - Conselheiro Efetivo
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER - Conselheiro Suplente
PETER VAZ DA FONSECA - Conselheiro Suplente
CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ - Conselheiro Suplente

Diretoria

SERGIO AGAPITO LIRES RIAL - Diretor Presidente
RICARDO FLORENCE DOS SANTOS - Diretor Administrativo Financeiro e DRI
HERALDO GERES - Diretor Jurídico
TANG DAVID - Diretor sem Designação Específica
RODRIGO MARÇAL FILHO - Diretor sem Designação Específica

Rogerio de Moraes Freitas
Contador – CRC nº 1SP226572/O-0

Parecer do Comitê de Auditoria

Local, Hora e Data: Em 27 de fevereiro de 2015, às 13h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco A, 5º Andar, Sala 01, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, sendo, Srs. Marcelo Maia de Azevedo Correa, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos e Marcos Antonio Molina dos Santos. **Composição da Mesa: Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Correa; **Secretário:** Marcos Antonio Molina dos Santos. **Ordem do Dia:** Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os membros do Comitê de Auditoria examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e, considerando o parecer da BDO RCS Auditores Independentes, **OPINAM** que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Mesa:

Marcelo Maia de Azevedo Correa – Presidente
Marcos Antonio Molina dos Santos – Secretário

Membros do Comitê de Auditoria:

Marcelo Maia de Azevedo Correa | **Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos** | **Marcos Antonio Molina dos Santos**

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes notas explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O Conselho Fiscal ao longo do exercício: acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia mediante entrevistas e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis e patrimoniais relevantes da Companhia, em sessões com representantes da Administração da Companhia e com os auditores independentes; acompanhou e discutiu com a Administração da Companhia as questões relevantes de gestão e desempenho dos negócios, indagou a Administração sobre o acompanhamento dos riscos relevantes, e sobre as divulgações aos acionistas, inclusive os informes trimestrais; visitou as unidades administrativas da Keystone Foods localizadas em Conshohocken, no Estado da Pensilvânia e Huntsville no Estado do Alabama e uma planta industrial localizada em Gadsden no Estado do Alabama; indagou a Administração quanto à efetividade dos controles internos por ela implantados e gerenciados; discutiu as premissas e revisou os cálculos relativos às avaliações de recuperabilidade de ativos (*impairment*) e de realização de créditos fiscais diferidos. **Conclusão:** Com base nesses trabalhos e evidências e à vista do Parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, os conselheiros fiscais opinam que as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, aprovados pelo Conselho de Administração, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral prevista para ocorrer em abril de 2015.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Axel Erhard Brod – Membro Efetivo
Eduardo Augusto Rocha Pocetti – Membro Efetivo
Roberto Lamb – Membro Efetivo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Marfrig Global Foods S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Marfrig Global Foods S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Marfrig Global Foods S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1SP 109628/O-0

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6

Demonstrações Financeiras **Marfrig Global Foods 2014**

1. MENSAGEM DO *CHAIRMAN*

Quero iniciar desejando a todos um 2015 com muita saúde e paz.

Terminamos o ano de 2014 com muitas realizações. Investimos na pecuária de qualidade com o lançamento do Programa Marfrig +, um programa inovador que proporciona um salto de melhoria genética da qualidade da carne nacional e ao mesmo tempo visando antecipar o aumento da produção da carne brasileira.

Este programa integra diversos elos fundamentais da cadeia, podendo criar um novo rumo para a produtividade do gado de corte. Criamos um Comitê Técnico que irá acompanhar a produção de ponta a ponta, composto por criadores, terminadores, associações de classe, Marfrig como indústria e clientes nacionais e internacionais. Nosso compromisso com a qualidade em tudo que fazemos nunca esteve tão forte, assimilado pela cultura do grupo. Acreditamos em parcerias, só somos fortes quando estamos alinhados com nossos parceiros nas mais diversas cadeias em que atuamos, quer seja as mais de 700 granjas no Reino Unido abastecendo a Moy Park quer seja com nossos sócios nas diversas *Joint Ventures* que temos na Ásia. Trabalhar com parceiros é um ativo que preservamos e nos diferencia.

Temos ainda oportunidades grandes com as nossas marcas. A marca Bassi, uma das melhores carnes do Brasil, ainda tem muito espaço para crescer em âmbito nacional. Nossa reputação no canal *food service* só se consolida graças à confiança de nossos clientes.

Trabalhamos ao longo de 2014, focando em inovação, qualidade, garantia de regularidade a milhares de clientes que atendemos em mais de 60 países e com foco na rentabilidade do negócio.

O Conselho de Administração esteve muito presente ao longo de todo o ano, apoiando e acompanhando de perto a execução da Estratégia Focar para Ganhar. Posso dizer que em nome do Conselho, o ano de 2014 se caracterizou como um ano de entrega e de grande alinhamento entre o corpo executivo da empresa e o Conselho. Hoje podemos dizer que temos uma grande equipe, permeada nos mais diversos níveis do grupo. O esforço empreendido nos últimos anos em trazer talento e desenvolver talento interno, deu resultados e o melhor está ainda por vir.

A todos nossos colaboradores, clientes, acionistas e membros dos diversos Conselhos e Comitês, o meu muito obrigado.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2014 foi um ano muito importante para o nosso grupo.

Promovemos nossas marcas em um dos maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol, onde tivemos mais de 3.000 convidados do Brasil e do exterior, ao longo de todo o evento.

Atingimos nossas metas operacionais e financeiras estabelecidas para 2014, apesar das dificuldades do ano. Já no final de 2013, havíamos decidido sair com metas específicas para o mercado, '*Guidance*', delineando quatro metas importantes: receita líquida, margem EBITDA, investimentos e fluxo de caixa livre.

Ficamos felizes em ver os acionistas existentes e os novos nos recompensando através da valorização da nossa ação pelo trabalho dos nossos colaboradores, mais de 45.000 ao fim de 2014, e pela confiança depositada à empresa pelos pecuaristas e fornecedores em geral, bem como nossos clientes. O mercado soube reconhecer nossa determinação e foco operacional.

Continuamos a reforçar nossa liderança no setor de proteínas animais na área de sustentabilidade, com nosso compromisso com qualidade e inovação e nossa determinação em atender nossos clientes da melhor forma possível e ajudá-los em suas estratégias.

Tudo isso se reflete no ano de execução operacional, à ambição de crescimento sustentável, visando o lucro, objetivo final de qualquer companhia. Todas as unidades de negócio terminaram o ano de 2014 com margens superiores a 7% de EBITDA.

A estratégia Focar para Ganhar dá resultados, alinhando a empresa a uma única direção de crescimento. Este é o início da transformação de valor que o grupo já começou a implementar, alicerçado por um quadro único de executivos(as) totalmente comprometidos(as) com a geração de valor e a criação de uma das melhores plataformas de alimentos do mundo.

O meu muito obrigado a todos que apoiam à empresa e sua estratégia. Nosso compromisso será a construção de uma melhor Marfrig a cada ano.

Sergio Rial
Presidente Executivo

...continuação

3. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A **Marfrig Global Foods S.A.** é uma empresa global de alimentos que atua nos segmentos de *food service* e varejo, oferecendo soluções de alimentação inovadoras, seguras e saudáveis. Com um portfólio de produtos diversificado e abrangente, a Companhia é compromissada com a excelência e qualidade, garantindo a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados, além das casas de consumidores em mais de 110 países.

As atividades da empresa dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, incluindo carne bovina, ovina, aves e peixes, além de outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, vegetais congelados e sobremesas, entre outros.

Com aproximadamente 45 mil colaboradores, o Grupo Marfrig é o maior produtor de ovinos na América do Sul, o segundo maior produtor de aves do Reino Unido e a maior companhia privada no Uruguai e na Irlanda do Norte.

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por 78 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados em 16 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A localização estratégica de suas unidades, associada a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores, constitui um *mix* de exposição único no segmento, diversificado tanto em relação à produção, origem das vendas e rentabilidade, quanto em termos de presença em mercados emergentes e mercados maduros.

A Marfrig possui capacidade anual de produção de 900 mil toneladas de alimentos industrializados e capacidade anual de processamento de mais de 5 milhões de cabeças de gado, 400 milhões de frangos, 6 milhões de perus e 3 milhões de ovinos. Essa plataforma de produção confere capacidade de crescimento significativa à Companhia, bem como a habilidade de se proteger contra riscos inerentes ao setor.

O Grupo Marfrig é composto por três unidades de negócio, cada qual com linhas de produtos e atuação geográfica distintas, que se complementam formando um portfólio de produtos amplo e uma plataforma produtiva diversificada, de abrangência global:

- **Marfrig Beef:** Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro, com grande *expertise* no segmento de *food service* no mercado doméstico, além de uma atuação forte no mercado externo, onde é igualmente reconhecida pela qualidade dos seus produtos *premium*. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, Argentina e Chile, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.
- **Moy Park:** Segundo maior sistema integrado de produção de alimentos industrializados à base de carne de aves do Reino Unido. Com foco no mercado europeu de alimentos industrializados e carnes frescas à base de frango e peru em sua maioria, a Moy Park possui forte presença nas principais redes de varejo e *food service* no Reino Unido e Europa Continental.
- **Keystone:** Fornecedora de alimentos à base de proteína animal para as principais redes de restaurante do mundo, concentrando suas operações nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina seu amplo conhecimento na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um *mix* completo de produtos resfriados e congelados.

4. ESTRATÉGIA - FOCAR PARA GANHAR

No ano de 2014, a Marfrig consolidou sua estratégia Focar para Ganhar, apresentada ao mercado em outubro de 2013. Desenvolvida para conduzir a Marfrig para a melhora operacional e da geração de benefícios sociais e retorno financeiro aos investidores, a estratégia estabelece os alicerces de uma cultura corporativa centrada no cliente; com mentalidade de inovação; buscando o crescimento com rentabilidade; com sólida experiência em *food service* e varejo; comprometida com altos padrões de segurança alimentar, qualidade e liderança em sustentabilidade.

Os objetivos de crescimento de cada uma das unidades de negócio do grupo seguem abaixo destacados:

- **Marfrig Beef:** o principal objetivo é elevar a geração de caixa por meio da eficiência e otimização do uso dos ativos. Para isso, são implementadas medidas visando o aprimoramento da gestão de estoques, melhora nas condições de pagamento e recebimentos e o aumento de utilização da capacidade das plantas. O crescimento da receita tem como foco a maior participação em canais de distribuição mais rentáveis como os canais de *food service,* exportação e pequeno varejo. Aproveitando-se das boas condições de exportação do Uruguai, a Marfrig Beef busca maior conectividade com os outros segmentos de negócios do Grupo, ampliando o fornecimento de carne a partir da América do Sul. Adicionalmente implementamos um projeto de Agenda de Produtividade nas operações do Brasil onde buscaremos economias em custos e despesas.
- **Moy Park:** a estratégia de crescimento é baseada no aumento das vendas de alimentos com maior valor agregado no canal de varejo e para o *food service,* aproveitando-se do crescimento desse setor assim como a expansão das operações para a Europa Continental. Beneficiando-se de sua posição de liderança na produção de frango criado localmente na Irlanda e no Reino Unido e de seu reconhecimento como uma das maiores produtoras de frango orgânico da Europa, a Moy Park busca expandir suas vendas no Reino Unido e na Europa Continental.
- **Keystone:** o crescimento dos negócios dos Estados Unidos está baseado na diversificação do portfólio de clientes de *food service*. Na Ásia e Oriente Médio, a estratégia de crescimento é focada no estabelecimento de parcerias e *joint ventures* para promover e sustentar o crescimento continuado em mercados-chave, como China. Globalmente, a Keystone concentra ainda esforços em crescer e diversificar sua atuação no mercado de carne bovina, melhorando sua cadeia de suprimentos com maior integração com a Marfrig Beef.

5. CONTEXTO SETORIAL

Brasil: O ano de 2014 foi marcado pelo avanço das exportações brasileiras de carne bovina e a retomada do país da posição de maior/principal exportador de carne bovina no mundo. O cenário de demanda firme nos mercados internacionais, além da abertura de novos destinos para a carne brasileira, das restrições nos rebanhos em importantes exportadores globais e da desvalorização do Real frente ao Dólar impulsionaram avanços tanto em volumes quanto em preços.

Com um rebanho de aproximadamente 200 milhões de cabeças de gado, basicamente alimentado a pasto, o Brasil encontra-se em posição favorável em comparação com outros países exportadores. Mesmo com a forte alta no custo do boi gordo no ano (25% contra 2013), em função do aumento do abate e da seca enfrentada em diversos estados brasileiros, o Brasil ainda se encontra em posição de destaque em relação a Estados Unidos e Austrália, os quais passam por um momento de recomposição do rebanho.

Adicionalmente, a abertura de novos mercados para a carne bovina brasileira tem corroborado o bom desempenho das exportações. Ao longo de 2014, a China derrubou o embargo à carne bovina brasileira e Rússia aumentou o número de frigoríficos no país habilitados a exportar. Além do aumento dos volumes, as recentes aberturas exercem um papel importante para influenciar potenciais novos mercados a seguirem o mesmo caminho. Vale ressaltar que o Brasil ainda não tem acesso a maioria dos principais importadores globais de carne bovina como os EUA, Japão, Coréia do Sul, Canadá, México e Indonésia.

A desvalorização cambial também colaborou significativamente para um aumento da competitividade da carne brasileira nos mercados externos. O Dólar médio ficou em R$ 2,35/US$ em 2014, em comparação com R$ 2,16/US$ em 2013, uma variação de 9%.

Por outro lado, a desaceleração da economia brasileira, as pressões inflacionárias e o cenário de incerteza frente aos possíveis ajustes no rumo das políticas fiscal e monetária, impuseram um cenário interno desafiador, com o consumidor menos disposto gastar. Dessa forma, o repasse do aumento dos custos de produção (aumento no preço do boi gordo) se deu de forma mais lenta no mercado doméstico.

Uruguai e Argentina: O Uruguai apresentou menor pressão de preços da arroba de boi neste ano, explicado pela maior disponibilidade de gado no país. O Uruguai já possui acesso aos principais mercados importadores de carne bovina. As exportações, que representam aproximadamente 75% da produção do país, superaram a marca de 365 mil toneladas de carne bovina embarcadas em 2014. Os principais destinos da carne uruguaia são a Nafta, China, Europa, Mercosul e Rússia.

Na Argentina, o abate total de bovinos teve uma redução de 3,7% em 2014. A produção de carne é direcionada ao mercado interno, em função das dificuldades em se obter licenças para exportar e das sobretaxas sobre a exportação. Dessa forma, as exportações representaram apenas 7,2% do total de carne bovina produzida no país.

Europa: O mercado de aves em 2014 foi favorecido pelo baixo custo de grãos. No Reino Unido, onde a ração dos frangos e perus é à base de trigo e soja, os preços médios destes insumos reduziram-se 20,9% e 2,3% respectivamente em comparação com os preços ao final de 2013, segundo dados da Defra (*Department for Environment Food & Rural Affairs*).

O impacto desta diminuição de preços foi parcialmente repassada pela indústria de aves no Reino Unido. Segundo dados da Defra, o preço médio do frango fresco vendido ao varejo do Reino Unido reduziu 1,32% (em moeda local).

O consumo de carne de aves no Reino Unido tem sido impulsionado por uma maior conscientização da população com relação à alimentação saudável em adição ao controle de rastreabilidade e das garantias de qualidade do produto, com varejistas e clientes dando maior importância à procedência dos produtos.

Estados Unidos: O custo de insumos de produção para ração de frango nos EUA que, diferentemente da Europa, é à base de milho e soja, também diminuiu. Segundo dados da USDA, o preço médio do milho reduziu 33,2% em comparação com o preço ao final de 2013. A expectativa para 2015 é de alta recorde na produção de milho e soja, mantendo os preços em baixos patamares para o ano.

Por outro lado, o preço do frango permaneceu em altos patamares, apesar das sanções da Rússia, devido principalmente à alta demanda do México, cuja produção foi afetada por casos de gripe aviária.

No setor de *food service,* segundo a Associação Nacional de Restaurantes dos EUA (NRA), as vendas superaram US$ 683,4 bilhões em 2014, valor 3,6% superior ao registrado em 2013. Este é o quinto ano consecutivo de alta registrado nos EUA e, para 2015, as estimativas do NRA são de expansão de vendas de 3,8%, para US$ 709,2 bilhões de vendas no ano.

APMEA: O crescimento do PIB, a urbanização e a expansão da classe média consumidora têm colaborado para mudar os hábitos alimentares dos chineses e regiões da APMEA, afetando positivamente as vendas do setor de *food service*. A rede KFC, por exemplo, tem mais de 4.500 restaurantes na China, em mais de 1.000 cidades e o Mc Donald's inaugurou, em média, mais de 300 lojas por ano desde 2008 na região da APMEA, alcançando cerca de 10.000 lojas. Existe ainda um grande potencial de expansão do número de lojas de restaurantes, tanto nos grandes centros como nas cidades no interior.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. RESULTADO CONSOLIDADO

: RECEITA LÍQUIDA:

A receita operacional líquida apresentou aumento de 12,4%, passando de R$ 18.752,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 21.073,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, explicado pelo ao aumento de 7,3% nos volumes vendidos, de 4,7% nos preços médios. Neste período houve desvalorização do Real frente ao Dólar de 9%.

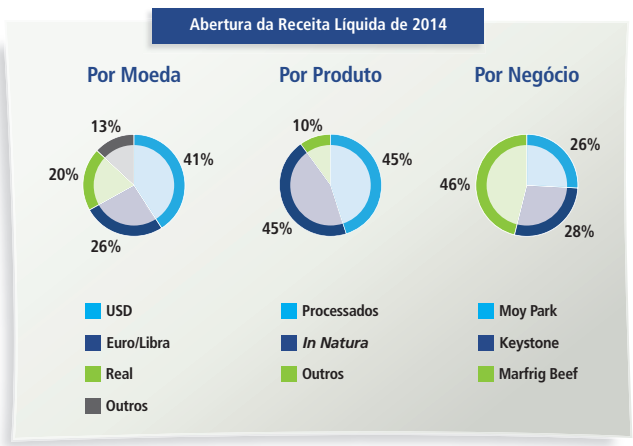
O segmento de negócios Marfrig Beef respondeu por 45,9% da receita consolidada, em linha com sua participação em 2013 de 46,2%, a Keystone somou 28,0% da receita (28,6% em 2013), enquanto a Moy Park representou 26,1% do total (25,2% em 2013).

O aumento na receita operacional líquida resultou, principalmente, do aumento nas vendas em todas as nossas unidades de negócio, inclusive:

(i) aumento de 11,7% na receita operacional líquida da Marfrig Beef devido ao maior volume de exportações a partir do Brasil (13,6% superior se comparado com 2013), ao excelente resultado apresentado pelas operações do Uruguai que compensou em boa parte as condições adversas enfrentadas nas operações da Argentina e pela melhora nos volumes vendidos de carne in natura no mercado doméstico para o segmento de *food service*;

(ii) aumento de 9,7% na receita operacional líquida da Keystone, devido ao maior volume vendido nas operações da APMEA (10,1% superior se comparado com 2013), consequência (i) do maior poder aquisitivo da classe média na região em função de maiores salários recebidos, levando a um aumento no consumo em restaurantes e cadeias de *fast food*; e (ii) pela maior diversificação da base de clientes locais;

(iii) um aumento de 16,6% na receita operacional líquida da Moy Park, devido (i) ao forte crescimento no volume de vendas de aves *in natura* e produtos empanados de conveniência nos canais de varejo e *food service* do Reino Unido e da Irlanda, um desempenho bastante positivo para o mercado varejista desafiador do Reino Unido; (ii) a consolidação do negócio de carne bovina da Marfrig na Moy Park; e (ii) o impacto positivo da variação cambial de 14,6%. Por outro lado os resultados foram parcialmente afetados por: (i) menores preços de venda na exportação de carnes de aves e miúdos dado às restrições de exportação na Rússia e na África do Sul; (ii) menores volumes de vendas no *food service* na Europa; (iii) deflação dos custos de insumos de commodities; e (iv) fortalecimento da libra esterlina em relação ao Euro, reduzindo o valor das receitas em libra esterlina realizada na zona da Europa.



: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O custo dos produtos vendidos aumentou 12,0%, ficando praticamente em linha com o crescimento da Receita e passou de R$ 16.442,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 18.408,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento foi resultado, principalmente: (i) da expansão de 9,1% nas despesas associadas a matéria-prima (gado e animais vivos), onde o preço da arroba de gado foi apreciado em aproximadamente 25%, segundo o índice ESALQ (índice que mede variação de custos de compra de gado no Estado de São Paulo - Brasil); (ii) aumento de 8,3% no custo de mão-de-obra; e (iii) incremento de 9,7% nos custos de produção, como energia, embalagens e demais custos indiretos.

CPV (R$ milhões)	2014	Partici-pação (%)	2013	Partici-pação (%)	Varia-ção (%)
Matéria-prima	12.549,7	68,2%	11.499,7	69,9%	9,1%
Mão de obra	2.271,4	12,3%	2.096,5	12,8%	8,3%
Custos de produção	2.786,6	15,2%	2.541,3	15,5%	9,7%
Outros Custos	800,4	4,3%	305,2	1,9%	162,2%
Total	**18.408,2**	**100%**	**16.442,7**	**100%**	**12,0%**
Marfrig Beef	*8.042,2*	*43,7%*	*7.180,5*	*43,7%*	*12,0%*
Moy Park	*4.886,6*	*26,5%*	*4.256,0*	*25,8%*	*14,8%*
Keystone Foods	*5.479,4*	*29,8%*	*5.006,2*	*30,5%*	*9,4%*

: LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

O lucro bruto apresentou elevação de 15,4%, passando de R$ 2.309,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.665,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Dos R$ 2.665,2 milhões de lucro bruto, R$ 1.628,3 milhão, ou 61,1%, é atribuível à Marfrig Beef, R$ 621,3 milhões, ou 23,3%, referem-se à Moy Park e R$ 415,6 milhões, ou 15,6%, correspondem à Keystone.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R$ 1.464,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 7,0% em comparação ao R$ 1.368,8 milhão registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, as DVGA corresponderam a 7,3% da receita operacional líquida em comparação aos 6,9% registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, principalmente devido (i) a desvalorização do Real frente do Dólar e Libra Esterlina; e (ii) aumento das despesas com vendas. Ambos efeitos foram parcialmente anulados pelos controles mais rigorosos na linha de despesas administrativas.

As despesas com vendas aumentaram 16,1%, passando de R$ 805,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 935,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento deste grupo de despesas foi influenciado principalmente pela linha de vendas e marketing, impactada pelo comissionamento da força de vendas resultado do aumento do volume de produtos vendidos aliado aos custos promocionais durante o período da Copa do Mundo 2014 patrocinada pela Marfrig.

As despesas gerais e administrativas registraram queda de 6,1%, passando de R$ 563,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 529,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução apresentada foi a consequência das iniciativas de controle de despesas tais como: adequação de quadro administrativo, redução das despesas com viagens, escritório e serviço de terceiros.

A Marfrig Beef representou 59,4% das DVGA totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a 58,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Moy Park representou 26,8% das DVGA totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a 31,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Keystone representou 13,8% das DVGA totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a 10,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

DVG&A (R$ milhões)	2014	2013	Varia-ção (%)
Despesas com Vendas	**935,4**	**805,3**	**16,1%**
% sobre a Receita Líquida (%)	*4,4%*	*4,3%*	
Despesas Gerais e Administrativas	**529,1**	**563,5**	**(6,1%)**
% sobre a Receita Líquida (%)	*2,5%*	*3,0%*	
Total DVG&A	**1.464,5**	**1.368,8**	**7,0%**
% sobre a Receita Líquida (%)	*6,9%*	*7,3%*	
Marfrig Beef (%ROL)	*8,8%*	*9,4%*	
Moy Park (%ROL)	*8,4%*	*7,8%*	
Keystone Foods (%ROL)	*2,5%*	*3,5%*	

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

Em 2014 o EBITDA ajustado (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) consolidado atingiu R$ 1.784,3 milhões, comparado a R$ 1.446,2 milhões registrados em 2013. A margem EBITDA ajustado foi de 8,5%, contra 7,7% no ano anterior.

O segmento Marfrig Beef foi responsável por 52,5% do EBITDA ajustado no período (55,2% em 2013), a Keystone 24,5% (contra 23,6% em 2013), enquanto a Moy Park respondeu por 23,0% (contra 21,2% em 2013) do EBITDA ajustado no período.

Reconciliação do EBITDA Ajustado (R$ milhões)	2014	2013	Varia-ção (%)
EBITDA Ajustado	**1.784,3**	**1.446,2**	**23,4%**
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	(98,4)	(65,0)	(51,5%)
EBITDA	**1.685,9**	**1.381,2**	**22,1%**
(+) Equivalência de não controladas	(17,8)	(9,1)	(95,4%)
(+) Depreciação/Amortização	(583,7)	(505,4)	(15,5%)
(+) Encargos Financeiros Líquidos	(1.676,0)	(1.441,1)	(16,3%)
(+) Variação Cambial Líquida	(450,8)	(589,9)	23,6%
(+) Participação de Acionistas não Controladores	(19,2)	(12,9)	(49,2%)
(+) Provisão de IR e CS	322,0	361,3	(10,9%)
Lucro/Prejuízo Líquido	**(739,5)**	**(815,8)**	**9,4%**

6.2. MARFRIG BEEF

: RECEITA LÍQUIDA:

Operação Brasil - Mercado Interno

20,5% da Receita Líquida Consolidada

As vendas no mercado interno brasileiro avançaram 7,1% em 2014, atingindo R$ 4.314,9 milhões em comparação com R$ 4.029,5 milhões em 2013. O desempenho é resultado do crescimento de 24,3% no volume de vendas em contrapartida a queda de 13,8% nos preços médios praticados, impulsionados por: (i) maior foco na atuação junto ao segmento de *food servic*e, (ii) melhora no *mix* de clientes no canal de varejo, com maior participação de pequenos e médios estabelecimentos, posicionamento que permitiu mitigar os efeitos negativos do excesso de oferta de carne no varejo, que pressionou os preços especialmente no primeiro semestre do ano e (iii) a queda nos preços explica-se devido a mudança no mix de vendas onde a Companhia direcionou mais produtos de valor agregado para o mercado externo beneficiando-se de um câmbio melhor e de uma demanda aquecida no mercado exterior.

Operação Brasil - Exportações

15,7% da Receita Líquida Consolidada

As exportações do Brasil avançaram 27,5% em 2014, atingindo R$ 3.311,5 milhões em comparação com R$ 2.596,9 milhões em 2013. O desempenho é resultado do crescimento de 13,6% no volume de vendas e de 12,3% nos preços médios praticados, ambos impulsionados por: (i) retomada do consumo em importantes mercados do Oriente Médio, Europa e Ásia; e (ii) preços em reais mais competitivos em função da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real, de 9% no período.

Operação Internacional - Argentina, Uruguai e Chile

9,7% da Receita Líquida Consolidada

As receitas das operações internacionais ficaram estáveis em 2014, somando R$ 2.044,1 milhões em comparação com R$ 2.030,9 milhões em 2013. O desempenho é resultado do aumento dos preços médios de 11,0% parcialmente compensados pela redução de 9,3% no volume de vendas. Em função dos crescentes desafios e incertezas enfrentados no mercado argentino, a Companhia optou por reduzir sua exposição ao país fechando temporariamente três unidades de produção, fator esse que contribuiu significativamente para a redução dos volumes de vendas em comparação com 2013. Já no Uruguai apresentou uma melhoria significativa em relação a 2013, que mesmo com uma pequena queda na receita com mercado interno de 1,4% teve o incremento de 27,8% nas receitas com exportações resultado do aumento tanto de preços médios (21,4%) quanto volume (5,3%).

: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O aumento de 12,0% no custo dos produtos vendidos em comparação com 2013 reflete: (i) o crescimento de 11,7% nas vendas do segmento, especialmente na operação do Brasil; e (ii) alta no preço do boi gordo, especialmente no Brasil, superando em 25% se comparado com os preços médios registrados em 2013. Por outro lado, o fechamento temporário de três unidades de produção na Argentina durante o ano em função das incertezas do cenário político-econômico e a melhoria do parque fabril no Brasil, com aumento da utilização de capacidade das plantas em operação, contribuíram para amenizar os impactos do aumento do CPV.

: MARGEM BRUTA:

O lucro bruto apresentou crescimento de 10,3%, passando de R$ 1.476,8 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, com margem de 17,1%, para R$ 1.628,3 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, com margem de 16,8% com margem estável se comparado com o ano anterior. O comportamento da margem bruta é explicado pelos seguintes fatores: (i) maior volume de exportação do Brasil onde conseguimos repassar boa parte do aumento do preço de gado efeito esse que balanceou a oferta de carne no mercado interno bem como os preços praticados no mercado interno; (ii) desvalorização do Real frente ao Dólar de 9%; e (iii) ao excelente resultado apresentado pela operação do Uruguai que mitigou e compensou o cenário adverso enfrentado na Argentina.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) da Marfrig Beef totalizaram R$ 854,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 5,2% em comparação aos R$ 812,8 milhões registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. As despesas com vendas e marketing foram o principal componente do aumento da DGVA no ano, representando 87,9% das despesas comerciais, com a Marfrig sendo um dos patrocinadores da Copa do Mundo de 2014. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as DVGA da Marfrig Beef corresponderam a 8,8% de sua receita operacional líquida, contra 9,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

O aumento de 50 pbs na margem EBITDA ajustado é resultado de: (i) maior participação nas exportações, favorecidas pela paridade cambial R$ x Dólar; (ii) corte de custos e despesas gerais e administrativas, seguindo o programa de "Agenda de Produtividade" no Brasil, parcialmente compensados por (iii) pressão de alta nos preços do boi gordo, superando as médias registradas em 2014 tanto no Brasil como no Uruguai; (iv) excesso de oferta de produtos de carne bovina no mercado doméstico e internacional no início do ano, dificultando o repasse de preços; e (v) fechamento temporário de três unidades de produção na Argentina em função das incertezas do cenário político-econômico, com redução nos volumes comercializados.

6.3. MOY PARK

: RECEITA LÍQUIDA:

Mercado Interno - Reino Unido

23,0% da Receita Líquida Consolidada

No mercado interno, houve aumento de 18,6% na receita operacional líquida, que passou de R$ 4.089,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 4.848,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Este aumento resultou, principalmente, da expansão de 1,7% no volume de vendas, bem como do aumento de 14,7% nos preços médios, devido aos seguintes fatores: (i) o impacto positivo da variação cambial de 14,6%; (ii) crescimento no volume de vendas de aves *in natura* e produtos empanados de conveniência nos canais de varejo e *food service* do Reino Unido e da Irlanda, um desempenho bastante positivo para o mercado varejista desafiador do Reino Unido; e (iii) a consolidação do negócio de carne bovina da Marfrig na Moy Park.

Exportações

3,1% da Receita Líquida Consolidada

A receita operacional líquida de exportações apresentou aumento de 4,0%, passando de R$ 634,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 659,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorreu, principalmente, pela expansão de 4,9% nos volumes vendidos parcialmente compensados por uma leve queda nos preços médios de 0,9% explicado pela queda nos preços dos grãos ocorrida no ano.

: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O aumento de 14,8% no custo da mercadoria vendida em comparação com 2013 reflete: (i) a desvalorização do Real frente à Libra Esterlina de 14,6% no período; (ii) o crescimento orgânico nas vendas do segmento com expansão nos clientes de varejo e *food service*; e (iii) a redução gradual na pressão nos custos de matéria-prima em função do arrefecimento do preço de grãos em relação aos picos registrados em 2013.

: LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

O Lucro Bruto registrou aumento de 32,9%, passando de R$ 467,4 milhões (margem de 9,9%), no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, para R$ 621,3 milhões (margem de 11,3%) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento da margem bruta é explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento das vendas pela consolidação dos negócios da Marfrig Beef Brasil na Europa; e (ii) pelo incremento nos canais de varejo e *food service* no Reino Unido e na Irlanda apesar da queda das exportações para a Rússia e África do Sul; e (iii) queda nos preços de grãos.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

O aumento de 60pbs no percentual da DVG&A sobre a ROL é consequência da maior despesa com vendas, logística e exportação, necessárias para fazer frente ao crescimento orgânico dos negócios, aliada às iniciativas promocionais com a Copa do Mundo 2014 e pela maior participação em canais de venda mais rentáveis no mercado interno (*food servic*e) e nas exportações.

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

A melhora de 90 pbs na margem EBITDA Ajustado é consequência: (i) do crescimento das vendas; (ii) da maior diluição dos custos fixos; (iii) da melhora no *mix* de produtos vendidos com maior penetração em clientes de *food service;* e (iv) do aumento de participação em canais de venda mais rentáveis; além (v) da diminuição dos custos de soja e trigo, ao longo do ano.

6.4. KEYSTONE

: RECEITA LÍQUIDA:

Estados Unidos

20,6% da Receita Líquida Consolidada

A receita operacional líquida nos Estados Unidos registrou aumento de 6,9%, passando de R$ 4.060,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 4.341,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorreu da depreciação de 9% do Real frente ao Dólar norte-americano, gerando um impacto positivo na conversão da receita operacional líquida. Volumes vendidos aumentaram 1,3%, resultado de maior disponibilidade de carne (pois o peso de aves nas operações de engorda aumentaram). No geral, a diminuição dos preços médios compensaram o aumento de volume, explicado pelo modelo de precificação baseado no valor de *commodities* com clientes de QSR nos Estados Unidos, onde o preço dos produtos refletiu a queda no custo da matéria-prima.

APMEA (Ásia e Oriente Médio)

7,4% da Receita Líquida Consolidada

A receita operacional líquida na região da APMEA apresentou aumento de 18,4%, passando de R$ 1.311,4 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.553,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorreu da expansão de 10,1% nos volumes vendidos. Mesmo com o efeito do surto de gripe aviária ocorrida em 2013 e do incidente ocorrido com um fornecedor de nosso principal cliente na Ásia, o mercado da região da APMEA se mostrou resiliente. Adicionalmente o crescimento da receita também ocorreu pela depreciação de 9% do Real frente ao Dólar norte-americano, gerando um impacto positivo na conversão da receita operacional líquida.

continua...

...continuação

Relatório da Administração – 2014

: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV):

O aumento de 9,5% no custo da mercadoria vendida em comparação com 2013 ficou praticamente em linha com o crescimento de 9,7% nas vendas dessa operação, mesmo apesar da desvalorização do Real frente ao Dólar. A manutenção do CPV no mesmo patamar do ano anterior ocorreu, principalmente, pela redução dos preços dos grãos ocorrido nos EUA, além da melhoria de eficiência operacional nos EUA e aumento de vendas na região da APMEA.

: LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

O Lucro Bruto aumentou 13,7% e passou de R$ 365,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, com margem de 6,8%, para R$ 415,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, com margem de 7,1%. O aumento da margem bruta ocorreu principalmente pelo: (i) aumento das receitas da região da APMEA de 18,4% seguida por 6,9% nos EUA; aliada (ii) à redução do custo com grãos.

: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVG&A):

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) da Keystone totalizaram R$ 149,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, uma queda de 20,7% em comparação aos R$ 188,6 milhões registrados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, se desconsiderarmos o efeito cambial a queda apresentada chega a 27,9%. A redução incorreu principalmente na linha despesas administrativas que além de ter seus custos sobre constante controle desde da implantação do Projeto de Redução de Custos ao final de 2012, teve uma revisão das provisões de benefícios, além de melhorias nos custos com telecomunicações e viagens. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as DVGA da Keystone corresponderam a 2,5% de sua receita operacional líquida, contra 3,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

: EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO:

A melhora de 100 pbs na margem EBITDA ajustado da Keystone ocorreu, principalmente, em função da redução das despesas com a estrutura administrativa em conjunto com o melhor de desempenho de vendas na região da APMEA e Estados Unidos e a redução dos custos com grãos no período.

6.5. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou uma despesa de R$ 2.126,8 milhões, comparado a uma despesa líquida de R$ 2.031,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O aumento de 4,7% no resultado financeiro foi consequência, principalmente, da adesão ao REFIS no mês de agosto gerou uma despesa de juros e multa acumulada até o encerramento do exercício de R$ 117,4 milhões, seguido pelo diferimento dos custos das emissões realizadas visando reduzir o custo da dívida que, por outro lado, proporcionaram dentro do ano uma redução das despesas de juros de R$ 98,2 milhões contra o ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido (R$ milhões)	2014	2013	Variação (%)
Receita Financeira	**294,7**	**365,0**	**(19,3%)**
Juros recebidos/rendimentos	98,4	179,4	(45,2%)
Receita com derivativos	173,1	178,8	(3,2%)
Outros	23,2	6,7	246,3%
Despesa Financeira	**(1.970,7)**	**(1.806,0)**	**(9,1%)**
Juros sobre empréstimos/debêntures/arrendamentos	(1.173,8)	(1.272,0)	7,7%
Despesa com derivativos	(288,1)	(292,4)	1,5%
Despesas bancárias, comissões, descontos financiamentos e outros	(508,8)	(241,6)	(110,6%)
Variação Cambial Líquida	**(450,8)**	**(589,9)**	**23,6%**
Resultado Financeiro Líquido	**(2.126,8)**	**(2.031,0)**	**(4,7%)**

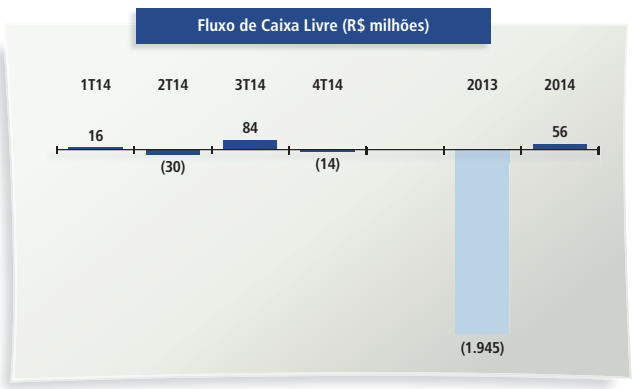
6.6. RESULTADO LÍQUIDO

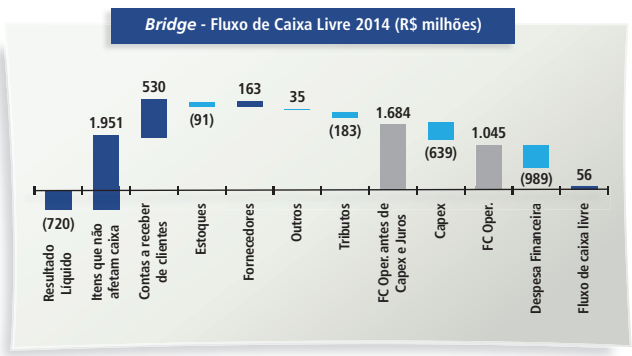
Devido aos fatores mencionados acima, o prejuízo líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R$ 739,5 milhões, comparados a perda líquida de R$ 815,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esta redução foi impulsionada principalmente pela depreciação de Real frente ao Dólar norte-americano e a libra esterlina no período.

A margem líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 representou prejuízo de 3,5% contra 4,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. O principal fator que contribuiu para o prejuízo líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi a depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano e a libra esterlina no período.

6.7. FLUXO DE CAIXA

A geração de caixa (antes de despesas com juros e investimentos) vem melhorando de forma consistente ao longo dos últimos trimestres, tendo encerrando 2014 com um acumulo de R$ 1.684,3 milhão. O resultado da estratégia delineada no programa "FOCAR PARA GANHAR" mostra os esforços compartilhados por cada uma das unidades de negócio, com especial destaque para o segmento Marfrig Beef onde, em conjunto com a Agenda de Produtividade, manteve o foco na rentabilidade e controle de despesas e capital de giro, com melhoria significativa nas contas de fornecedores e recebíveis.





6.8. INVESTIMENTOS

Investimentos - CAPEX (R$ milhões)	2014	2013	Variação (%)
Ativo Fixo	435,8	650,6	(33,0%)
Matrizes	186,2	151,1	23,2%
Intangível	17,3	8,8	96,6%
Total	**639,3**	**810,6**	**(21,1%)**

Investimentos somaram R$ 639,3 milhões em 2014, uma redução de 21,1% em relação as R$ 810,6 milhões investidos em 2013. No ano, foram investidos R$ 435,8 milhões visando manutenção e expansão das unidades de produção, enquanto R$ 186,2 milhões foram gastos em renovação do plantel de matrizes.

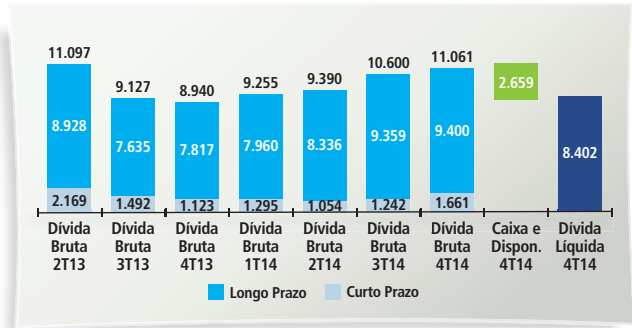
6.9. ESTRUTURA DE CAPITAL

Endividamento Bruto

A Companhia encerrou o exercício com endividamento bruto consolidado de R$ 11,0 bilhões, em comparação com R$ 8,9 bilhões em dezembro de 2013.

Do total das dívidas, apenas 15,0% tem vencimento no curto prazo enquanto 85,0% no longo prazo, e 8,4% estão em Reais e 91,6% estão em outras moedas, enquanto 19,5% das receitas do Grupo são geradas em Reais e 80,5% advém de moedas estrangeiras.

O custo médio ponderado de nosso endividamento bancário consolidado foi de 7,7%.



Liquidez e Endividamento

O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA *LTM*) ficou em 4,98x, exclusivamente em função do efeito não caixa da variação cambial do ano.

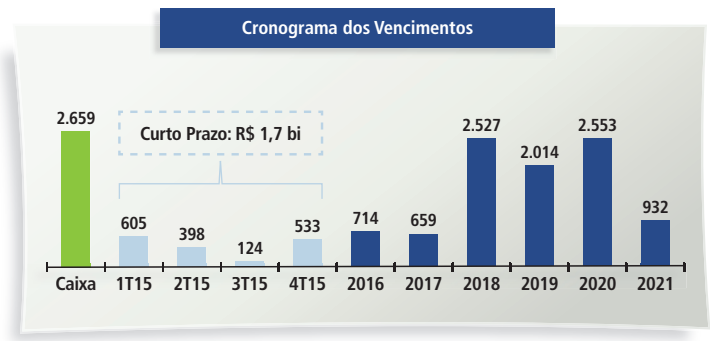
Importante ressaltar que o cálculo do índice de alavancagem das operações de financiamento bancário e via mercado inclui disposições contratuais que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial, assim chegando ao índice de 3,42x ao final do 4T14. Para mais informações, referimos a nota 32.6 nas demonstrações financeiras.

Entendemos que o nível de alavancagem calculado em uma base *LTM* reflete uma realidade onde o crescimento do EBITDA ainda não foi totalmente capturado para refletir a desvalorização do Real. Nos últimos 12 meses, o câmbio médio foi de R$ 2,35/US$, frente a um câmbio de R$ 2,66/US$ no final do 4T14, utilizado para calcular a dívida.

Assim, adicionalmente ao indicador de alavancagem baseado no EBITDA dos últimos 12 meses, é importante avaliar a projeção anualizada do EBITDA ajustado do 4T14, denotando um nível de alavancagem consideravelmente inferior a 4,98x, de 3,83x, mais próximo aos níveis reais do negócio.

Outro aspecto não menos importante dessa análise se centra no perfil da dívida da Companhia, hoje estruturalmente alongado, com o primeiro grande vencimento ocorrendo em 2018.

O resultado operacional ainda não capturou inteiramente o contínuo enfraquecimento do Real ocorrido durante o ano, especialmente no 4T2014 onde câmbio médio do ano foi de R$ 2,55/US$, 4% abaixo do câmbio final de R$ 2,66/US$.



Indicadores

	2014	2013		2014	2013
Dívida Líquida/EBITDA LTM	4,98	3,00	*Duration* (meses)	49	54
Dívida Líquida/EBITDA Ajuste 4T Anualizado	3,83	4,22	Custo Médio (a.a.)	7,7%	8,0%
Dívida Bruta/EBITDA LTM	6,56	3,77	Dívida de Curto Prazo (%)	15,0%	12,6%
Caixa & Equivalentes/Dívida de Curto Prazo	1,60	1,61	Dívida de Longo Prazo (%)	85%	87,4%
Dívida Líquida/Total de Ativos	0,42x	0,40x	Dívida em R$ (%)	8,4%	4,5%
Liquidez Corrente	1,79	2,03	Dívida em outras moedas (%)	91,6%	95,5%

Classificação de Risco - Escala Global

Em reflexo aos esforços na melhor gestão financeira e operacional da Marfrig, as agências de *rating* Standard and Poor's e Fitch Ratings elevaram o *rating* de crédito corporativo de escala global da Companhia em 2014.

Agência	Escala Nacional	Escala Internacional	Perspectiva
Standard and Poor's	br BBB	B+	Estável
Fitch Ratings	BBB bra	B	Estável
Moody´s	-	B2	Estável

7. *GUIDANCE*

Em outubro de 2013, a Marfrig anunciou ao mercado suas projeções de resultados consolidados para o ano de 2014 (*Guidance*). Todos os resultados entregues, ficaram em linha com as estimativas anunciadas.

***Guidance* 2014**

	Faixa-alvo 2014 (1)	Atingido 2014
Receita	R$ 21 a 23 bilhões	R$ 21 bilhões
Margem EBITDA (2)	7,5% - 8,5%	8,5%
Investimentos (CAPEX)	R$ 600 milhões	R$ 639 milhões
Fluxo de caixa livre para o acionista (3)	Neutro a R$ 100 milhões	R$ 56 milhões

(1) Calculado em Reais com base nas taxas de câmbio de R$ 2,40/US$ 1,00 e R$ 3,80/£1,00.
(2) Não considera itens não-recorrentes
(3) Fluxo de caixa operacional após investimentos, despesas com juros e imposto de renda.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

VISÃO GERAL

O Grupo Marfrig é gerido por um corpo de administradores experientes e comprometidos com o mais alto nível de governança corporativa. A conduta dos negócios do Grupo é baseada na transparência na divulgação de informações aos seus diversos públicos de interesse - acionistas, investidores, clientes, consumidores, fornecedores, colaboradores e sociedade e estabelece práticas de governança corporativa que vão além das recomendações e obrigações legais.

A Marfrig segue as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, bem como as recomendações do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Composição do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2014

Nome	Cargo	Término do mandato
Marcos Antonio Molina dos Santos	Presidente do Conselho	A.G.O. de 2015
Alain Emilie Henry Martinet	Conselheiro	A.G.O. de 2015
Antonio Maciel Neto	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
Carlos Geraldo Langoni	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
David G. McDonald	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
Marcelo Maia de Azevedo Correa	Conselheiro Independente	A.G.O. de 2015
Marcia A. P. Marçal dos Santos	Conselheira	A.G.O. de 2015
Rodrigo Marçal Filho	Conselheiro	A.G.O. de 2015

Composição do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2014

Nome	Cargo	Término do mandato
Axel Erhard Brod	Conselheiro Efetivo	A.G.O. de 2015
Eduardo Augusto Rocha Pocetti	Conselheiro Efetivo	A.G.O. de 2015
Roberto Lamb	Conselheiro Efetivo	A.G.O. de 2015
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	Conselheiro Suplente	A.G.O. de 2015
Christiano Ernesto Burmeister	Conselheiro Suplente	A.G.O. de 2015
Peter Vaz da Fonseca	Conselheiro Suplente	A.G.O. de 2015

COMITÊS DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A estrutura de governança corporativa do Grupo inclui comitês específicos, criados para assessorar o Conselho de Administração que podem ser compostos por membros do próprio Conselho, além de executivos da Companhia.

No dia 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía quatro comitês de assessoramento:

Comitê de Auditoria: Tem como finalidade assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à análise e divulgação das demonstrações financeiras, ao desenvolvimento de controles internos e à fiscalização e coordenação dos trabalhos das auditorias interna e externa da Companhia, especialmente nas questões relativas a contabilidade, controles financeiros internos e demais controles de observância legal;

Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos: Responsável por examinar periodicamente os planos de investimento e financiamento e seus impactos sobre a estrutura de capital da Companhia e por monitorar a manutenção das estruturas de liquidez e capital predeterminadas.

Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos: Tem como atribuição subsidiar a tomada das decisões relativas às estratégias, políticas e normas internas em recursos humanos, incluindo a fixação da remuneração e dos benefícios oferecidos aos administradores, colaboradores e prestadores de serviços. Apoia também a operacionalização de processos e o controle e desenvolvimento das práticas de governança corporativa.

Comitê de Gestão: Responsável por apreciar e deliberar sobre os atos e operações cujas alçadas estejam dentro do limite de sua atuação e assessorar o Conselho de Administração quanto ao cumprimento de suas responsabilidades relativas à (i) orçamento e controle; (ii) assuntos legais e de suas responsabilidades relativas a novos negócios; (iii) investimentos e relacionamento com o mercado e investidores; (iv) formulação de políticas corporativas; e (v) área de estratégia de longo prazo e seu planejamento.

9. GESTÃO DOS NEGÓCIOS

POLÍTICAS DE GESTÃO

Pelo perfil de diversidade regional, cultural e de portfólio, característico do negócio do Grupo Marfrig, cada unidade de negócios conta com um modelo de gestão personalizado, com o objetivo de otimizar a aplicação da experiência e conhecimento de cada área no desenvolvimento de sistemas e práticas de gestão que atendam às diferentes necessidades de seus clientes e mercados.

A Marfrig incentiva todos os seus colaboradores a observarem e incluírem a busca pela sustentabilidade em todas as suas atividades diárias. Na visão do Grupo, o envolvimento em iniciativas setoriais e o fortalecimento do diálogo com públicos de relacionamento são a base para a geração de valor sustentável no longo prazo, perenizando o objetivo da Companhia de se tornar uma empresa global de alimentos.

A políticas de gestão, apresentadas a seguir, buscam concretizar uma cultura corporativa unificada, orientando a conduta que objetiva permear o desenvolvimento sustentável à rotina e estratégia do Grupo Marfrig.

A publicação está disponível em sua versão integral no *site* de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

: CÓDIGO DE ÉTICA:

Buscando o fortalecimento das relações internas e externas, a Marfrig orienta todos os seus colaboradores para um comportamento profissional adequado. A conduta dos colaboradores do Grupo é mediada pelo Código de Ética, um documento que orienta os caminhos, as atitudes e o compromisso de todos os envolvidos com a Companhia para a assegurar a reputação e integridade na condução dos negócios e processos ao longo de toda a cadeia.

: POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO:

Estabelece regras e procedimentos a serem adotados pela Companhia e pelas pessoas a ela vinculadas para a negociação de ações de emissão do Grupo, assegurando a todos os públicos interessados uma conduta ética por parte daqueles que possuem informações relevantes. A política também tem a finalidade de coibir e punir o uso indevido de informação privilegiada por parte de quem a detém, dando assim as mesmas condições de tomada de decisão a todos os acionistas.

: POLÍTICA DE DIVIDENDOS:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Marfrig, uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas deve ser realizada no primeiro quadrimestre de cada ano para a deliberação da distribuição dos dividendos anuais. Quando divulgada a distribuição de dividendos, todos os acionistas têm direito ao recebimento de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas.

: POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO:

Estabelece as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pelo acionista controlador, pelos administradores, pelos conselheiros fiscais e por qualquer pessoa que possa ter conhecimento de informação relativa a um ato ou fato relevante da Companhia. Cabe ao diretor responsável divulgar a informação nos jornais de grande circulação, habitualmente utilizados pela Companhia, e tornar sua disponibilização imediata na CVM, na BMF&Bovespa e no site de Relações com Investidores da Companhia, entre outros procedimentos que garantam o acesso amplo do público a essas informações.

: PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES:

Tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia adquiram ações da Companhia, com vistas a alinhar seus interesses aos dos acionistas, estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos da Companhia e a retenção de talentos.

10. MERCADO DE CAPITAIS

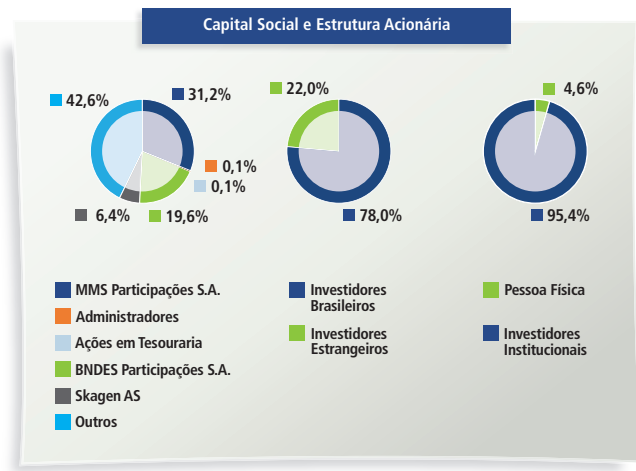
DESEMPENHO ACIONÁRIO

As ações da Marfrig são negociadas sob o código MRFG3 no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa e integram os maiores indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como: IBOVESPA (principal indicador da BM&FBOVESPA); Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX; Índice *Small Cap* - SMLL.

As ações da Marfrig encerraram o ano de 2014 cotadas a R$ 6,10, 53% superior ao ano de 2013 (2ª maior valorização do IBOVESPA em 2014), resultando num valor de mercado de R$ 3,2 bilhões. O número médio de negociações diárias foi de 5,6 mil ações com volume financeiro médio de R$ 13,9 milhões em 2014.

CAPITAL SOCIAL E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Ao final de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Marfrig estava dividido em 520.747.405 ações ordinárias.



11. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa da Marfrig Global Foods e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

Com o objetivo de garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, a Companhia publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no *site* de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da Marfrig Global Foods e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

12. GESTÃO DE PESSOAS

O desempenho dos negócios do Grupo Marfrig é resultado do trabalho dos seus 45.243 funcionários no mundo. Dessa forma, a empresa busca prover diretrizes para apoiar seus profissionais no desenvolvimento de suas carreiras, inclusive internacionais, em diferentes unidades de negócios e áreas funcionais. Essas diretrizes envolvem a atração, a retenção e o desenvolvimento dos seus talentos, além da promoção da diversidade por meio de um ambiente em que as pessoas sintam que suas ideias e contribuições são respeitadas.

Colaboradores por Negócio	2014	2013	Variação %
Holding	116	95	22%
Marfrig Beef	21.422	21.850	(2%)
Moy Park	12.328	12.136	2%
Keystone	11.377	11.690	(3%)
Total	**45.243**	**45.771**	**(1%)**
Faturamento Líquido por Colaborador/Ano	**R$ 466 mil**	**R$ 410 mil**	**14%**

13. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus administradores, e membros do Conselho de administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

14. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, informamos que o total referente à prestação de outros serviços que não os de auditoria independente não representam mais de 9% dos honorários globais pagos ao grupo de auditores da Marfrig Global Foods S.A. e suas controladas.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2015 a Companhia emitiu Fato Relevante anunciando a renúncia de seu diretor-presidente Sergio Agapito Lires Rial. A partir de 16 de fevereiro de 2015, assumiu como diretor-presidente da Marfrig Global Foods S.A. o Sr. Martin Secco Arias, anteriormente CEO da unidade de negócios Marfrig Beef Cone Sul.

16. DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Marfrig Global Foods S.A. declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, autorizando a sua divulgação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Sergio Agapito Lires Rial
Diretor Presidente em 31/12/2014

Ricardo Florence dos Santos
Diretor Admininistrativo e Financeiro e DRI

Heraldo Geres
Diretor Jurídico

Tang David
Diretor sem Designação Específica

Rodrigo Marçal Filho
Diretor sem Designação Específica

...continuação

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	387.828	42.393	1.091.685	771.254
Aplicações financeiras	5	455.589	138.216	1.567.112	1.040.282
Valores a receber - clientes nacionais	6	195.800	348.081	941.277	1.075.602
Valores a receber - clientes internacionais	6	77.136	378.620	677.483	875.860
Estoques de produtos e mercadorias	7	708.091	561.462	2.027.919	1.828.552
Ativos biológicos	8	-	-	352.200	350.106
Impostos a recuperar	9	878.476	658.838	1.361.635	1.110.436
Despesas do exercício seguinte		4.175	1.586	167.030	81.949
Títulos a receber	10	842.268	884.448	58.261	224.739
Adiantamentos a fornecedores		10.532	20.183	57.204	59.370
Outros valores a receber		5.744	15.892	66.711	75.580
		3.565.639	**3.049.719**	**8.368.517**	**7.493.730**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	970	1.030
Depósitos judiciais		49.375	59.435	64.972	71.519
Títulos a receber	10	1.782.199	1.810.132	345.664	55.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.318.082	1.063.330	1.708.437	1.447.965
Impostos a recuperar	9	1.274.998	948.627	1.509.169	990.162
Outros valores a receber		3.747	495	42.773	33.207
		4.428.401	**3.882.019**	**3.671.985**	**2.599.540**
Investimentos	12	3.405.345	2.993.582	36.934	54.774
Imobilizado	13	1.740.465	1.673.074	4.961.623	4.754.752
Ativos biológicos	8	-	-	142.140	113.483
Intangível	14	583.391	585.640	3.004.709	2.811.285
		5.729.201	**5.252.296**	**8.145.406**	**7.734.294**
		10.157.602	**9.134.315**	**11.817.391**	**10.333.834**
Total do ativo		**13.723.241**	**12.184.034**	**20.185.908**	**17.827.564**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13
Circulante					
Fornecedores		477.679	295.751	2.028.303	1.596.091
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	59.905	59.431	341.979	337.931
Impostos, taxas e contribuições	16	43.556	24.596	200.312	114.651
Empréstimos e financiamentos	17	1.147.462	562.244	1.470.237	1.096.970
Títulos a pagar	20	134.125	287.474	129.895	272.486
Arrendamentos a pagar	19	2.365	2.466	69.229	49.663
Juros sobre debêntures	18	232.960	96.362	190.582	26.272
Antecipações de clientes		61.931	42.075	72.645	59.186
Outras obrigações		34.323	33.263	159.283	135.316
		2.194.306	**1.403.662**	**4.662.465**	**3.688.566**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	464.797	890.716	9.400.106	7.816.522
Impostos, taxas e contribuições	16	528.868	180.926	706.545	181.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	95.795	102.087	635.758	646.857
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	22	40.115	26.002	40.448	26.462
Arrendamentos a pagar	19	1.754	1.187	70.745	103.096
Debêntures a pagar	18	569.816	569.756	-	-
Títulos a pagar	20	5.752.855	3.867.259	353.570	4.414
Instrumento mandatório conversível em ações	21	2.121.470	2.113.113	2.121.470	2.113.113
Outros		-	-	123.076	127.523
		9.575.470	**7.751.046**	**13.451.718**	**11.019.976**
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	5.276.678	5.276.678	5.276.678	5.276.678
(-) Gastos com emissão de ações	24.1	(108.210)	(108.210)	(108.210)	(108.210)
Reserva de Capital		**184.642**	**184.800**	**184.642**	**184.800**
Emissão de ações ordinárias		184.800	184.800	184.800	184.800
Aquisição de ações em controladas		(158)	-	(158)	-
Reservas de lucros		**36.449**	**35.773**	**36.449**	**35.773**
Reserva legal	24.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
Retenção de lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
Ações em tesouraria	24.2.2	(3.685)	(4.361)	(3.685)	(4.361)
Ações em tesouraria canceladas	24.2.2	(11.690)	(11.690)	(11.690)	(11.690)
Outros resultados abrangentes	24.3	**(438.071)**	**(100.411)**	**(438.071)**	**(100.411)**
Ajuste de avaliação patrimonial	24.3.1	(1.713.198)	(969.306)	(1.713.198)	(969.306)
Ajuste acumulado de conversão	24.3.2	1.275.127	868.895	1.275.127	868.895
Prejuízos acumulados		(2.998.023)	(2.259.304)	(2.998.023)	(2.259.304)
Patrimônio líquido de controladores		**1.953.465**	**3.029.326**	**1.953.465**	**3.029.326**
Participação de não controladores	24.6	-	-	118.260	89.696
		1.953.465	**3.029.326**	**2.071.725**	**3.119.022**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.723.241**	**12.184.034**	**20.185.908**	**17.827.564**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora Acumulado 2014	Controladora Acumulado 2013	Consolidado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2013
Receita operacional líquida	25	5.486.436	4.626.881	21.073.322	18.752.376
Custo dos produtos vendidos	26	(4.624.022)	(3.587.441)	(18.408.152)	(16.442.702)
Lucro bruto		**862.414**	**1.039.440**	**2.665.170**	**2.309.674**
Receitas (despesas) operacionais		(2.011.358)	(2.245.544)	(3.707.481)	(3.473.914)
Comerciais	26	(372.924)	(291.851)	(935.351)	(805.303)
Administrativas e gerais	26	(60.454)	(137.336)	(529.148)	(563.524)
Resultado com equivalência patrimonial		54.614	(99.647)	(17.795)	(9.109)
Outras receitas (despesas) operacionais		(28.084)	39.812	(98.423)	(64.984)
Resultado financeiro	27	(1.604.510)	(1.756.522)	(2.126.764)	(2.030.994)
Receitas financeiras		77.638	57.102	294.701	364.955
Variação cambial ativa		546.359	583.377	781.107	778.261
Despesas financeiras		(1.294.035)	(1.315.181)	(1.970.693)	(1.806.023)
Variação cambial passiva		(934.472)	(1.081.820)	(1.231.879)	(1.368.187)
Resultado operacional		**(1.148.944)**	**(1.206.104)**	**(1.042.311)**	**(1.164.240)**
Prejuízo antes dos efeitos tributários		(1.148.944)	(1.206.104)	(1.042.311)	(1.164.240)
Provisão para IR e Contribuição Social		**409.472**	**390.336**	**322.018**	**361.330**
Imposto de renda corrente e diferido	33	301.082	287.012	222.054	267.470
Contribuição social corrente e diferido	33	108.390	103.324	99.964	93.860
Resultado líquido no exercício das operações continuadas		**(739.472)**	**(815.768)**	**(720.293)**	**(802.910)**
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	35	**-**	**(97.825)**	**-**	**(94.178)**
Resultado líquido no exercício antes das participações		**(739.472)**	**(913.593)**	**(720.293)**	**(897.088)**
Resultado líquido atribuído a:					
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada		(739.472)	(815.768)	(739.472)	(815.768)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada		-	(97.825)	-	(97.825)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total		**(739.472)**	**(913.593)**	**(739.472)**	**(913.593)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada		-	-	19.179	12.858
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		-	-	-	3.647
Participação dos acionistas não-controladores - Total		**-**	**-**	**19.179**	**16.505**
		(739.472)	**(913.593)**	**(720.293)**	**(897.088)**
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação continuada	29	(1,4212)	(1,7559)	(1,4212)	(1,5679)
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação descontinuada	29	-	-	-	(0,1880)
Prejuízo básico e diluído por ação - Ordinária Total	29	**(1,4212)**	**(1,7559)**	**(1,4212)**	**(1,7559)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora Acumulado 2014	Controladora Acumulado 2013	Consolidado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2013
Prejuízo do exercício	**(739.472)**	**(913.593)**	**(720.293)**	**(897.088)**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	(741.573)	(300.677)	(741.573)	(300.677)
Variação cambial sobre conversão de balanço	406.232	182.855	406.232	182.855
Realização de custo atribuído reflexo na alienação de controladas	-	(447.284)	-	(447.284)
	(335.341)	(565.106)	(335.341)	(565.106)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.074.813)**	**(1.478.699)**	**(1.055.634)**	**(1.462.194)**
Atribuído a:				
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	(1.074.813)	(1.380.874)	(1.074.813)	(1.380.874)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	-	(97.825)	-	(97.825)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	**(1.074.813)**	**(1.478.699)**	**(1.074.813)**	**(1.478.699)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	19.179	12.858
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada	-	-	-	3.647
Participação dos acionistas não-controladores - Total	**-**	**-**	**19.179**	**16.505**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora Acumulado 2014	Controladora Acumulado 2013	Consolidado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2013
Prejuízo no exercício das operações continuadas	**(739.472)**	**(815.768)**	**(720.293)**	**(802.910)**
Itens de resultado que não afetam o caixa	**589.154**	**920.903**	**1.951.329**	**1.888.730**
Depreciação	90.176	74.245	392.901	352.584
Amortização	7.924	2.268	190.750	152.785
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	14.112	13.948	13.985	8.725
Tributos diferidos	(409.472)	(390.336)	(430.324)	(431.140)
Resultado com equivalência patrimonial	(54.614)	99.647	17.795	9.109
Variação cambial sobre financiamentos	345.643	403.550	340.328	382.564
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	42.470	85.638	110.444	198.109
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	136.333	327.609	788.739	886.682
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	386	(155)	5.870	5.662
Despesas de juros sobre debêntures	287.352	293.515	199.797	223.425
Custo na emissão de operações financeiras	17.782	-	80.358	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	(165)	197	(165)	197
Estimativa de não realização de estoque	6.008	-	6.675	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.407)	-	5.647	-
Perdas estimadas por não realização de impostos a recuperar	101.457	-	171.128	-
Baixa do ativo fixo	5.169	10.777	57.401	100.028
Mutações patrimoniais	**1.527.871**	**299.729**	**453.302**	**(888.523)**
Contas a receber de clientes	423.041	(247.191)	530.249	(478.165)
Estoques e ativo biológico corrente	(152.638)	(21.538)	(91.070)	153.128
Depósitos judiciais	10.060	(20.498)	6.607	(27.865)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	475	6.063	(17.832)	(5.328)
Fornecedores	178.319	(60.511)	162.539	(240.806)
Tributos correntes e diferidos	(132.137)	(293.348)	(183.314)	(346.643)
Títulos a receber e a pagar	1.195.539	1.003.027	47.873	28.902
Outras contas ativas e passivas	5.212	(66.275)	(1.750)	28.254
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**1.377.553**	**404.864**	**1.684.338**	**197.297**
Atividades de investimentos				
Investimentos	(89.350)	(143.152)	3.963	(78.249)
Adequação IFRS 11/CPC 19 R2	-	-	-	(45.837)
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(162.279)	(200.464)	(625.982)	(723.523)
Aplicações no ativo intangível	(6.133)	(8.248)	(17.294)	(8.801)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(257.762)**	**(351.864)**	**(639.313)**	**(856.410)**
Atividades de financiamentos				
Debêntures/*Bonds*	-	(24.418)	-	(594.174)
Juros liquidados Debêntures/*Bonds*	(150.753)	(343.500)	(911.473)	(567.884)
Empréstimos e financiamentos	(327.300)	(698.813)	572.365	585.548
Empréstimos obtidos	1.944.252	3.127.690	4.846.122	8.591.615
Empréstimos liquidados	(2.271.552)	(3.826.503)	(4.273.757)	(8.006.067)
Arrendamento a pagar	245	(1.000)	(29.845)	(19.175)
Arrendamentos obtidos	4.080	4.104	32.710	33.466
Arrendamentos liquidados	(3.835)	(5.104)	(62.555)	(52.641)
Instrumento mandatório conversível em ações	(4.743)	(7.806)	(4.743)	(7.806)
Ações em tesouraria	676	2.170	676	2.170
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(481.875)**	**(1.073.367)**	**(373.020)**	**(601.321)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	24.892	-	175.256	223.528
Operações descontinuadas líquido de caixa (NE 35)	-	-	-	(329.752)
Fluxo de caixa do exercício	**662.808**	**(1.020.367)**	**847.261**	**(1.366.658)**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	843.417	180.609	2.658.797	1.811.536
Saldo inicial	180.609	1.200.976	1.811.536	3.178.194
Variação do exercício	**662.808**	**(1.020.367)**	**847.261**	**(1.366.658)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 *(Em milhares de reais)*

	Atribuído à participação dos acionistas controladores													
				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	**4.926.678**	**(108.210)**	**184.800**	**44.476**	**7.348**	**(6.530)**	**(11.690)**	**(168.805)**	**683.176**	**(1.395.005)**	**4.156.238**	**4.156.238**	**148.854**	**4.305.092**
Aumento de capital	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	350.000	-	350.000
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(300.677)	-	-	(300.677)	(300.677)	(75.663)	(376.340)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	182.855	-	182.855	182.855	-	182.855
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(49.294)	-	49.294	-	-	-	-
Realização de custo atribuído reflexo na alienação de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(447.284)	-	-	(447.284)	(447.284)	-	(447.284)
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(3.246)	2.864	-	(382)	(382)	-	(382)
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	2.169	-	-	-	-	2.169	2.169	-	2.169
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(913.593)	(913.593)	(913.593)	16.505	(897.088)
Em 31 de dezembro de 2013	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.800**	**44.476**	**7.348**	**(4.361)**	**(11.690)**	**(969.306)**	**868.895**	**(2.259.304)**	**3.029.326**	**3.029.326**	**89.696**	**3.119.022**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(741.573)	-	-	(741.573)	(741.573)	9.385	(732.188)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	406.232	-	406.232	406.232	-	406.232
Aquisição de ações em controladas	-	-	(158)	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(753)	-	753	-	-	-	-
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(1.566)	-	-	(1.566)	(1.566)	-	(1.566)
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	676	-	-	-	-	676	676	-	676
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(739.472)	(739.472)	(739.472)	19.179	(720.293)
Em 31 de dezembro de 2014	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(3.685)**	**(11.690)**	**(1.713.198)**	**1.275.127**	**(2.998.023)**	**1.953.465**	**1.953.465**	**118.260**	**2.071.725**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua...

...continuação

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2014	Acumulado 2013	Acumulado 2014	Acumulado 2013
Receitas	**5.818.683**	**4.618.069**	**21.805.722**	**18.757.765**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.817.276	4.626.881	21.775.787	18.752.376
Outras receitas	-	-	35.397	35.073
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (constituição)	1.407	(8.812)	(5.462)	(29.684)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**3.327.944**	**2.742.759**	**15.891.792**	**14.632.942**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	2.280.699	1.982.114	12.781.936	11.020.510
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.047.245	760.645	3.080.407	3.572.204
Perda/Recuperação de valores ativos	-	-	29.449	40.228
Valor adicionado bruto	**2.490.739**	**1.875.310**	**5.913.930**	**4.124.823**
Depreciação e amortização	**98.100**	**76.513**	**583.651**	**505.369**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**2.392.639**	**1.798.797**	**5.330.279**	**3.619.454**
Valor adicionado recebido em transferência	**678.611**	**540.832**	**1.058.013**	**1.134.107**
Resultado de equivalência patrimonial	54.614	(99.647)	(17.795)	(9.109)
Receitas financeiras e variação cambial ativa	623.997	640.479	1.075.808	1.143.216
Valor adicionado total a distribuir	**3.071.250**	**2.339.629**	**6.388.292**	**4.753.561**
Distribuição do valor adicionado	**3.071.250**	**2.339.629**	**6.388.292**	**4.753.561**
Pessoal	**424.957**	**390.521**	**2.170.395**	**1.439.054**
Remuneração direta	343.435	317.153	1.845.904	1.143.062
Benefícios	60.531	49.125	200.122	182.119
FGTS	20.991	24.243	124.369	113.873
Impostos, taxas e contribuições	**(131.799)**	**318.006**	**140.956**	**812.063**
Federais	(450.437)	251.562	(405.472)	688.461
Estaduais	318.605	66.418	529.371	112.160
Municipais	33	26	17.057	11.442
Remuneração de capitais de terceiros	**3.517.564**	**2.446.870**	**4.797.234**	**3.305.354**
Juros	2.228.507	2.397.001	3.202.534	3.174.210
Aluguéis	14.457	49.869	92.373	131.144
Outras	1.274.600	-	1.502.327	-
Remuneração de capitais próprios	**(739.472)**	**(815.768)**	**(720.293)**	**(802.910)**
Prejuízo dos exercícios das operações continuadas	(739.472)	(815.768)	(739.472)	(815.768)
Participação dos não controladores nos lucros e prejuízos retidos	-	-	19.179	12.858

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos e *food service* no Brasil e no mundo. A Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerceadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, o que garante a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em mais de 110 países. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de proteína animal (bovinos, ovinos e aves, incluindo frango e peru) e outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, peixes, vegetais congelados e sobremesas, entre outros.

A Marfrig Global Foods S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20.788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 22 de janeiro de 2014 na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada na sede da Companhia, foi reformado o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, no qual a mesma passou a denominar-se Marfrig Global Foods S.A. (Outrora Marfrig Alimentos S.A.).

Seu Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 era constituído de 520.747.405 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2014, 162.637.554 ações ou 31,23% do Capital Social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações Ltda. e seus sócios individualmente. Na mesma data o "*free float*" era de 357.340.458 ações em circulação, representava 68,62% do Capital Social total da Companhia, que detinha 389.729 ações em tesouraria, representando 0,07% de seu Capital Social, além de 379.664 ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, representando 0,07% de seu Capital Social. A MMS Participações Ltda. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada um com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do Mercado de Capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG; Índice *Small Cap* - SMLL; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX.

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, que consiste em unidades de produção instaladas em locais estratégicos, combinadas a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores do mundo. Atualmente, a Marfrig opera 78 plantas de processamento, centros de distribuição e escritórios no Brasil e em 16 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A Administração da Companhia busca constantemente criar valor para o negócio como um todo. A estratégia que guiou a venda dos ativos relacionados às unidades de Negócio Seara e Zenda visa à simplificação e otimização da estrutura organizacional, redução da demanda por recursos, beneficiando-se ainda da menor alavancagem e do maior foco nas operações principais (core business) através de uma estrutura de capital mais robusta. A Companhia acredita que a melhora contínua dos seus processos internos lhe permitirá alcançar maior eficiência e controle de custos, o que, somado a uma administração voltada para resultados e comprometida com o crescimento rentável, possibilitará o aumento da lucratividade do negócio e fortalecimento da geração de caixa.

A estrutura organizacional e as posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizados de acordo com a forma que a Administração da Companhia toma suas decisões, com estruturas próprias profissionalizadas e segmentadas em:

- ***Marfrig Beef*** - A unidade de negócio Marfrig Beef é pioneira na comercialização e promoção da carne bovina, com foco em atender o mercado doméstico brasileiro, principalmente o setor de *food service*, e o mercado externo, com clientes ao redor do mundo. A Marfrig Beef é reconhecida em muitos países pela qualidade dos seus produtos *premium*, tendo aproveitado momentos favoráveis no setor de gado brasileiro e do câmbio para reforçar sua posição em mercados internacionais. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.
- ***Moy Park*** - A unidade de negócios Moy Park é uma empresa líder e renomada do setor alimentício do Reino Unido, fornecendo produtos in natura, de alta qualidade e produzidos com aves criadas localmente, além de alimentos diversos no segmento de conveniência. Operando nos mercados de varejo do Reino Unido e Irlanda há mais de 50 anos, a Moy Park oferece uma ampla linha de produtos prontos para o preparo, empanados e prontos para o consumo para os principais varejistas e grandes clientes de *food service* de todo o Reino Unido, Irlanda e Europa Continental.
- ***Keystone*** - A unidade de negócios *Keystone* fornece alimentos à base de proteína animal para as principais redes mundiais de restaurantes, com forte presença nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina seu amplo expertise na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um mix completo de produtos resfriados e congelados.

Resumo das participações societárias da Companhia:

Participações Societárias

MARFRIG BEEF

Controladora	Atividade Principal	País
Marfrig Global Foods S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 9 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos, 2 curtumes, 1 fábrica de higiene e limpeza e 1 fábrica de ração animal "pet", localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de 3 centros de Distribuição no Estado de São Paulo.)	Brasil

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação 31/12/2014	Percentual de Participação 31/12/2013
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 13 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 utilizada para abate de ovino e 2 unidades de industrialização de carne bovina), além de 2 centros de Distribuição.	Brasil	**100%**	**100%**
Masplen Ltd.	*Holding*	Ilha Jersey	**100%**	**100%**
Pampeano Alimentos S.A.	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados	Brasil	100%	100%
Marfrig Overseas Ltd.	Entidade de propósito específico - SPE	Ilhas Cayman	**100%**	**100%**
Marfood USA Inc.	Industrialização e comercialização de produtos (detentora da marca Pemmican)	EUA	**100%**	**100%**
MFG Agropecuária Ltda.	Atividade agropecuária (composta por 6 unidades de confinamento)	Brasil	**99,99%**	**99,99%**
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia e serviços associados	Brasil	**99,99%**	**99,99%**
Marfrig Argentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Argentina	**99,91%**	**99,86%**
Frigorífico Tacuarembó S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**97,91%**	**97,82%**
Inaler S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Marfrig Chile S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Chile	**99,50%**	**99,47%**
Frigorífico Patagônia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (frigorífico de cordeiro nos meses de dezembro a maio, processamento de peixes, moluscos e caranguejos (*king crabs*), nos meses restantes)	Chile	100%	100%
Prescott International S.A.	*Holding*	Uruguai	**100%**	**100%**
Cledinor S.A.	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos	Uruguai	100%	100%
Establecimientos Colonia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Weston Importers Ltd.	*Trading*	Reino Unido	**100%**	**100%**
CDB Meats Ltd.	Industrialização de produtos	Reino Unido	100%	100%
Marfrig Peru S.A.C.	Comercialização de carnes de aves, bovinos, peixes e crustáceos	Peru	**100%**	**100%**

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação 31/12/2014	Percentual de Participação 31/12/2013
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros e detêm a titularidade das empresas Keystone e Moy Park	Holanda	**100%**	**100%**

KEYSTONE

Keystone International S.a.r.l.	*Holding*	Luxemburgo	**100%**	**–**
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas na Ásia	Luxemburgo	**100%**	**100%**
MFG (USA) Holdings Inc.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas nos USA	USA	**100%**	**100%**
	(as empresas Keystone em conjunto, são compostas por 4 plantas de abate de aves e 13 plantas de produtos processados e industrializados)			

MOY PARK

Moy ParK Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos (composta por 4 plantas de abate de aves, 14 plantas de produtos processados e industrializados)	Irlanda do Norte	100%	100%
Kitchen Range Foods Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos	Inglaterra	100%	100%
Moy Park (BondCo) Plc	*Holding* constituída para veículo da primeira emissão de Senior Notes em libra	Irlanda do Norte	100%	**–**

Segmento de Negócios - Couro - Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	País
Columbus Netherlands B.V.	*Holding*	Holanda
Gideny S.A.	*Holding*	Uruguai
Grupo Zenda	Industrialização e comercialização de couros acabados e cortados	Diversos

Segmento de Negócios - Aves, Suínos, Produtos Elaborados e Processados - Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	País
Seara Holdings (Europe) B.V.	*Holding*	Holanda
Babicora Holding Participações Ltda.	*Holding*	Brasil
Seara Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
União Frederiquense Participações Ltda. e Secculum Participações Ltda.	*Holding* (em conjunto detêm 100% do Frigorífico Mabella Ltda.)	Brasil
Frigorífico Mabella Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
Dagranja Agroindustrial Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
Braslo Produtos de Carnes Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos (inclusive bovinos)	Brasil
Mas Frangos Participações Ltda.	*Holding*	Brasil
Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
Penasul Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil
MBL Alimentos S.A.	Criação de suínos	Brasil
Athena Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (composta por 2 unidades de abate de aves, 1 unidade de abate de suínos, 8 unidades de processamento de produtos alimentícios, 3 fábricas de ração, 6 centros de distribuição e linha de produção de margarina). Detém a titularidade das marcas: Rezende, Confiança, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light Elegant, Fiesta, Freski, Doriana e Delicata.	Brasil
Excelsior Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (inclusive bovinos)	Brasil
Baumhardt Comércio e Participações Ltda.	*Holding*	Brasil
Excelsior Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (inclusive bovinos)	Brasil
Pine Point Participações Ltda. (1)	*Holding*	Brasil

(1) Empresa constituída para reorganização societária, conforme nota explicativa nº 12.3.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards (IFRS))* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 *(Separate Financial Statements)* revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Informações contábeis individuais

As informações contábeis da controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008). As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações contábeis individuais diferem do IFRS apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo histórico ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações contábeis individuais. Assim sendo, as informações contábeis individuais/consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações contábeis, individuais e consolidadas em 27 de Fevereiro de 2015.

2.2. Base de Apresentação

As informações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

2.3. Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. Conforme dispõe a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As informações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Global Foods S.A.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das informações contábeis consolidadas;

ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;

iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receita**

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são entregues ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas e os lucros não realizados nos estoques, entre controladora e suas controladas.

- **Receita e despesa financeira**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos/passivos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.2. Relatórios por segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme a Deliberação CVM 582/09 (CPC 22 - informações por segmento). O principal tomador de decisões operacionais foram identificados como o diretor presidente, diretor financeiro e diretor de cada segmento de negócio (Marfrig Beef, Keystone e Moy Park).

A Administração da Companhia identificou três principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a unidade de negócio, conforme nota explicativa nº 30.

3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Perda estimada com obsolescência dos estoques;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- Plano de opção de compra de ações - *stock option plan*;
- Ajuste a Valor Presente (AVP).

3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- **Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting***

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas na Holanda e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.6. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Aplicação financeira**

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades: Operações Compromissadas e CLN - *Credit Link Note*, estas aplicações, podem ser prontamente resgatadas, e possuem um risco insignificante de mudança de valor.

- **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

- **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável liquido, quando inferior ao custo médio.

- **Investimentos**

Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

- **Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

- **Arrendamentos**
  - **Arrendamento financeiro**

    Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil).

    Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.1.
  - **Arrendamento operacional**

    Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

    Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.2.

- **Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

Os intangíveis da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 14.

3.1.7. Ativo biológico

Conforme a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), a atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos e aves vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves são valorizadas pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves.

3.1.8. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BUs* do Grupo que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

3.1.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.10. Provisões

As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados, e estas possam ser estimadas com segurança.

3.1.11. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 28.5.

3.1.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberação CVM 599/09 (CPC 32 - tributos sobre lucro), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de:

- Reconhecimento inicial do ágio;
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações contábeis e que se espera que sejam aplicáveis quando os (ativos) e passivos diferidos forem (recuperados) e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável;
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

3.1.13. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

3.1.14. Lucro por ação

Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela Deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro/prejuízo por ação não gera diferença material entre o lucro/prejuízo básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 29.

3.1.15. Ajuste a Valor Presente (AVP)

De acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 11,05% a.a. em 31 de dezembro de 2014 (9,82% a.a. para 31 de dezembro de 2013).

Os prazos utilizados na apuração do Ajuste a Valor Presente (AVP) variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

3.1.16. Gastos com emissão de ações

De acordo com a Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários), os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

3.1.17. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 24.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.18. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.1.19. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

3.1.20. Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2012.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações menos qualquer perda relacionada à *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 3.3 e 35.

3.1.21. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos da Deliberação CVM 557/08 (CPC 09 - demonstração do valor adicionado), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

3.1.22. Normas que entraram em vigor em 2014

A avaliação, por parte da Companhia, sobre as novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, e que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014, foram devidamente realizadas, e a administração da Companhia não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da mesma. As normas que foram modificadas são:

IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014 A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de *Hedge*", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de *hedge*, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

IAS 27 - "Demonstrações separadas", em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.1.23. Normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 11 - "Acordos de compartilhamento", em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 - "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - "Receitas" e a IAS 11 - "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de "Bearer plants" (definidos como "plantas vivas" que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os "Bearer plants" sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 10 e IAS 28 - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3.2. Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	367.049	41.982	1.023.213	626.693
Equivalentes de caixa	20.779	411	68.472	144.561
	387.828	**42.393**	**1.091.685**	**771.254**

O caixa e equivalentes de caixa das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada a seguir:

	Brasil		Exterior	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	48.963	35.339	607.201	549.372
Equivalentes de caixa	-	193	47.693	143.957
	48.963	**35.532**	**654.894**	**693.329**

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista.

4.1. Caixa e Bancos Por Moeda

A seguir o demonstrativo de caixa e bancos por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e Bancos:				
Reais	136.650	26.610	150.366	61.948
Dólar Norte-americano	230.174	13.745	334.481	60.606
Euro	225	1.627	35.430	42.422
Libra Esterlina	-	-	266.895	229.541
Ringgit Malasia	-	-	16.850	14.548
Yuan Chinês	-	-	139.539	128.506
Dólar Australiano	-	-	18.671	24.963
Thai Baht (Tailândia)	-	-	19.358	12.940
Won Sul Coreano	-	-	20.429	27.157
Dólar Hong Kong	-	-	9.824	2.357
Peso Uruguaio	-	-	7.772	21.516
Peso Chileno	-	-	3.427	-
Outros	-	-	171	189
	367.049	**41.982**	**1.023.213**	**626.693**

4.2. Equivalentes de Caixa

A seguir o demonstrativo dos equivalentes de caixa por modalidade:

Controladora

	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
CDB Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	2,31	8.039	266
Conta Remunerada (2)	Imediato	-	Dólar	0,20	12.654	-
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	86	145
Total					**20.779**	**411**

Consolidado

	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
CDB Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	2,31	8.039	459
Conta Remunerada (2)	Imediato	-	Dólar	0,20	60.347	143.957
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	86	145
Total					**68.472**	**144.561**

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do respectivo instrumento.

4.2.1. CDB Poupança aplicação automática

Os saldos em conta corrente remanescentes diariamente, em Reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

4.2.2. Conta remunerada

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações e operações financeiras, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Aplicações financeiras	455.589	138.216	1.568.082	1.041.312
	455.589	**138.216**	**1.568.082**	**1.041.312**

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

Controladora

	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	9,12	146.451	-
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	60.217
Depósito Remunerado	22/02/15	0,15	Dólar	3,00	212.083	-
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Real	2,43	99	95
CLN (2)	17/07/17	2,58	Dólar	0,26	79.762	77.904
FIDC	13/06/17	2,49	Real	15,07	17.194	-
Total					**455.589**	**138.216**
Total circulante					**455.589**	**138.216**

Consolidado

	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/14	31/12/13
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	8,96	185.664	786
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	60.217
Depósito Remunerado	30/06/15	-	Real	-	244	303
Depósito Remunerado	31/03/15	0,08	Dólar	1,65	451.215	-
Circular 1.456	30/06/15	0,56	Dólar	1,18	1.723	40.370
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Real	2,43	99	95
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Dólar	-	3.540	-
CLN (2)	17/07/17	1,20	Dólar	6,17	625.989	939.541
FIDC	13/06/17	2,49	Real	15,07	17.194	-
Títulos de Renda Fixa	30/06/15	0,10	Dólar	1,02	282.414	-
Total					**1.568.082**	**1.041.312**
Total circulante					**1.567.112**	**1.040.282**
Total não circulante					**970**	**1.030**

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

Os Certificados de Depósitos Bancários, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média de 75% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações Compromissadas

Operações baseadas de sobras de caixas diárias, que são efetuadas em Reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 70% a 100%. Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Depósito Remunerado

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em Reais e Dólares e são remuneradas a taxas pré-fixadas e mensurados por meio do custo amortizado.

5.4. Circular nº 1.456

As aplicações dessa modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em Dólar norte-americano junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas às taxas pré-fixadas, sendo realizadas entre 180 e 360 dias antes da exportação.

5.5. Títulos de capitalização

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em Reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

5.6. CLN - *Credit Linked Note*

As *Credit Linked Notes* "CLN" constituem um instrumento financeiro utilizado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizado para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 17.2.

Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacionais emitidas por subsidiarias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez são mantidos nas próprias subsidiarias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 6,17% a.a. e, são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

5.7. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditícios.

5.8. Títulos de Renda Fixa

São aplicações em títulos de renda fixa, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas prefixadas.

6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Valores a receber - clientes nacionais	201.589	355.439	952.048	1.087.456
(-) Ajuste a valor presente	(5.789)	(7.358)	(10.771)	(11.854)
	195.800	**348.081**	**941.277**	**1.075.602**
Valores a receber - clientes internacionais	538.749	677.915	1.152.249	1.179.696
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(447.020)	(284.392)
(-) Ajuste a valor presente	(14.593)	(14.903)	(27.746)	(19.444)
	77.136	**378.620**	**677.483**	**875.860**
	272.936	**726.701**	**1.618.760**	**1.951.462**
Valores a vencer:	702.777	1.015.383	1.634.272	1.923.321
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	20.300	12.839	293.951	232.087
de 31 a 60 dias	11.985	4.362	98.046	77.713
de 61 a 90 dias	5.276	770	78.028	34.031
Acima de 90 dias	7.405	8.812	35.146	29.684
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(447.020)	(284.392)
(-) Ajuste a valor presente	(20.382)	(22.261)	(38.517)	(31.298)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(7.405)	(8.812)	(35.146)	(29.684)
	272.936	**726.701**	**1.618.760**	**1.951.462**

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos:

A movimentação das perdas estimadas para crédito está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(8.812)**	**(29.684)**
Estimativa constituída no exercício	(10.078)	(20.479)
Estimativa revertida no exercício	11.485	15.404
Créditos baixados definitivamente da posição	-	982
Variação cambial	-	(1.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(7.405)**	**(35.146)**

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda de produtos, a prazo, no mercado interno, no montante máximo de R$ 160 milhões, sendo R$ 24 milhões constituídos por cotas subordinadas. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de faturas negociadas com o fundo foi de R$ 123.467.

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1.6.

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na Nota Explicativa nº 3.1.6:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Produtos acabados	693.276	544.275	1.567.978	1.456.435
Matérias-primas	-	506	320.245	235.564
Embalagens e almoxarifados	28.381	24.239	196.843	183.977
(-) Perdas estimadas	(13.566)	(7.558)	(57.147)	(47.424)
	708.091	**561.462**	**2.027.919**	**1.828.552**

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(7.558)**	**(47.424)**
Reversão de estimativas	1.002	12.000
Constituição de estimativas	(7.010)	(18.675)
Ganhos (Perdas) na conversão	-	(3.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(13.566)**	**(57.147)**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Corrente				
Ativo biológico - bovinos	-	-	164.535	171.447
Ativo biológico - aves	-	-	167.688	103.185
Ganho (Perda) na conversão	-	-	19.977	75.474
Total ativo biológico corrente	**-**	**-**	**352.200**	**350.106**
Não corrente				
Ativo biológico - bovinos	-	-	-	53
Ativo biológico - aves	-	-	130.735	82.785
Ganho (Perda) na conversão	-	-	11.405	30.645
Total ativo biológico não corrente	**-**	**-**	**142.140**	**113.483**
Total ativo biológico	**-**	**-**	**494.340**	**463.589**

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos, não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, tratam-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate, e o saldo apresentado nesta rubrica encontra disponível para utilização nos próximos 12 meses. A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito marcado a mercado (*Marked to Market* - MtM), considerando as cotações da arroba do boi/vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por aves vivas, classificadas como matrizes, destinadas a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de 68 semanas em média.

A seguir está o demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**-**	**350.106**
Aumento devido a aquisições	-	1.993.166
(-) Baixa para abate	-	(2.804.071)
Gastos com insumos para engorda	-	1.116.803
(-) Diminuição devido a vendas	-	(306.765)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	-	(1.611)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*)	-	(15.405)
Conversão de balanço	-	19.977
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**352.200**

(*) Aplicável somente a bovinos.

Ativo biológico não corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**-**	**113.483**
Aumento devido a aquisições	-	157.868
(-) Baixa para abate	-	(3.026)
Gastos com insumo para engorda	-	28.328
(-) Diminuição devido a vendas	-	(243)
Amortização	-	(165.675)
Conversão de balanço	-	11.405
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**142.140**

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	662.735	591.176	690.541	610.844
Crédito de PIS	248.261	261.259	412.647	369.681
Crédito da Cofins	1.586.581	985.870	2.192.059	1.330.595
Imposto de Renda	47.025	84.720	64.101	101.107
Contribuição Social	15.001	14.795	16.793	16.430
IRRF	17.037	13.511	17.958	14.324
IVA	-	-	92.073	98.842
Certificados de exportação	-	-	6.526	5.666
Crédito Reintegra	28.223	-	46.981	-
Outros	-	6.066	7.510	58.366
(-) Perdas estimadas por não realização	(451.389)	(349.932)	(676.385)	(505.257)
	2.153.474	**1.607.465**	**2.870.804**	**2.100.598**
Ativo circulante	**878.476**	**658.838**	**1.361.635**	**1.110.436**
Ativo não circulante	**1.274.998**	**948.627**	**1.509.169**	**990.162**

9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

9.2. PIS, COFINS e IPI

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo. O incremento verificado nessas rubricas se refere aos créditos calculados no exercício, bem como aos valores de PIS e COFINS que foram utilizados para compensação de débitos de tributos previdenciários amparados por liminar. Tendo em vista que essas compensações estavam sendo questionadas pela SRF, e com advento do "REFIS da Copa", instituído pela Lei nº 12.996/2014, a Companhia decidiu pela desistência da discussão do tema, incluindo tais débitos de tributos previdenciários ao programa de REFIS (vide Nota 16), fazendo com que os créditos utilizados para compensação das contribuições retornassem a compor o saldo de Impostos a Recuperar do balanço.

A Companhia está realizando os maiores esforços no sentido de homologar seus direitos junto a Receita Federal.

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

9.4. Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Refere-se ao IRRF sobre rendimentos das aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

9.5. Imposto Sobre Valor Agregado - IVA

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

9.6. Certificados de Exportação

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

9.7. Crédito Reintegra

Refere-se ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, caracterizado como um incentivo fiscal, instituído pela MP 540 de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto 7.633 de 1º de dezembro de 2011, reinstituído pelos artigos 21 a 29 da MP 651 de 09 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13043 de 13 de novembro de 2014 e regulamentada pelo Decreto 8.304 de 12 de setembro de 2014 e Portaria 428 de 30 de setembro de 2014 publicada no DOU em 01 de outubro de 2014 e tem como objetivo reintegrar valores referentes a custos tributários federais residuais existentes nas cadeias de produção para exportação dos produtos abrangidos pela norma legal.

9.8. Perdas Estimadas para Não Realização de Créditos Tributários

As perdas estimadas para não realização de créditos tributários foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS.

A movimentação das estimativas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(349.932)**	**(505.257)**
Reversão de estimativa	-	182
Constituição de estimativa	(101.457)	(171.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(451.389)**	**(676.385)**

10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Partes relacionadas	2.521.877	2.559.273	-	-
Operações de mercado a receber	14.376	39.392	275.261	174.834
Outros títulos a receber	88.214	95.915	128.664	105.562
Total	**2.624.467**	**2.694.580**	**403.925**	**280.396**
Ativo circulante	**842.268**	**884.448**	**58.261**	**224.739**
Ativo não circulante	**1.782.199**	**1.810.132**	**345.664**	**55.657**

Os títulos a receber da Controladora, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.1.

10.1. Partes Relacionadas

As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações Ltda., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2014:

					Controladora	
				31/12/14	2014	
31 de dezembro de 2014	**Contas a receber**	**Contas a pagar**	**Títulos a receber**	**Títulos a pagar**	**Compras**	**Vendas**
Cledinor S.A.	-	27.752	-	-	11.465	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	12.102	-	-	8.967	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	17.379	423	64.901	9.140	-
Inaler S.A.	-	13.330	-	-	9.106	-
Marfood USA, Inc	1.035	-	-	-	-	1.007
Marfrig Argentina S.A.	-	3.485	245.154	-	12.892	-
Marfrig Chile S.A.	49.764	-	-	-	802	161.376
Marfrig Holdings (Europe) BV	-	-	1.627	4.910.364	-	9.232
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	35.057	463.360	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	22.287	59.658	1.778.283	-	788.755	321.790
MFG Agropecuária Ltda.	693	19.864	265.813	-	299.596	12.754
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	121	2.769	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	7.489	82	195.399	-	-	120.407
Weston Importers Ltd.	23.655	-	-	-	-	27.160
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.754	-	-	2.176	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	942	-	-	9.986	-
	104.923	**156.348**	**2.521.877**	**5.441.394**	**1.152.885**	**653.726**

					Controladora	
				31/12/13	2013	
31 de dezembro de 2013	**Contas a receber**	**Contas a pagar**	**Títulos a receber**	**Títulos a pagar**	**Compras**	**Vendas**
Cledinor S.A.	-	13.955	-	-	19.116	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	2.934	-	-	8.455	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	7.022	748	-	13.037	-
Inaler S.A.	-	4.209	-	-	8.035	-
Marfood USA, Inc	-	-	-	-	-	3.162
Marfrig Argentina S.A.	-	1.791	212.790	-	20.521	-
Marfrig Chile S.A.	31.296	3	-	-	652	192.183
Marfrig Holdings (Europe) BV	258	1	111.262	3.866.754	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	30.294	18.410	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	61.628	42.635	1.728.974	-	574.185	843.985
MFG Agropecuária Ltda.	57	26.984	303.680	-	226.802	2.948
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	111	2.348	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	8.861	-	171.414	-	899	101.377
Weston Importers Ltd.	23.299	-	-	-	-	145.088
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.618	-	-	156	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	249	-	-	5.434	-
	125.399	**101.401**	**2.559.273**	**3.887.512**	**877.292**	**1.288.743**

							Consolidado	
	Títulos a receber		Contas a pagar		Total de compras no período		Total de vendas no período	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Marcos Antonio Molina dos Santos	33.479	-	2.189	2.053	3.997	1.738	51.149	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	-	8.537	249	17.582	10.618	-	-
	33.479	**-**	**10.726**	**2.302**	**21.579**	**12.356**	**51.149**	**-**

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A., Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se compromete vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irretratável. A transação está devidamente aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.

Estes ativos estão sendo transacionados a valor de mercado, e no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado a partir do 2T/14 até o encerramento deste exercício, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraído os valores pagos pelo acionista controlador até 31/12/2014. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador.

A Companhia e o acionista controlador acertaram como contrapartida da referida operação, o pagamento do saldo, em espécie, que dar-se-á em 9 parcelas, sendo quitadas trimestralmente de forma consecutiva a partir do 3T/14.

O acionista controlador quitou até 31/12/2014 duas parcelas do referido contrato, no montante de R$ 9.566, de acordo com a programação de pagamentos previsto em contrato.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avalistas.

Em reunião datada de 23 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre 0,5% a 12% do Patrimônio Líquido da Companhia, tomando sempre por base as últimas informações contábeis intermediárias divulgadas ao mercado. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (controladora e controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela controladora. Nas transações com empresas controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) de 6 (seis) meses.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as informações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto de renda	967.923	780.605	1.328.587	1.140.920
Contribuição social	350.159	282.725	379.850	307.045
Ativo não circulante	**1.318.082**	**1.063.330**	**1.708.437**	**1.447.965**

Os créditos fiscais referem-se ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições temporárias que foram adicionadas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores bem como apurados sobre prejuízos fiscais, adições temporárias e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2015 em diante.

Em 25/08/2014, a companhia aderiu ao "Refis da Copa", instituído pela Lei nº 12.996/2014. Em consequência desta adesão, houve a permissão para utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para liquidação dos encargos moratórios (multa e juros), no montante de R$ 151,4 milhões em créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, correspondentes a R$ 445,3 milhões de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos de Administração das Companhias.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisões fiscais, bem como sobre perdas estimadas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

A seguir está apresentada a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

			31 de dezembro de 2014	
			Controladora	Consolidado
Descrição	**IRPJ**	**CSL**	**IRPJ**	**CSL**
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	**780.605**	**282.725**	**1.140.920**	**307.045**
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	-	-	(720)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	411.671	-	416.400	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSL	-	148.202	-	148.456
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(629)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	100.926	36.333	130.540	47.367
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(216.141)	(77.811)	(233.390)	(83.099)
Ganho ou perda na conversão	-	-	38.056	-
Utilização de encargos moratório - Refis da Copa	(109.138)	(39.290)	(112.125)	(39.290)
Outros	-	-	(51.094)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	**967.923**	**350.159**	**1.328.587**	**379.850**

As expectativas de recuperabilidade dos saldos de ativos fiscais diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudos de avaliação e análises internas, elaborados por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base na projeção de lucros tributáveis futuros, resultado das expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis, com testes de stress, tem como fundamento o plano estratégico da companhia "Focar para Ganhar", apresentado ao mercado em Outubro de 2013, e posto em prática logo a seguir, com o completo atingimento das metas ao final de 2014.

O plano "Focar para Ganhar" contém os seguintes pilares: a) agenda específica de ganho de produtividade direcionada para o negócio Beef Brasil b) controle sobre as margens c) aceleração de crescimento orgânico em/para localidades/clientes estratégicos d) foco nos canais de distribuição com maior rentabilidade e) maior integração das plataformas de negócios em nível mundial. Destes, com relação a: a) ganho de produtividade: a companhia obteve resultados concretos de ganho de produtividade na ordem de R$ 60 milhões anualizados, bem como iniciou a otimização de sua estrutura fabril no Brasil, obtendo ganhos de escala b) controle de margens e crescimento: todas as suas unidades apresentaram crescimento de margem *EBITDA* Ajustado em relação ao ano anterior, encerrando o período com margem combinada de 8,5% (frente a 7,7% do ano anterior) c) a Companhia incrementou o canal de exportações no Brasil bem como ampliou sua base de clientes especialmente nas unidades do exterior (Keystone e Moypark) d) no âmbito financeiro: a companhia vem reduzindo sua taxa média de captação, com relação ao ano anterior, por meio de operações de *Liability Management*. Cabe notar que as projeções levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento.

Para o ano de 2015, a companhia reforçará seus compromissos estratégicos já adotados e ampliará ações na agenda de produtividade (Beef Brasil, Keystone e Moypark) bem como na gestão ativa do endividamento da companhia.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2015	-	27.134
2016	-	80.037
2017	20.983	47.887
2018	88.024	116.487
2019	125.611	160.949
2020 a 2024	1.083.464	1.275.943
	1.318.082	**1.708.437**

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Participação em sociedades controladas	3.405.210	2.993.447	-	-
Outros investimentos	135	135	36.934	54.774
	3.405.345	**2.993.582**	**36.934**	**54.774**

12.1. Investimentos (Controladora)

Valor dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2014:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de participação no capital votante	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período	Valor do PL conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	78.573.743	100,00	Não	78.574	115.449	52.161	115.449
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Não	66.078	70.306	8.507	69.936
Inaler S.A.	66.247.320	100,00	Não	3.897	57.720	12.958	57.673
Frigorífico Tacuarembó S.A.	163.442.679	97,91	Não	17.353	242.257	59.889	234.644
Weston Importers Ltd.	8.101.296	100,00	Não	33.543	(18.949)	(3.659)	(18.949)
Masplen Limited	5.050	100,00	Não	9.805	35.767	1.010	35.155
Prescott International S.A.	79.693.916	100,00	Não	7.762	79.795	22.646	79.695
Establecimientos Colonia S.A.	403.237.385	100,00	Não	69.729	48.881	8.500	48.531
Marfood USA, Inc.	50.000	100,00	Não	65.604	(6.392)	(6.744)	(6.392)
Marfrig Overseas Ltd.	1	100,00	Não	-	(339.384)	(66.651)	(339.384)
MFG Agropecuária Ltda.	9.999	99,99	Não	-	(4.818)	5.073	(4.817)
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	782.246.195	99,91	Não	356.712	75.577	(16.024)	75.447
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	149.985	99,99	Não	-	1.782	1.345	1.782
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	2.403.806	100,00	Não	2.569.431	3.056.659	(25.742)	3.056.659
Marfrig Peru S.A.C.	5.000	100,00	Não	5	(219)	(220)	(219)
Total				**3.278.493**	**3.414.431**	**53.049**	**3.405.210**

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas:

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1)
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	2.289.850	2.174.401	-	3.144.193	52.161
Marfrig Chile S.A.	161.265	90.958	352	366.832	8.465
Inaler S.A.	167.496	109.777	-	276.957	12.958
Frigorífico Tacuarembó S.A.	412.039	169.783	5.063	540.168	58.638
Weston Importers Ltd.	31.327	50.275	-	222.433	(3.659)
Masplen Limited	374.540	338.773	-	315.895	1.010
Prestcott International S.A.	173.380	93.585	-	323.417	22.646
Establecimientos Colonia S.A.	258.937	210.055	-	467.079	8.500
Marfood USA, Inc.	117.960	124.352	-	125.444	(6.744)
Marfrig Overseas Ltd.	2.216.812	2.556.195	-	-	(66.651)
MFG Agropecuária Ltda.	305.314	310.131	-	329.886	5.072
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	440.958	365.376	68	496.120	(16.010)
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	4.077	2.295	-	101.253	1.344
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	13.433.024	10.263.595	-	11.402.801	(25.742)
Marfrig Peru S.A.C.	294	512	-	200	(220)
Total	**20.387.273**	**16.860.063**	**5.483**	**18.112.678**	**51.768**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros não realizados quando da consolidação de balanços.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

12.2. Movimentação dos Investimentos (Controladora)

	Saldo contábil em 31/12/2013	Ajuste de avaliação patrimonial	(Redução)/aumento de capital	Total investimento no período	Resultado da equivalência Patrimonial (1)	Efeito de conversão de balanço	Saldo contábil em 31/12/14
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	63.260	-	-	-	52.189	-	115.449
Marfrig Chile S.A.	56.436	312	-	-	8.449	4.739	69.936
Inaler S.A.	37.735	(1.655)	-	-	12.912	8.681	57.673
Frigorífico Tacuarembó S.A.	150.973	72	-	-	56.443	27.156	234.644
Weston Importers Ltd.	(13.950)	(4.679)	-	-	(3.831)	3.511	(18.949)
Masplen Limited	31.410	(3.598)	-	-	7.343	-	35.155
Prestcott International S.A.	47.619	(1.359)	-	-	22.547	10.888	79.695
Establecimientos Colonia S.A.	34.824	(4.652)	-	-	7.946	10.413	48.531
Marfood USA, Inc.	968	(660)	-	-	(6.744)	44	(6.392)
Marfrig Overseas Ltd.	(233.826)	(5.813)	-	-	(66.651)	(33.094)	(339.384)
MFG Agropecuária Ltda.	(9.889)	-	-	-	5.072	-	(4.817)
Marfrig Argentina S.A.	38.996	(60.211)	89.350	89.350	(16.443)	23.755	75.447
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	438	-	-	-	1.344	-	1.782
Marfrig Holdings (Europe) BV	2.788.451	(56.190)	-	-	(25.742)	350.140	3.056.659
Marfrig Peru S.A.C.	2	-	-	-	(220)	(1)	(219)
Total	**2.993.447**	**(138.433)**	**89.350**	**89.350**	**54.614**	**406.232**	**3.405.210**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

12.3 . Venda de Participações Societárias para o JBS S.A.

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 10 de junho de 2013, a Companhia celebrou no dia 07 de junho de 2013 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a: (i) alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Seara Brasil à JBS; e (ii) a alienação pela Companhia de 100% do capital da sociedade que detém o negócio de couro do Grupo Marfrig no Uruguai (Zenda) para JBS. O valor da transação que envolve as vendas da Seara Brasil e Zenda foi fixado, inicialmente, em R$ 5,85 bilhões e seria pago através da assunção de dívidas da Marfrig pela JBS.

Com base nesse contrato, em 30 de junho de 2013, a Companhia concluiu a venda da participação societária detida na entidade Columbus Netherlands BV., que detinha o controle do negócio de couro do Grupo Marfrig no Uruguai (Zenda), e desta forma o controle desta entidade foi transferido à JBS nessa data. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia concluiu a venda da participação societária detida nas entidades: Pine Point Participações Ltda. (empresa constituída com a finalidade de efetuar a reorganização societária das empresas: União Frederiquense Participação Ltda., Secculum Participação Ltda., Babicora Holding Participações Ltda., Seara Alimentos S.A., Athena Alimentos S.A., Seara Holding (Europe) BV., Excelsior Alimentos S.A. e Baumhardt Comércio e Participações Ltda. Transferindo o controle dessas entidades à JBS nessa data.

Os ganhos apurados nestas vendas no montante de R$ 483.018, em 30 de junho de 2013, (Columbus) e R$ 336.989, em 30 de setembro de 2013, (Seara Brasil) foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas".

Os ganhos e perdas do período corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no período das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do período comparativo foram reclassificados conforme previsto na Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada).

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, devido à alienação desses investimentos, o ágio que foi gerado quando da aquisição do Columbus Netherlands, União Frederiquense, Secculum, Seara Holding (Europe) BV. e Athena Alimentos S.A., foram realizados como custo da transação.

A seguir está demonstrado o resumo da venda de cada negociação:

Resumo Columbus Netherlands

	R$ mil
Preço de venda	450.000
(+) Ajuste no preço de venda (**)	151.903
(–) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(200)
(=) Preço de venda ajustado	601.703
(–) Baixa de investimento Columbus	(156.002)
(–) Baixa de outros resultados abrangentes	37.340
(=) Ganho apurado na operação de venda	**483.041**
(–) Baixa do ágio (*)	(23)
(=) Ganho na operação antes dos impostos	**483.018**

(*) Ágio da Columbus Netherlands estava registrado na Controladora - Marfrig Global Foods S.A.;

(**) Ajuste de preço decorrente de capital de giro que consta nas demonstrações consolidadas da Columbus Netherlands em 31 de março de 2013, último balanço disponível na data de constituição do preço de venda.

Resumo Seara Brasil

	R$ mil
Preço de venda	5.400.000
(+) Ajuste no preço de venda (**)	(2.350.162)
(=) Preço de venda ajustado	3.049.838
(–) Baixa de investimento Seara Brasil	(3.090.962)
(–) Baixa de outros resultados abrangentes	622.699
(–) Transferência de outras dívidas (***)	(201.260)
(=) Ganho apurado na operação de venda	**380.315**
(–) Baixa do ágio (*)	(43.326)
(=) Ganho na operação antes dos impostos	**336.989**

(*) Ágio das subsidiárias, União Frederiquense, Secculum, Seara Holding Europe BV. e Athena Alimentos S.A., que estavam registrados na Controladora - Marfrig Global Foods S.A.;

(**) Ajuste de preço decorrente da transferência de dívidas existentes nas empresas negociadas, capital de giro e variação cambial de empréstimos em Dólar norte-americano não transferidos, que constam nas demonstrações consolidadas da Seara Brasil em 30 de setembro de 2013, e demonstrações consolidadas da Columbus Netherlands BV., em 30 de junho de 2013, últimos balanços disponíveis na data de constituição do preço de venda;

(***) Este saldo se refere à transferência do título a pagar à BRF.

13. IMOBILIZADO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

		Controladora					
		31/12/14					
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de Aquisição	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	Custo Líquido
Terrenos	-	47.643	-	(1.512)	(17.921)	-	28.210
Edificações e prédios	3,04%	774.828	368	(395)	23.134	(118.743)	679.192
Máquinas e equipamentos	10,09%	361.768	34.971	(1.610)	3.633	(162.675)	236.087
Móveis e utensílios	9,95%	13.372	1.294	(55)	693	(6.200)	9.104
Instalações	4,53%	769.084	3	(2)	108.271	(140.093)	737.263
Veículos	18,60%	33.484	76	(4.397)	140	(8.888)	20.415
Equipamentos de informática	19,80%	11.770	989	(15)	(523)	(6.855)	5.366
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	(382)	-
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	6.903	-	-	(6.903)	-	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,14%	3.349	-	-	6.257	(525)	9.081
Arrendamento - veículos	20,00%	19.231	-	-	-	(18.860)	371
Arrendamento - informática	20,00%	15.127	2.920	-	(1.104)	(13.061)	3.882
Arrendamento - máquinas	10,00%	12.880	1.163	-	(1.882)	(9.675)	2.486
Arrendamento - instalações	-	18.291	-	-	(51)	(18.240)	-
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	(6.314)	-
Obras em andamento	-	2.070	120.485	-	(113.744)	-	8.811
Outras imobilizações	-	305	10	-	-	(118)	197
		2.096.801	**162.279**	**(7.986)**	**-**	**(510.629)**	**1.740.465**

Movimentação do saldo líquido da Controladora:

			Controladora				
		31/12/13	31/12/14				
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo Líquido
Terrenos	-	47.643	-	(1.512)	(17.921)	-	28.210
Edificações e prédios	3,04%	682.702	368	(389)	23.134	(26.623)	679.192
Máquinas e equipamentos	10,09%	229.169	34.971	(1.379)	3.633	(30.307)	236.087
Móveis e utensílios	9,95%	8.366	1.294	(47)	693	(1.202)	9.104
Instalações	4,53%	665.561	3	(2)	108.271	(36.570)	737.263
Veículos	18,60%	17.135	76	(1.368)	140	4.432	20.415
Equipamentos de informática	19,80%	4.283	989	(15)	(523)	632	5.366
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	6.903	-	-	(6.903)	-	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,14%	2.959	-	-	6.257	(135)	9.081
Arrendamento - veículos	20,00%	594	-	-	-	(223)	371
Arrendamento - informática	20,00%	2.867	2.920	-	(1.104)	(801)	3.882
Arrendamento - máquinas	10,00%	2.599	1.163	-	(1.882)	606	2.486
Arrendamento - instalações	-	36	-	-	(51)	15	-
Obras em andamento	-	2.070	120.485	-	(113.744)	-	8.811
Outras imobilizações	-	187	10	-	-	-	197
		1.673.074	**162.279**	**(4.712)**	**-**	**(90.176)**	**1.740.465**

Movimentação do custo de aquisição do Consolidado:

		Consolidado						
			31/12/14					
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transferências	Conversões	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	122.368	58	(14.384)	(20.484)	6.070	-	93.628
Edificações e prédios	2,77%	2.621.021	25.525	(19.930)	(61.452)	107.611	(622.529)	2.050.246
Máquinas e equipamentos	7,21%	2.166.012	79.032	(8.143)	88.335	65.956	(1.258.779)	1.132.413
Móveis e utensílios	9,19%	118.868	16.075	(446)	3.878	3.263	(78.214)	63.424
Instalações	4,58%	1.081.870	155	(24)	(9.142)	688	(194.907)	878.640
Veículos	13,26%	87.303	4.824	(6.879)	1.340	1.900	(46.618)	41.870
Equipamentos de informática	19,31%	63.910	4.590	(74)	(428)	379	(54.028)	14.349
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	-	(382)	-
Adiantamento para imobilização	-	6.972	-	-	(6.903)	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,40%	258.730	525	-	300.402	1.237	(66.901)	493.993
Arrendamento - veículos	20,00%	20.605	-	-	(130)	-	(19.818)	657
Arrendamento - informática	20,00%	15.594	2.920	-	(1.104)	-	(13.527)	3.883
Arrendamento - máquinas	0,80%	128.323	1.162	-	(3.193)	4.015	(89.396)	40.911
Arrendamento - instalações	-	19.637	-	-	(847)	-	(18.790)	-
Arrendamento - edificações	-	13.376	-	(5.877)	(1.533)	567	(6.533)	-
Obras em andamento	-	125.143	304.134	(1.935)	(288.475)	7.892	-	146.759
Outras imobilizações	1,48%	2.408	786	(510)	(264)	286	(1.925)	781
		6.852.522	**439.786**	**(58.202)**	**-**	**199.864**	**(2.472.347)**	**4.961.623**

Movimentação do saldo líquido do Consolidado:

		Consolidado						
			31/12/14					
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transferências	Conversões	Depreciação	Saldo Líquido
Terrenos	-	122.368	58	(14.384)	(20.484)	6.070	-	93.628
Edificações e prédios	2,77%	2.078.495	25.525	(12.002)	(61.452)	107.611	(87.931)	2.050.246
Máquinas e equipamentos	7,21%	1.086.909	79.032	(7.215)	88.335	65.956	(180.604)	1.132.413
Móveis e utensílios	9,19%	55.656	16.075	(11)	3.878	3.263	(15.437)	63.424
Instalações	4,58%	914.961	155	(2)	(9.142)	688	(28.020)	878.640
Veículos	13,26%	39.885	4.824	(2.939)	1.340	1.900	(3.140)	41.870
Equipamentos de informática	19,31%	15.220	4.590	(52)	(428)	379	(5.360)	14.349
Adiantamento para imobilização	-	6.972	-	-	(6.903)	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,40%	245.750	525	-	300.402	1.237	(53.921)	493.993
Arrendamento - veículos	20,00%	1.183	-	-	(130)	-	(396)	657
Arrendamento - informática	20,00%	2.868	2.920	-	(1.104)	-	(801)	3.883
Arrendamento - máquinas	0,80%	56.161	1.162	-	(3.193)	4.015	(17.234)	40.911
Arrendamento - instalações	-	849	-	-	(847)	-	(2)	-
Arrendamento - edificações	-	1.799	-	(833)	(1.533)	567	-	-
Obras em andamento	-	125.142	304.134	(1.934)	(288.475)	7.892	-	146.759
Outras imobilizações	1,48%	534	786	(506)	(264)	286	(55)	781
		4.754.752	**439.786**	**(39.878)**	**-**	**199.864**	**(392.901)**	**4.961.623**

Conforme a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06(R1) - operações de arrendamento mercantil), os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na Nota explicativa nº 19.

De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Nossa avaliação também contemplou os ativos temporariamente ociosos.

A Companhia e suas controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/12/14	
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Edificações e prédios	4.273	580
Máquinas e equipamentos	-	33.909
Móveis e utensílios	-	789
Instalações	6.714	265
Veículos	-	36.853
Equipamentos de informática	-	20.549
Aeronaves	-	382
	10.987	**93.327**

	Consolidado	
	31/12/14	
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Edificações e prédios	4.273	4.582
Máquinas e equipamentos	7.594	38.738
Móveis e utensílios	176	932
Instalações	6.714	269
Veículos	503	36.955
Equipamentos de informática	40	21.169
Aeronaves	-	382
Benfeitorias em propriedades arrendadas	97.595	-
Arrendamento - máquinas	195	-
	117.090	**103.027**

14. INTANGÍVEL

A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, compondo o ativo não circulante, apresentado de acordo com a Deliberação CVM 644/10 (CPC 04 (R1) ativo intangível), no resumo seguir:

			Controladora		Consolidado	
	Taxa de amortização	Prazo de vida útil	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Ágio	-	-	526.791	526.119	1.061.568	1.037.019
Marcas e patentes	7,90%	12,06	22.883	22.883	454.572	383.554
Softwares	18,77%	5,32	33.717	36.638	38.300	39.143
Relacionamento com clientes	9,71%	15,65	-	-	518.113	720.102
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	-	896.381	604.052
Outros intangíveis	13,31%	8,63	-	-	35.775	27.415
			583.391	**585.640**	**3.004.709**	**2.811.285**

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação consolidada do ativo intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**585.640**	**2.811.285**
(+) Adição	6.133	17.294
(–) Baixa	(458)	(14.251)
(–) Amortização	(7.924)	(25.075)
(+/–) Variação cambial	-	215.456
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**583.391**	**3.004.709**

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa dos CPCs) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 - combinação de negócios). Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).

Conforme Deliberação CVM 639/10 (CPC 1 (R1) - redução ao valor recuperável de ativos), o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

14.1. Movimentação do Intangível (Controladora)

A movimentação do intangível na controladora e controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Aquisição/ Baixa	Operação Descontinuada	Reclassificação/ Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	672	-	-	58.496
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	-	17.258
Prescott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	-	22.922
Establecimientos Colonia S.A. - Ágio	114.479	-	-	-	114.479
Marfood USA Inc.	308	-	-	-	308
Keystone International	274.949	-	-	-	274.949
Software e sistemas	36.638	5.003	-	(7.924)	33.717
Marcas e patentes	22.883	-	-	-	22.883
Total	**585.640**	**5.675**	**-**	**(7.924)**	**583.391**

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos os CPCs estão expressos na moeda funcional da Controladora.

14.2. Movimentação do Intangível (Controladas)

	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2013	Aquisições	Variação cambial na conversão	Amortização	Baixa	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2014
Marfrig Chile S.A.	**18.848**	**53**	**2.525**	**(57)**	**-**	**21.369**
Ágio	18.618	-	2.494	-	-	21.112
Marcas e patentes/*software*/outros	230	53	31	(57)	-	257
Weston Importers Ltd.	**13.244**	**-**	**915**	**-**	**-**	**14.159**
Ágio	13.244	-	915	-	-	14.159
Masplen Limited	**498**	**-**	**-**	**(38)**	**-**	**460**
Marcas e patentes/*software*/outros	498	-	-	(38)	-	460
Prestcott International S.A.	**10.703**	**196**	**1.459**	**(66)**	**-**	**12.292**
Ágio	10.299	-	1.379	-	-	11.678
Marcas e patentes/*software*/outros	404	196	80	(66)	-	614
Marfood USA, Inc.	**65.444**	**-**	**8.659**	**(796)**	**-**	**73.307**
Ágio	47.485	-	6.357	-	-	53.842
Relacionamento com clientes	3.856	-	414	(796)	-	3.474
Marcas e patentes/*software*/outros	14.103	-	1.888	-	-	15.991
Frigoríficos Tacuarembó S.A.	**467**	**995**	**105**	**(75)**	**(604)**	**888**
Marcas e patentes/*software*/outros	467	995	105	(75)	(604)	888
Inaler S.A.	**312**	**196**	**69**	**(53)**	**-**	**524**
Marcas e patentes/*software*/outros	312	196	69	(53)	-	524
Establecimientos Colonia S.A.	**584**	**196**	**96**	**(73)**	**(38)**	**765**
Marcas e patentes/*software*/outros	584	196	96	(73)	(38)	765
Marfrig Argentina S.A.	**101.552**	**56**	**7.578**	**(18)**	**-**	**109.168**
Ágio	101.341	-	7.561	-	-	108.902
Marcas e patentes/*software*/outros	211	56	17	(18)	-	266
MFB - Marfrig Frigoríficos BR S.A.	**520**	**52**	**-**	**(150)**	**(21)**	**401**
Marcas e patentes/*software*/outros	520	52	-	(150)	(21)	401
MFG Agropecuária Ltda.	**30**	**-**	**-**	**(7)**	**(8)**	**15**
Marcas e patentes/*software*/outros	30	-	-	(7)	(8)	15
Marfrig Holdings (Europe) BV	**2.013.443**	**9.417**	**194.050**	**(15.818)**	**(13.122)**	**2.187.970**
Ágio	319.911	-	5.100	73	-	325.084
Relacionamento com clientes	1.320.298	-	113.310	(15.739)	(6.850)	1.411.019
Marcas e patentes/*software*/outros	373.234	9.417	75.640	(152)	(6.272)	451.867
Total	**2.225.645**	**11.161**	**215.456**	**(17.151)**	**(13.793)**	**2.421.318**

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
INSS a recolher	2.236	2.496	11.558	24.758
Salários e obrigações trabalhistas	52.974	50.003	218.805	210.527
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	4.695	6.932	111.616	102.646
	59.905	**59.431**	**341.979**	**337.931**

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212/91 e artigo 104, da Lei nº 11.196/05.

Atualmente a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.

A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange à obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.

Desta forma foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.

Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa, no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.

Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e Cofins, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até Dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência os créditos compensados retornaram para o balanço (vide Notas 9.2 e 16).

Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima, portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ICMS a recolher	-	-	96	4.937
Parcelamento Especial - Leis nºs 11.941/09 (1)	524.865	156.299	719.751	156.299
Imposto de renda a pagar	-	-	72.958	26.917
Contribuição social a pagar	-	-	5.177	4.469
Pis e Cofins a recolher	-	-	-	5
Contribuição social a pagar - PGFN (2)	9.627	9.199	9.627	9.199
Imposto de renda a pagar - PGFN (2)	26.080	24.919	26.080	24.919
IRRF a pagar - PGFN (2)	7.385	7.057	7.385	7.057
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	4.467	8.048	65.783	62.838
	572.424	**205.522**	**906.857**	**296.640**
Passivo circulante	**43.556**	**24.596**	**200.312**	**114.651**
Passivo não circulante	**528.868**	**180.926**	**706.545**	**181.989**

(1) E as Leis nºs 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.

(2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante original de R$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa, juros e atualização de R$ 13.248 e um débito total de R$ 43.092, conforme demonstrado a seguir:

Débitos reclassificados para impostos a recolher

	31/12/14	31/12/13
Contribuição Social a pagar - PGFN	9.627	9.199
Imposto de Renda a pagar - PGFN	26.080	24.919
IRRF a pagar - PGFN	7.385	7.057
	43.092	**41.175**

Reabertura do prazo para adesão - Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014

Em 20 de dezembro de 2013 e em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu a Reabertura da Lei nº 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	156.299	60.249	156.299	237.879
(+) Adesão ao parcelamento	464.346	58.390	692.717	229.423
(+) Juros de atualização	44.501	7.514	50.057	28.518
(-) Ajuste a valor presente	-	50.664	-	31.156
(-) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(140.281)	(20.518)	(179.322)	(53.387)
(-) Reversão pela alienação de investimentos	-	-	-	(317.290)
Saldo devedor	**524.865**	**156.299**	**719.751**	**156.299**
Passivo circulante	**39.089**	**16.788**	**56.557**	**16.788**
Passivo não circulante	**485.776**	**139.511**	**663.194**	**139.511**

Em virtude da adesão da companhia e suas controladas ao parcelamento reaberto pela Lei nº 12.996/2014 ("REFIS da Copa"), demonstramos no quadro abaixo a composição dos efeitos no balanço, tendo em vista a eliminação de discussões administrativa e/ou judiciais (contingências fiscais):

Valor atualizado (1)	Desconto (2)	Créditos tributários/ antecipações (3)	Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL (4)	Saldo do parcelamento
1.034.310	(223.436)	(160.619)	(151.414)	498.841

(1) Corresponde aos débitos previdenciários compensados com créditos de PIS e COFINS que estavam sendo questionados pela administração tributária e demais débitos, atualizados monetariamente;

(2) Desconto refere-se a: 60% sobre o valor de multa de mora; 20% sobre o valor da multa isolada; 25% sobre o total de juros e 100% sobre o total de encargos, conforme permitido pela legislação do "REFIS da Copa";

(3) Créditos de PIS/COFINS e antecipações em espécie, utilizados para liquidação dos 20% de antecipação prevista no Refis a Copa;

(4) Utilização de créditos de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para liquidação de encargos moratórios (vide Nota 11).

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora					
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,08%	2,29	294	645
FINEP	TJLP + 1%	6,00%	1,31	7.648	13.681
NCE	Taxa Fixa + %CDI	11,36%	1,23	575.148	221.995
Capital de giro	CDI + Taxa Fixa	16,46%	2,87	120.633	99.936
Total moeda nacional		**12,17%**		**703.723**	**336.257**
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento (US$)	Libor + Taxa Fixa + Variação Cambial	5,39%	1,63	84.213	224.977
NCE/ACC (US$)	Taxa Fixa + V.C (US$) + Libor	6,16%	0,48	824.323	891.726
Total moeda estrangeira		**6,09%**		**908.536**	**1.116.703**
Total do endividamento		**8,74%**		**1.612.259**	**1.452.960**
Passivo circulante				**1.147.462**	**562.244**
Passivo não circulante				**464.797**	**890.716**

Consolidado					
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,08%	2,29	294	645
FINEP	TJLP + 1%	4,40%	4,63	38.283	50.509
NCE	Taxa Fixa + %CDI	11,36%	1,23	575.148	221.995
Capital de giro (R$)	Taxa Fixa + %CDI	16,46%	2,87	120.633	99.936
Total moeda nacional		**11,83%**		**734.358**	**373.085**
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento (US$)	Libor + Taxa Fixa + Variação Cambial	5,39%	1,63	84.213	224.977
Bonds (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	8,29%	4,84	7.749.702	5.624.277
NCE/ACC (US$)	%CDI + Taxa Fixa + Variação Cambial (US$) + Libor	6,16%	0,48	825.768	893.170
Capital de giro (Pesos)	Unidade Fomento	-	-	-	2.266
Empréstimo Bancário (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	3,88%	3,84	871.760	921.504
Linha de crédito Rotativo - *Revolving*	Libor + 2,75	2,10%	3,26	556.781	806.528
Financiamentos (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	-	-	-	22.071
PAE (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	2,26%	0,14	26.160	17.036
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,50%	0,84	21.601	28.578
Total moeda estrangeira		**7,35%**		**10.135.985**	**8.540.407**
Total do endividamento		**7,65%**		**10.870.343**	**8.913.492**
Passivo circulante				**1.470.237**	**1.096.970**
Passivo não circulante				**9.400.106**	**7.816.522**

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

17.1. *Senior Notes - BONDS*

São captações de dívida de longo prazo, em moedas internacionais, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (*Rule* 144A/Reg S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o *U.S. Securities Act* of 1933, conforme alterado.

A Companhia, através de suas subsidiárias, realizou sete captações desta natureza desde 2006, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US$ 375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (Novembro/2016), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente (este aditivo, juntamente com a escritura, a "Primeira Emissão"). A Primeira Emissão conta com garantias de Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) BV;

- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US$ 500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (Novembro/2020), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia ("Segunda Emissão");
- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Mai/2018), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão");
- A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 600 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão");
- A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 400 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US$ 191milhões, ou 50,97% das notas em circulação remanescentes da Primeira Emissão. Em virtude de tal oferta de recompra, a Primeira Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) da Escritura;

Em março de 2014, a Companhia concluiu a emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Segunda Emissão, no valor total de US$ 275 milhões ("Notas Adicionais"). As Notas Adicionais foram consolidadas compondo uma série única com as *Senior Notes* da Segunda Emissão, com cupom de 9,50% ao ano (*yield* de 9,43% por ano para a emissão). As Notas Adicionais receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's, B pela Standard&Poors e Fitch. A emissão das Notas Adicionais é garantida pela Marfrig Global Foods S.A. e por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V. Vinculada às Notas Adicionais a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente (i) US$ 72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão, e (ii) US$ 57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão.

- A sexta operação foi concluída em maio de 2014 e compreendeu a emissão pela Moy Park (Bondco) Plc da primeira emissão de *Senior Notes* em libras esterlinas, no valor total de GBP 200 milhões, com cupom de 6,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2014 e vencimento de principal em 7 anos (Maio/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Moy Park Holdings Europe Ltd., Moy Park Ltd. e por algumas de suas afiliadas, não havendo garantia às Notas pela Companhia. Seus recursos destinaram-se à Companhia e foram utilizados para repagamento de endividamento existente ("Sexta Emissão");
- A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 850 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Junho/2019), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão"). Vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento, da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US$ 291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão, e (ii) US$ 371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão e a Quinta Emissão foram aditadas através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants)* das Escrituras.

Tendo em vista que as *Senior Notes* emitidas em 2006, 2010, 2011, Janeiro de 2013, Setembro de 2013, Maio de 2014 e Junho de 2014 representam 71,29% do endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 (e representavam 63,10% do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2013), a obrigação de manutenção de um quociente de dívida líquida ajustada para o *EBITDA* (LAJIDA) dos últimos 12 meses baliza os demais empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto no encerramento do período. No que se refere ao quociente de dívida líquida ajustada para o *EBITDA* (LAJIDA), cumpre esclarecer que, (i) a Segunda Emissão, a Terceira Emissão e a Sétima Emissão preveem um quociente não superior a 4,75x (ii) a Sexta Emissão prevê um quociente não superior a 3,5x aplicável tão somente ao conglomerado Moy Park, não se vinculando ao quociente de dívida líquida ajustada para o *EBITDA* (LAJIDA) aplicável ao consolidado da Companhia.

Ademais, em virtude do fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças em 30 de setembro de 2013 na qual ficou aperfeiçoada, dentre outras, a alienação, pela Companhia, de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detinham a unidade de negócios Seara Brasil para a JBS S.A., as garantias originalmente prestadas pela União Frederiquense Participações Ltda. e Seara Alimentos Ltda. na Primeira Emissão, Segunda Emissão, Terceira Emissão e Quarta Emissão foram liberadas conforme mecanismo de liberação previsto em suas respectivas escrituras.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

17.2. Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo de financiamentos	**1.612.259**	**1.452.960**	**10.870.343**	**8.913.492**
Garantias:				
Nota Promissória	404.580	375.559	406.024	377.003
Duplicatas	84.878	114.251	120.083	152.004
Fiança Bancária	-	-	30.167	42.165
Contrato de Fornecimento	-	-	-	2.266
Aval	492.490	211.912	1.306.624	211.912
Bem Financiado	294	645	17.368	15.819
Documentos de exportação	-	-	57.603	70.483
Instalações	7.648	13.681	80.312	119.323
Aplicação Financeira	60.707	-	518.744	758.980
Sem Garantias	561.662	736.912	8.333.418	7.163.537

17.3. *Covenants*

Os contratos de empréstimos e financeiros são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo *covenant* de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o *EBITDA* anualizado (últimos doze meses).

O cronograma de vencimentos está apresentado na Nota 18.

A penalidade ao não cumprimento desse *covenant* é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/14
Dívida bruta Consolidada	11.060.925
(-) Disponibilidade Consolidada	2.658.797
Divida líquida Consolidada	8.402.128
EBITDA (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	1.685.899
Quociente de *EBITDA*	4,98x
Divida líquida Consolidada	8.402.128
(-) Efeito de variação cambial *(carve-out)*	2.638.243
Divida líquida Consolidada Ajustada	5.763.885
Indicador de alavancagem	3,42x

Conforme Nota Explicativa nº 32.6 - Gestão de Capital, em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), ficou em 3,42x.

18. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Debêntures a pagar	570.000	570.000	-	-
(-) Custo emissão de debêntures	(184)	(244)	-	-
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	280.606	102.697	238.228	32.607
(-) IRRF sobre juros debêntures	(47.646)	(6.335)	(47.646)	(6.335)
	802.776	**666.118**	**190.582**	**26.272**
Passivo circulante - juros sobre debêntures	232.960	96.362	190.582	26.272
Passivo não circulante - debêntures a pagar	569.816	569.756	-	-

A Companhia apoiada pelos seus assessores financeiros estruturou durante o 2º trimestre de 2013 uma emissão de debêntures não conversíveis com vencimento em 22 de janeiro de 2019, no montante de R$ 570.000. Esta operação formalizou o processo de internalização de parte do recurso financeiro oriundo de *Sênior Notes*, emitidas por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) BV., em Janeiro de 2013. A operação foi estruturada de forma a não causar efeito nas demonstrações consolidadas da Companhia.

A Companhia não possui cláusula de repactuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07 nas notas explicativas das informações contábeis.

Também estão provisionados juros de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações conforme Nota Explicativa nº 21.

O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	703.723	336.257	734.358	373.085
Juros sobre debêntures	232.960	96.362	190.582	26.272
Debêntures a pagar	569.816	569.756	-	-
	1.506.499	**1.002.375**	**924.940**	**399.357**
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	908.536	1.116.703	10.135.985	8.540.407
	908.536	**1.116.703**	**10.135.985**	**8.540.407**
	2.415.035	**2.119.078**	**11.060.925**	**8.939.764**

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
1T14	-	174.015	-	105.416
2T14	-	18.046	-	19.537
3T14	-	100.942	-	102.433
4T14	-	1.517	-	3.060
1T15	321.989	-	281.145	-
2T15	203.784	-	205.264	-
3T15	10.660	-	12.140	-
4T15	210.848	-	212.328	-
2015	-	38.412	-	44.375
2016	72.061	34.665	77.980	40.628
2017	68.488	32.498	74.407	38.462
2018	48.827	32.498	54.745	38.462
2019	569.829	569.769	5.932	5.977
2020	12	12	998	1.006
2021	1	1	1	1
	1.506.499	**1.002.375**	**924.940**	**399.357**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda estrangeira				
1T14	-	526	-	398.020
2T14	-	5.725	-	105.269
3T14	-	34.078	-	52.448
4T14	-	323.757	-	337.059
1T15	126.418	-	324.050	-
2T15	119.947	-	193.029	-
3T15	82.704	-	111.863	-
4T15	304.072	-	321.000	-
2015	-	509.837	-	640.716
2016	116.023	102.224	636.374	541.355
2017	159.372	140.556	584.840	1.539.382
2018	-	-	2.471.982	2.434.983
2019	-	-	2.008.403	2.722
2020	-	-	2.551.992	1.595.671
2021	-	-	932.452	892.782
	908.536	**1.116.703**	**10.135.985**	**8.540.407**
Total	**2.415.035**	**2.119.078**	**11.060.925**	**8.939.764**

19. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

19.1. Arrendamento Financeiro

Tendo em vista a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na Nota Explicativa nº 13, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiros tratam-se dos próprios bens arrendados:

Controladora

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Futuros Pagamentos 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	15,16%	1,1	509	469	721
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamento Informática	CDI + Taxa	6,63%	1,4	2.993	2.688	2.437
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	14,03%	1,4	2.167	1.931	1.697
Arrendamento Financeiro *Leasing* Instalações Industriais	CDI + Taxa	-	-	-	-	1
Juros Financeiros a incorrer				(967)	-	(785)
AVP Arrendamento Financeiro *Leasing*				(583)	-	(418)
Total moeda nacional				**4.119**	**5.088**	**3.653**
Total Controladora				**4.119**	**5.088**	**3.653**
Passivo circulante				**2.365**	**-**	**2.466**
Passivo não circulante				**1.754**	**-**	**1.187**

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/14	Futuros Pagamentos 31/12/14	Saldo 31/12/13
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	14,77%	1,0	802	742	1.310
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamento Informática	CDI + Taxa	6,63%	1,4	2.993	2.688	2.437
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	14,13%	1,4	2.527	2.262	2.427
Arrendamento Financeiro *Leasing* Instalações Industriais	CDI + Taxa	-	-	-	-	1
Juros Financeiros a incorrer				(1.172)	-	(1.195)
AVP Arrendamento Financeiro Leasing				(583)	-	(418)
Total moeda nacional				**4.567**	**5.692**	**4.562**
Moeda estrangeira						
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,25%	3,5	2.935	3.564	3.895
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	Taxa	4,11%	2,5	132.472	143.369	144.302
Total moeda estrangeira				**135.407**	**146.933**	**148.197**
Total Consolidado				**139.974**	**152.625**	**152.759**
Passivo circulante				**69.229**	**-**	**49.663**
Passivo não circulante				**70.745**	**-**	**103.096**

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
Até 1 ano	2.365	2.466	2.661	2.919
De 1 ano até 5 anos	1.754	1.187	1.906	1.643
Total moeda nacional	**4.119**	**3.653**	**4.567**	**4.562**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	66.568	46.745
De 1 ano até 5 anos	-	-	68.839	101.233
Mais de 5 anos	-	-	-	219
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**135.407**	**148.197**
Total	**4.119**	**3.653**	**139.974**	**152.759**

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional				
Até 1 ano	2.899	2.766	3.304	3.360
De 1 ano até 5 anos	2.189	1.672	2.388	2.227
Total moeda nacional	**5.088**	**4.438**	**5.692**	**5.587**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	72.035	50.549
De 1 ano até 5 anos	-	-	74.898	108.558
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**146.933**	**159.107**
Total	**5.088**	**4.438**	**152.625**	**164.694**

19.2. Arrendamento Operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2014:

Controladora

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/14
	Moeda nacional					
BANCO IBM S.A.	Equipamento Informática	05/07/12	11,46%	0,5	856	347
BANCO DE LAGE LADEN	Equipamento Informática	25/05/12	11,46%	0,3	2.610	870
LEASEPLAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	Veículos	20/01/12	7,30%	0,7	70	22
BRASIL FOOD SERVICE GROUP S.A. - BFG	Planta frigorifica	01/10/14	IGP-M ano	5,0	70.848	3.936
Total moeda nacional					**74.384**	**5.175**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	2,8	24.631	2.310
Total moeda estrangeira					**24.631**	**2.310**
Total moeda nacional e estrangeira					**99.015**	**7.485**

Consolidado

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/14
	Moeda nacional					
BANCO IBM S.A.	Equipamento Informática	05/07/12	11,46%	0,5	856	347
BANCO DE LAGE LADEN	Equipamento Informática	25/05/12	11,46%	0,3	2.610	870
LEASEPLAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	Veículos	20/01/12	7,30%	0,7	70	22
BRASIL FOOD SERVICE GROUP S.A. - BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	5,0	70.848	3.936
LEONI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	5,0	2.520	385
Total moeda nacional					**76.904**	**5.560**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	2,8	24.631	2.310
Bank of America	Aeronave	15/04/11	6,61%	8,0	82.342	6.015
Ford Motor Credit CO.	Veículos	31/12/13	15,93%	0,5	156	134
Diversos arrendadores	Equipamento Informática	16/06/12	Prazo Fixo	2,0	624	707
Diversos arrendadores	Imóvel	26/05/07	Prazo Fixo	3,7	104.672	22.765
Diversos arrendadores	Máquinas e Equipamentos	08/06/14	Prazo Fixo	11,1	114.412	13.785
Diversos arrendadores	Integrados	22/06/13	Prazo Fixo	5,5	33.021	9.574
Diversos arrendadores	Terreno e Edifícios	05/08/13	Prazo Fixo	11,1	7.879	1.337
Diversos arrendadores	Veículos	08/11/14	Prazo Fixo	4,2	18.736	6.599
	Total moeda estrangeira				**386.473**	**63.226**
	Total moeda nacional e estrangeira				**463.377**	**68.786**

O cronograma de vencimentos do saldo do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

	Controladora 31/12/14 (a valor presente)	Consolidado 31/12/14 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	9.498	9.832
De 1 ano até 5 anos	36.162	37.497
Total moeda nacional	**45.660**	**47.329**
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	1.491	62.900
De 1 ano até 5 anos	2.164	264.133
Mais de 5 anos	-	32.473
Total moeda estrangeira	**3.655**	**359.506**
Total	**49.315**	**406.835**

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

20. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Títulos a pagar investimentos Brasil	3.790	3.790	3.790	3.790
Títulos a pagar - Patrocínios (a)	65.598	31.504	65.598	31.504
Operações de mercado a pagar (b)	376.198	231.927	411.320	241.596
Partes relacionadas (c)	5.441.394	3.887.512	-	-
Outros	-	-	2.757	10
	5.886.980	**4.154.733**	**483.465**	**276.900**
Passivo circulante	**134.125**	**287.474**	**129.895**	**272.486**
Passivo não circulante	**5.752.855**	**3.867.259**	**353.570**	**4.414**

(a) Em 08 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("Seleções").

O contrato permitia divulgar o patrocínio das "Seleções" por meio de exposição e associações várias marcas de titularidade da MARFRIG. Houve rescisão do referido contrato e as partes estão discutindo em juízo os termos da referida rescisão.

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™, FIFA Confederations Cup 2013 e 2014 FIFA World Cup™*. O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: MOY PARK e PEMMICAN, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e sua distribuição;

(b) Na Nota Explicativa nº 32 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de *commodities*. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar;

(c) Na Nota Explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo.

21. INSTRUMENTO MANDATÓRIO CONVERSÍVEL EM AÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Instrumento mandatório conversível em ações	2.150.000	2.500.000	2.150.000	2.500.000
Conversão em ações	-	(350.000)	-	(350.000)
Cancelamento de ações	(450)	-	(450)	-
Gastos com emissão	(41.180)	(36.887)	(41.180)	(36.887)
Amortização dos gastos com emissão	13.100	-	13.100	-
	2.121.470	**2.113.113**	**2.121.470**	**2.113.113**

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Global Foods S.A.", emitiu 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R$ 10, no valor total de R$ 2.500.000. O Instrumento Mandatório foi emitido em 15 de julho de 2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatório está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S.A. A totalidade das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures foram subscritas, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S.A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R$ 21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R$ 24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia, com base na essência da operação (*equity)* e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, manifestou-se a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que fossem reapresentadas as demonstrações contábeis de 2011, comparadas as demonstrações de 2010.

A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatório para rubrica contábil específica no passivo não circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não altera qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não tem efeito sobre o atual endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida, e seus *covenants* financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houveram renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R$ 41.180 em 30/06/2014. Esses gastos também foram reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de "Instrumento Mandatório Conversível em Ações". Por determinação da Companhia este valor passou a ser amortizado mensalmente.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta mil) ações de emissão da Companhia, nos termos do item III.16.11 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Global Foods S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda., em 22 de julho de 2010 e conforme Fato Relevante divulgado em 24 de outubro de 2012.

As ações dessa conversão têm as mesmas características e condições e gozam de todos os direitos e vantagens legais e estatutariamente atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em decorrência da referida conversão de debêntures, houve aumento relevante da participação acionária do acionista BNDESPAR, que passou a deter ações ordinárias que representam 19,63% do Capital Social total da Companhia.

Em 06 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da proposta para realização da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia, em Série Única, no montante total de R$ 2.150.000 (5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia).

Em 22 de janeiro de 2014 os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a referida 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, no montante total de R$ 2.150.000, em série única, com a emissão de 215.000 mil debêntures ao valor unitário de R$ 10 cada uma, corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). Os Juros serão pagos anualmente, nas seguintes datas: 25/01/2015, 25/01/2016; sendo que a última data de pagamento coincide com a Data de Vencimento, em 25/01/2017.

A mencionada 5ª Emissão tinha por destinação, nos limites previstos na respectiva escritura, o resgate total das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia.

A 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, da mesma maneira, é mandatoriamente conversível em ações da Companhia na Data de Vencimento, com preço de conversão equivalente ao menor valor entre: (i) R$ 21,50, anualmente corrigido por uma taxa de juros equivalente a CDI+1%, deduzidos de toda ou qualquer remuneração recebida pelos acionistas (dividendos ou Juros sobre Capital Próprio), ou (ii) o maior valor entre o preço de mercado, este definido na escritura como a média ponderada do preço de mercado da ação MRFG3 das negociações no mercado à vista na BM&FBOVESPA nos 60 (sessenta) pregões que antecedem a data de conversão, e R$ 21,50 (sem ajustes por proventos em dinheiro ou atualização monetária).

Em 17 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado cientificando o mercado sobre o encerramento de sua 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, com a subscrição de 214.955 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10, conforme informações recebidas do Itaú Unibanco S.A., banco mandatário, tendo sido canceladas, pela Companhia, 45 debêntures não subscritas.

Por fim, em 28 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, realizada em 22 de janeiro de 2014, de um total de 215.000 debêntures da 2ª Emissão: a) 214.900 foram utilizadas pelos respectivos debenturistas para integralizar debêntures da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia; e b) 100 debêntures remanescentes foram resgatadas, em sua totalidade, na presente data, o que resultou no cancelamento de todas as 215.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia e o consequente encerramento da referida 2ª Emissão de Debêntures.

22. PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

22.1. Provisões

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas e previdenciárias	32.400	10.557	32.684	10.989
Fiscais	3.531	6.002	3.531	6.002
Cíveis	4.184	9.443	4.233	9.471
	40.115	26.002	40.448	26.462

A seguir está apresentada a movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.557	6.002	9.443	26.002	10.989	6.002	9.471	26.462
Adição	13.106	360	4.946	18.412	13.133	360	4.947	18.440
Reversão	-	(4.299)	-	(4.299)	(155)	(4.299)	-	(4.454)
Reclassificação	8.737	1.468	(10.205)	-	8.717	1.468	(10.185)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32.400	3.531	4.184	40.115	32.684	3.531	4.233	40.448

22.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R$ 32.684. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros. Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

22.1.2. Fiscais

As provisões fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

(i) As provisões fiscais da Companhia, que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, totalizando o valor de R$ 1.741. Ainda, a Companhia provisiona o valor de R$ 1.790 como reserva para riscos não materializados, totalizam as provisões fiscais o valor de R$ 3.531. Referidas contingências referem-se a discussões de ICMS no Estado do Mato Grosso, e decorrem da emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal.

22.1.3. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R$ 4.233.

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

22.2. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas e previdenciárias	123.689	125.151	156.313	144.075
Fiscais	782.183	698.276	838.419	857.473
Cíveis	605	10.126	964	10.254
	906.477	833.553	995.696	1.011.802

22.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros, que individualmente não são relevantes.

22.2.2. Fiscais

A seguir estão apresentadas as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

a) Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de dezembro de 2014 constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R$ 396.826, exigindo:

(i) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R$ 68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização;

(ii) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas controladas no exterior no valor histórico de R$ 37.279, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de Lei (artigo 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de perda possível;

(iii) IRPJ e CSLL - Ausência de adição ao lucro líquido, na determinação do lucro real, e da base de cálculo da CSLL, dos lucros auferidos no exterior por filiais, sucursais, controladas ou coligadas, apurados no ano de 2008, no valor histórico de R$ 38.094. Foi apresentada defesa administrativa. Importante destacar, que não se trata de débito tributário, e sim de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o efeito no ativo diferido é o montante indicado como valor da causa;

(iv) Ausência de adição no lucro real e na BCSLL de Lucros no exterior relativo ao ano calendário de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mutuo ativos com controladas no exterior, no valor histórico de R$ 83.910. Foi apresentada defesa administrativa;

(v) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2008, com homologação parcial das compensações realizadas, em razão do não reconhecimento de parte do crédito foi constituído débito no valor histórico de R$ 24.980, em face de referida glosa foi apresentada manifestação de inconformidade, a fim de que seja reconhecido a totalidade dos créditos da Companhia;

(vi) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2007, cujas glosas de compensações perfazem débito no valor histórico de R$ 8.087, sendo as mesmas decorrentes de suposta utilização de crédito indevido para quitação das estimativas mensais formadoras do saldo negativo;

(vii) A Companhia possui ação de cobrança relativa à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 330. Referida ação aguarda a apreciação de contestação e laudo pericial apresentados pela empresa;

(viii) A Companhia possui auto de infração relativo à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 802, por suposto enquadramento incorreto no que tange a atividade de seus estabelecimentos;

(ix) A empresa MFB possui Auto de Infração no valor de R$ 1.487, referido auto foi lavrado em razão da suposta insuficiência de créditos de PIS/Cofins não-cumulativo mercado interno e externo (1º trimestre/2010 a 2º trimestre/2011), para extinção dos débitos de PIS/Cofins declarados em Dacon. Na impugnação apresentada foi requerido o sobrestamento do julgamento da impugnação até análise final de cada um dos pedidos de ressarcimento, onde restará comprovada a existência de créditos;

(x) A Companhia e sua controlada MFB possuem processos administrativos, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, no valor de R$ 7.144 e R$ 3.495, respectivamente. As empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação;

(xi) A Companhia e suas controladas MFB e Pampeano possuem débitos de tributos federais, cujas cobranças por processo não são de materialidade relevante individualmente, os quais representam em sua totalidade o valor de R$ 122.666;

A Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.996/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS COPA. Foram objeto de referido parcelamento débitos: i) de contribuições previdenciárias, ii) decorrentes de compensação não homologadas e iii) relativos a PIS/Cofins Importação, os quais encontram-se valorados na Nota nº 16 - Impostos, taxas e contribuições. A referida adesão foi materializada com créditos tributários homologados e disponíveis que em 30 de setembro de 2014, estavam devidamente suportados por decisão judicial.

As controladas MFB, MFG e Pampeano, também aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias, as quais encontram-se valoradas na Nota nº 16 - Impostos, taxas e contribuições.

b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2014 constam processos administrativos e judiciais pelo valor total histórico de R$ 441.527, exigindo:

(i) As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, questionamento de creditamento de ICMS na aquisição de gado bovino proveniente de outra unidade da federação, os quais montam o valor histórico de R$ 37.674. Deste montante o valor de R$ 13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade;

(ii) A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R$ 969;

(iii) No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R$ 3.931;

(iv) Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pela filial localizada nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos é de R$ 369.237;

(v) A Companhia possui Execução Fiscal relativa à exigência de ICMS em decorrência de creditamento supostamente indevido - Crédito Presumido do Regime AGREGAR/RS, no valor histórico de R$ 24.993. Em referida execução foi interposto Embargos à Execução demonstrando a legitimidade dos créditos;

(vi) A controlada MFB possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo, lavrado por suposta falta de recolhimento de ICMS-ST na entrada de mercadorias adquiridas junto a Produtores Rurais, entrega de GIA com informações incorretas, suposto creditamento indevido de crédito outorgado em valor superior ao estabelecido na legislação, deixar de proceder estorno de crédito de ICMS decorrente de saídas isentas e falta de recolhimento de ICMS para operações de exportação não realizada dentro do prazo legal, no valor histórico de R$ 4.326;

(vii) A controlada MFB possui também Auto de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelos Estado de Rondônia e Goiás relativas glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para o cálculo do ICMS, não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS o valor da prestação do serviço de transporte, circulação de mercadoria com nota considerada inidônea, não observância do preço mínimo de pauta no Estado e omissão da declaração do ICMS na Declaração Periódica de Apuração - DIP, acarretam em atuação para cobrança do imposto, os quais montam o valor histórico de R$ 328;

(viii) A controlada MFG possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo relativo a falta de pagamento de ICMS, sob a suposta alegação que a empresa deixou de lançar em campo específico da GIA valor do imposto com diferencial de alíquota referente a aquisição interestadual de material de uso e consumo, escrituração indevida de crédito de ICMS, o qual monta o valor histórico de R$ 57;

(ix) A controlada Pampeano possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS, sob a suposta emissão de nota fiscal sem destaque de ICMS na saída de mercadorias daquele Estado, o qual monta o valor histórico de R$ 12.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui Auto de infração que visa a cobrança de ISSQN, em razão de suposta retenção e não recolhimento de referido crédito tributário incidente sobre a prestação de serviços tomados nos períodos de 10/2005, 04, 06, 10 e 12/2006, 04, 08, 09 e 10/2007, 01 e 04/2008, 04, 09 e 12/2009, 04 e 06/2010, referido auto monta o valor histórico de R$ 66.

22.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que individualmente não são relevantes.

22.3. Informações Adicionais Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro, a Companhia baseada na opinião da Administração e de seus assessores legais classificou o montante de R$ 225.772 como de Risco Remoto, não fazendo parte do saldo informado na Nota 22.2 - Passivo Contingente - Fiscais.

(i) Contribuições destinadas a Seguridade Social ao FUNRURAL três autos de infração, o primeiro referente ao ano de 2006 e 2007, o segundo referente ao ano de 2008 e o terceiro referente aos anos de 2009 e 2010, no valor, no valor histórico de R$ 225.772, em todos os autos foram apresentadas defesas administrativas alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72;

(ii) Referente aos processos administrativos e judicias federais considerados como de risco remoto, conforme anteriormente descritos na Nota 22.3 do período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas MFB e MFG aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias e à exigência de PIS/Cofins Importação, as quais encontram-se valoradas na Nota nº 16 - Impostos, taxas e contribuições.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto de Renda	70.438	75.065	606.676	615.680
Contribuição Social	25.357	27.022	29.082	31.177
	95.795	102.087	635.758	646.857

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a Deliberação CVM 583/09 (CPC 27 - ativo imobilizado) e a Deliberação CVM 619/09 (ICPC 10), que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).

Está apresentado a seguir a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo em 31 de dezembro de 2013	75.065	27.022	615.680	31.177
Realização de reserva de reavaliação	(1.654)	(595)	(2.338)	(841)
Realização do *deemed cost*	(2.973)	(1.070)	(35.351)	(1.254)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	30.149	-
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	4.055	-
Outros	-	-	(58.280)	-
Ganho/perda na conversão	-	-	52.761	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70.438	25.357	606.676	29.082

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R$ 1.050.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria. Com base na Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores imobiliários), a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos (R$ 108.210), através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 milhões ações de emissão da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 21.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o Capital Social poderá ser composto, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630 milhões de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo nº 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na Nota Explicativa nº 28.5.

24.2. Reservas de Lucros

24.2.1. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício de 2014 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2014 permaneceu em R$ 44.476 (o mesmo valor de 2013).

24.2.2. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não há programa de recompra de ações em aberto e a Marfrig não adquiriu nenhuma ação.

Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, a Marfrig mantinha 389.729 (trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,07% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R$ 3.685, o que corresponde ao custo médio por ação de R$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no período:

	Saldo em tesouraria	
	Quantidade de ações	Valor (R$ mil)
Saldo em 31/12/2013	461.223	4.361
(-) Alienação - Plano de Opções	(71.494)	(676)
Saldo em 31/12/2014	389.729	3.685

24.3. Outros resultados abrangentes

24.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta conta são reconhecidos os efeitos das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foi reconhecido os efeitos de adoção do "*deemed cost".*

24.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Nesta conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.4. Dividendos a pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2014.

24.5. Juros sobre o capital próprio

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

24.6. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiarias da Companhia.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.185.047	2.672.318	16.065.396	14.631.255
Vendas no mercado externo	2.632.230	2.125.594	5.710.391	4.689.523
	5.817.277	**4.797.912**	**21.775.787**	**19.320.778**
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(116.619)	(28.759)	(263.656)	(187.954)
Devoluções e abatimentos	(214.222)	(142.272)	(438.809)	(380.448)
	(330.841)	**(171.031)**	**(702.465)**	**(568.402)**
Receita operacional líquida	**5.486.436**	**4.626.881**	**21.073.322**	**18.752.376**

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Custos das vendas				
Custos dos estoques	4.292.406	3.299.732	15.781.536	14.053.926
Depreciação	75.704	70.872	368.303	338.099
Amortização	7.924	2.268	176.551	140.568
Salários e benefícios a empregados	247.988	214.569	2.081.762	1.910.109
	4.624.022	**3.587.441**	**18.408.152**	**16.442.702**
Despesas administrativas				
Depreciação	14.133	2.792	24.017	13.672
Amortização	-	-	1.499	1.114
Salários e benefícios a empregados	62.871	69.537	291.536	292.280
Outros	(16.550)	65.007	212.096	256.458
	60.454	**137.336**	**529.148**	**563.524**
Despesas comerciais				
Depreciação	339	581	577	810
Salários e benefícios a empregados	28.480	21.165	109.422	86.745
Outros	344.105	270.105	825.352	717.748
	372.924	**291.851**	**935.351**	**805.303**

27. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita Financeira				
Resultado financeiro com operações de mercado	55.676	21.657	173.113	178.788
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	16.557	30.391	98.378	179.433
Descontos Obtidos, outros	5.405	5.054	23.210	6.734
Total receita financeira	**77.638**	**57.102**	**294.701**	**364.955**
Variação cambial ativa	**546.359**	**583.377**	**781.107**	**778.261**
Despesa Financeira				
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(787.283)	(932.890)	(1.173.805)	(1.271.960)
Operações de mercado	(233.806)	(254.328)	(288.110)	(301.607)
Despesas Bancárias, Comissões, Tarifas, Descontos Financeiros e outros	(272.946)	(127.963)	(508.778)	(232.456)
Total despesa financeira	**(1.294.035)**	**(1.315.181)**	**(1.970.693)**	**(1.806.023)**
Variação cambial passiva	**(934.472)**	**(1.081.820)**	**(1.231.879)**	**(1.368.187)**
Resultado financeiro líquido	**(1.604.510)**	**(1.756.522)**	**(2.126.764)**	**(2.030.994)**

28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e *stock option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

28.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e variável.

Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em *stock option*.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

28.2. Diretores Estatutários

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (*stock option*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("v*esting*") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

28.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual, pago de forma mensal e não há remuneração variável.

28.4. Remuneração Consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de seis membros do Conselho de Administração (os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

	31/12/14	31/12/13
Benefícios de curto prazo	23.874	18.412
Remuneração baseada em ações	917	-
Total	**24.791**	**18.412**

28.5. Plano de Opção de Compra de Ações - *STOCK OPTION PLAN*

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável. As diretrizes gerais do plano os quais estão divulgados detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, descontos nos preços de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"). Programas Específicos foram criados em que o preço de exercício da Opção de Compra é equivalente ao valor médio das ações apurado nos últimos 20 (vinte) pregões na BM&FBOVESPA S.A. anteriores à data base do primeiro dia útil de março de cada ano, sendo aplicado sobre este valor médio apurado desconto de 50%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram transferidas 71.494 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do período é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Total de opções exercidas por mês	
	Quantidade de ações exercidas	Preço Médio de Mercado (1) (R$ por ação)
Janeiro/14	-	4,39
Fevereiro/14	-	3,90
Março/14	-	4,03
Abril/14	-	4,36
Maio/14	-	4,80
Junho/14	75	5,77
Julho/14	1.967	6,34
Agosto/14	28.808	6,69
Setembro/14	9.222	6,97
Outubro/14	9.567	6,22
Novembro/14	3.595	6,01
Dezembro/14	18.260	5,71
Opções Exercidas - 2014	**71.494**	

(1) Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada	2014	2013
(Opções)		
Saldo inicial	**1.493.501**	**764.267**
Opções outorgadas	2.499.640	1.351.733
Opções exercidas	(71.494)	(229.481)
Opções canceladas e vencidas	(516.478)	(393.018)
Saldo final	**3.405.169**	**1.493.501**

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("*vesting*") é de 0,65% do total de ações em 31/12/2014, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição	Plano ESP V LP 10-11	Plano ESP VI LP 11-12	Plano ESP VII LP 12-13	Plano ESP VIII LP 13-14	Total
Data de concessão	20/04/11	24/04/12	05/04/13	30/04/14	
Contratos em aberto	142.495	500.894	262.140	2.499.640	**3.405.169**
Ações em tesouraria					**389.729**
Total de ações exceto ações em tesouraria					**520.357.676**
Percentual de diluição	**0,03%**	**0,10%**	**0,05%**	**0,48%**	**0,65%**

Em 31/12/2014, o valor justo das opções estava registrado no patrimônio líquido da Marfrig ao montante de R$ 3.685 (em 31/12/2013, o valor era R$ 4.361). A Companhia não reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31/12/2014, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções (R$ mil)	2014	2013
Valor Recebido pela venda de ações - Opções exercidas	350,7	902,2
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(675,9)	(2.169,5)
Efeito na alienação das ações	**(325,2)**	**(1.267,3)**

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

- **Desvio Padrão:** 56,57%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/10/2014 a 31/12/2014;
- **Taxa de juros livre de risco:** 5,0% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

O valor justo das opções em 31/12/2014 se estabeleceu entre o mínimo de R$ 0,27 e o máximo de R$ 4,57 por ação para os planos ESPECIAIS.

A composição das opções outorgadas é demonstrada a seguir:

Planos	Data de Concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/ vencidas no período	Opções exercidas/ canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção	Valor da opção no período (*Black Scholes*) em R$
Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores				**1.654.617**	**2.430.604**	**-**	**27.650**	**2.430.604**	**-**		
ESP IV LP 09-10	01/07/10	03/03/14	02/09/14	80.000	80.000	-	80.000	-	-	R$ 11,0261	n/a
				80.000	**80.000**	**-**	**80.000**	**-**	**-**		
ESP V LP 10-11	20/04/11	03/03/14	02/09/14	142.770	142.770	1.625	140.870	275	-	R$ 7,0251	n/a
ESP V LP 10-11	20/04/11	03/03/15	02/09/15	142.770	-	-	-	275	142.495	R$ 7,0251	R$ 0,4346
				285.540	**142.770**	**1.625**	**140.870**	**550**	**142.495**		
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/14	02/09/14	250.447	250.447	44.420	206.027	-	-	R$ 4,7680	n/a
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/15	02/09/15	250.447	-	-	-	-	250.447	R$ 4,7680	R$ 0,6298
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/16	02/09/16	250.447	-	-	-	-	250.447	R$ 4,7680	R$ 1,0205
				751.341	**250.447**	**44.420**	**206.027**	**-**	**500.894**		
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/14	02/09/14	87.380	87.380	25.449	61.931	-	-	R$ 5,0083	n/a
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/15	02/09/15	87.380	-	-	-	-	87.380	R$ 5,0083	R$ 0,5466
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/16	02/09/16	87.380	-	-	-	-	87.380	R$ 5,0083	R$ 0,9378
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/17	02/09/17	87.380	-	-	-	-	87.380	R$ 5,0083	R$ 1,2435
				349.520	**87.380**	**25.449**	**61.931**	**-**	**262.140**		
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/15	02/09/15	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 3,8877
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/16	02/09/16	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 3,9885
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/17	02/09/17	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 4,0966
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/18	02/09/18	624.910	-	-	-	-	624.910	R$ 1,9470	R$ 4,2044
				2.499.640	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.499.640**		
Total em		**31/12/14**		**5.620.658**	**2.991.201**	**71.494**	**516.478**	**2.431.154**	**3.405.169**		

Planos	Data de concessão	Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período (R$ mil)	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período (R$ mil)	Efeitos no resultado do período em caso de contabilização (R$ mil)
ESP IV LP 09-10	01/07/10	n/a	n/a	-
		-	**-**	**-**
ESP V LP 10-11	20/04/11	n/a	n/a	-
ESP V LP 10-11	20/04/11	38,3	-	346,1
		38,3	**-**	**346,1**
ESP VI LP 11-12	24/04/12	n/a	n/a	-
ESP VI LP 11-12	24/04/12	365,4	-	1.173,6
ESP VI LP 11-12	24/04/12	557,3	-	1.173,6
		922,7	**-**	**2.347,2**
ESP VII LP 12-13	05/04/13	n/a	n/a	-
ESP VII LP 12-13	05/04/13	110,7	-	388,5
ESP VII LP 12-13	05/04/13	183,3	-	388,5
ESP VII LP 12-13	05/04/13	229,1	-	388,5
		523,1	**-**	**1.165,4**
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.605,5	-	4.691,2
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.676,2	-	4.691,2
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.767,3	-	4.691,2
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	2.859,0	-	4.691,2
		10.908,1	**-**	**18.765**
Total em	**31/12/14**	**12.392**	**-**	**22.623**

29. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	31/12/14	31/12/13
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações continuadas	(739.472)	(815.768)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	-	(97.825)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(739.472)	(913.593)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	520.747.405	520.747.405
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria, incluindo o efeito de *Stock Option* (em unidades)	(443.185)	(461.396)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	520.304.220	520.286.009
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações continuadas	**(1,4212)**	**(1,5679)**
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações descontinuadas	**-**	**(0,1880)**
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	**(1,4212)**	**(1,7559)**

A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em três principais segmentos:

- *Marfrig Beef* - Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro com forte atuação no segmento de *food service*, além de uma significativa presença no mercado externo. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento diferencial estratégico do Uruguai, Argentina, Chile, duas tradings localizadas na Europa e Peru e uma processadora de *beef jerkey* nos Estados Unidos, com acesso aos principais mercados consumidores do mundo;

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

- *Keystone* - Empresa global focada na produção e no desenvolvimento de alimentos multiproteína para o atendimento das grandes redes mundiais de restaurantes, com forte presença na Ásia e nos Estados Unidos;
- *Moy Park* - Segundo maior sistema integrado de produção de alimentos industrializados à base de carne de aves do Reino Unido. Com forte atuação em toda a Europa e nos canais *food service* e varejo, a Moy Park produz e distribui alimentos industrializados e processados à base de carne de frango, peru, bovina e suína e também produtos à base de vegetais e pães, como hambúrgueres, *snacks* vegetarianos e *donuts*.

A plataforma global do grupo está presente em 4 continentes, com 78 plantas e escritórios na América, Ásia, Europa e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 140 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Está apresentado a seguir o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

	31/12/14					31/12/13				
	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Total	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Total
Ativo										
Circulante	5.475.710	570.315	1.115.670	1.206.822	8.368.517	5.251.103	283.467	899.984	1.059.176	7.493.730
Realizável a longo prazo	3.236.996	254.204	839	179.946	3.671.985	2.403.760	372	18.670	176.738	2.599.540
Investimentos	170	-	-	36.764	36.934	172	-	-	54.602	54.774
Imobilizado	2.889.923	-	1.096.393	975.307	4.961.623	2.781.072	-	941.716	1.031.964	4.754.752
Ativos biológicos	-	-	101.543	40.597	142.140	242	-	79.568	33.673	113.483
Intangível	816.739	-	1.034.137	1.153.833	3.004.709	797.842	-	979.377	1.034.066	2.811.285
	12.419.538	**824.519**	**3.348.582**	**3.593.269**	**20.185.908**	**11.234.191**	**283.839**	**2.919.315**	**3.390.219**	**17.827.564**
Passivo Circulante	2.737.736	43.204	1.026.668	854.857	4.662.465	1.952.921	97.118	854.820	783.707	3.688.566
Não circulante	6.383.363	4.386.845	1.135.052	1.546.458	13.451.718	4.964.387	3.912.060	364.793	1.778.736	11.019.976
	9.121.099	**4.430.049**	**2.161.720**	**2.401.315**	**18.114.183**	**6.917.308**	**4.009.178**	**1.219.613**	**2.562.443**	**14.708.542**

	31/12/14					31/12/13					
	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Total	Marfrig Beef	Holding BV	Moy Park	Keystone	Operação Descontinuada	Total
Receita líquida	9.670.521	-	5.374.431	6.028.370	21.073.322	8.657.243	-	4.181.285	5.913.848	-	18.752.376
CPV	(8.042.209)	-	(4.761.990)	(5.603.953)	(18.408.152)	(7.180.471)	-	(3.739.036)	(5.523.195)	-	(16.442.702)
Resultado com equivalência patrimonial	-	-	-	(17.795)	(17.795)	-	-	-	(9.109)	-	(9.109)
Resultado financeiro	(1.610.796)	(421.118)	(45.775)	(49.075)	(2.126.764)	(1.769.304)	(238.895)	(10.383)	(12.412)	-	(2.030.994)
Imposto de renda e contribuição social	386.941	(824)	(12.353)	(51.746)	322.018	413.048	-	(20.939)	(30.779)	-	361.330
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(544.967)	(440.117)	115.095	130.517	(739.472)	(737.816)	(259.914)	75.649	106.313	-	(815.768)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	-	-	-	-	-	546.426	-	-	-	(644.251)	(97.825)
Resultado interesses minoritários - operação continuada	1.277	-	-	17.902	19.179	(7)	-	(44)	12.909	-	12.858
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	-	-	438	-	-	-	3.209	3.647

(i) A presente demonstração por segmento expressa a estrutura fiduciária da Companhia;

(ii) A Companhia entende que, Marfrig Holding (Europe) BV, com atividade de captação de recursos financeiros e com participação acionária em outras subsidiárias do Grupo, deve ser segregada dessas informações para melhor demonstrar os segmentos de negócio, Moy Park e Keystone.

31. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A seguir, está apresentado o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Edificações e instalações frigoríficas	2.270.800	2.074.148	8.293.987	7.604.816
Estoques e lucros cessantes	129.700	299.037	3.541.264	2.516.968
Armazém de terceiros	13.700	159.974	24.410	194.047
Veículos	17.826	17.951	30.850	30.821
Transporte de mercadorias	53.124	51.852	788.650	1.573.053
Garantia de diretores	79.686	70.278	145.581	124.390
Responsabilidade civil	20.000	10.000	521.081	473.647
Outros	352.813	426.590	408.572	454.240
	2.937.649	**3.109.830**	**13.754.395**	**12.971.982**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

32.1. Contexto Geral

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

Em reunião datada de 23 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre 0,5% a 12% do patrimônio líquido da Companhia, tomando sempre por base as últimas informações contábeis divulgadas ao mercado. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

32.2. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

				Controladora
	Ativos financeiros e recebíveis		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Caixa e equivalentes de caixa	367.049	41.982	20.779	411
Aplicações financeiras	79.762	77.904	375.827	60.312
Valores a receber - clientes	272.936	726.701	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	14.376	39.392
Partes relacionadas	2.521.877	2.559.273	-	-
Ativos financeiros totais	**3.241.624**	**3.405.860**	**410.982**	**100.115**
	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Fornecedores	477.679	295.751	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.182.075	2.022.716	-	-
Arrendamento financeiro	4.119	3.653	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	376.198	231.927
Títulos a pagar - investimentos Brasil	3.790	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	65.598	31.505	-	-
Juros sobre debêntures	232.960	96.362	-	-
Partes relacionadas	5.441.395	3.887.512	-	-
Passivos financeiros totais	**8.407.616**	**6.341.289**	**376.198**	**231.927**

				Consolidado
	Ativos financeiros e recebíveis		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Caixa e equivalentes de caixa	1.023.213	626.693	68.472	144.561
Aplicações financeiras	625.989	939.541	942.093	101.771
Valores a receber - clientes	1.618.760	1.951.462	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	275.261	174.834
Ativos financeiros totais	**3.267.962**	**3.517.696**	**1.285.826**	**421.166**
	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Fornecedores	2.028.303	1.596.091	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.870.343	8.913.492	-	-
Arrendamento financeiro	139.974	152.759	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	411.320	241.596
Títulos a pagar - investimentos Brasil	3.790	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	65.598	31.505	-	-
Juros sobre debêntures	190.582	26.272	-	-
Passivos financeiros totais	**13.298.590**	**10.723.909**	**411.320**	**241.596**

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.1.4.

32.3. Comparação do Valor de Mercado e dos Respectivos Valores Justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

				Consolidado
	31/12/14		31/12/13	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.091.685	1.091.685	771.254	771.254
Aplicações Financeiras	1.568.082	1.568.082	1.041.312	1.041.312
Valores a receber - clientes	1.618.760	1.618.760	1.951.462	1.951.462
Títulos a receber - derivativos	275.261	275.261	174.834	174.834
Fornecedores	2.028.303	2.028.303	1.596.091	1.596.091
Empréstimos e financiamentos	10.870.343	10.870.343	8.913.492	8.913.492
Arrendamento financeiro	139.974	139.974	152.759	152.759
Derivativos a pagar	411.320	411.320	241.596	241.596
Juros sobre debêntures	190.582	190.582	26.272	26.272

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

32.4. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

A posição de instrumentos financeiros derivativos do Grupo Marfrig está composta da seguinte forma:

								Consolidado
Instrumento	**Objeto de proteção**	**Registro**	**Vencimento**	**Ativo**	**Passivo**	**Notional USD**	**Notional R$**	**MTM R$**
Operações designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	62.000	164.684	(3.066)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	92.000	244.370	(1.746)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	351.947	(473)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	498.038	(14.104)
Operações não designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2015	CDI	USD	11.351	25.000	(4.977)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	3.750	9.961	(47)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	40.866	(6.672)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	288.547	570.000	(241.659)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	288.547	570.000	239.699
Swap	Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	79.769	129.920	(99.964)
								(133.009)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	BRL	USD	20.000	53.124	(3.635)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	UYU	USD	7.000	18.593	(167)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	USD	CLP	12.940	34.371	(422)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	AUD	USD	9.483	25.189	1.833
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	USD	MYR	25.076	66.607	(1.732)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	MYR	USD	41.478	110.174	2.242
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	USD	KRW	21.955	58.317	(2.231)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	THB	USD	28.844	76.615	(377)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	THB	GBP	5.092	13.525	932
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	THB	JPY	425	1.129	37
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	MYR	THB	287	762	(8)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2015	SGD	MYR	13.707	36.409	114
								(3.414)
Futuro	Combustível	CBOT	2015	USD	USD	223	592	159
Futuro	Farelo Soja	CBOT	2015	USD	USD	869	2.308	163
Opções	Farelo Soja	CBOT	2015	USD	USD	136	361	(3)
Futuro	Milho	CBOT	2015	USD	USD	993	2.636	289
Opções	Milho	CBOT	2015	USD	USD	7.158	19.013	(190)
Opções	Boi gordo	BM&F	2015	R$	R$	884	2.348	3
Futuro	Milho	BM&F	2015	R$	R$	253	673	(16)
Futuro	Boi gordo	BM&F	2015	R$	R$	2.670	7.092	(41)
								364
								(136.059)

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/14	**31/12/13**
Títulos a receber - derivativos (Nota 10)	275.261	174.834
Títulos a pagar - derivativos (Nota 20)	(411.320)	(241.596)
Total líquido	**(136.059)**	**(66.762)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o resultado financeiro líquido consolidado com operações de mercado totalizou uma perda de R$ 114.997, sendo R$ 288.110 relativos às despesas e R$ 173.113 relativos às receitas.

32.4.1. Instrumentos Financeiros Derivativos objetos de *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa

Em Novembro de 2013, o grupo Marfrig adotou políticas de *Hedge Accounting* para Instrumentos Financeiros expostos a variabilidade de fluxo de caixa. Dessa forma, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido classificado como "outros resultados abrangentes". Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A documentação das operações designadas como *Hedge Accounting* evidencia o controle de efetividade e a operação, contemplado:

- Objeto do *hedge*;
- Instrumento Financeiro;
- Estratégia da gestão de risco a ser coberto;
- Eficácia do Instrumento de *hedge* confiavelmente medida;
- Avaliação do *hedge* sobre base contínua durante toda a vigência do contrato.

A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*. Portanto, todos os derivativos designados como *Hedge Accounting* são efetivos, altamente prováveis e neutraliza exposição a variações no fluxo de caixa que poderiam afetar o resultado.

A eficácia das operações é controlada, periodicamente, de forma confiável e documentada durante toda a vigência do contrato através da correlação estatística entre o valor justo ou os fluxos de caixa da posição coberta e os do instrumento de *hedge* ou pela comparação das alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa da posição coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto com as alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*:

								Consolidado
							Ganho/Perda	
Instrumento	**Ativo (Objeto Protegido)**	**Passivo (Risco Contratado)**	**Vencimentos**	**Notional USD**	**Notional R$**	**Saldo (MTM) R$**	**Patrimônio**	**Resultado**
Swap	Libor	USD	2015	62.000	164.684	(3.066)	(3.066)	-
Swap	Libor	USD	2016	92.000	244.370	(1.746)	(1.746)	-
Swap	Libor	USD	2018	132.500	351.947	(473)	(481)	8
Swap	Libor	USD	2019	187.500	498.038	(14.104)	(13.480)	(624)
						(19.389)	**(18.773)**	**(616)**

32.5. Risco de Mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

32.5.1. Administração de risco de preços de *Commodities*

Em suas atividades a Companhia e suas controladas efetivam a compra de certas *commodities* como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

No intuito de diminuir o impacto das *commodities*, a Companhia e suas controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

A controladora e as suas controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, na bolsa CBOT - *Chicago Board of Trade*.

A seguir, está apresentada a posição dos derivativos relacionados ao risco de *commodities*:

							Consolidado
Registro	**Instrumento**	**Contrato Futuro**	**Vencimento**	**Notional USD**	**Notional R$**	**MTM R$**	**Resultado em 31/12/2014**
CBOT	Futuro	Combustível	2015	223	592	159	159
CBOT	Futuro	Farelo Soja	2015	869	2.308	163	(3)
CBOT	Opções	Farelo Soja	2015	136	361	(3)	(3)
CBOT	Futuro	Milho	2015	993	2.636	289	130
CBOT	Opções	Milho	2015	7.158	19.013	(190)	(190)
BM&F	Opções	Boi gordo	2015	884	2.348	3	3
BM&F	Futuro	Milho	2015	253	673	(16)	(16)
BM&F	Futuro	Boi gordo	2015	2.670	7.092	(40)	(40)
				13.186	**35.023**	**365**	**40**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

32.5.1.1. Análise de sensibilidade de risco de preços de *Commodities*

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2014, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 dezembro de 2014 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de *commodities* são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2014.

Em relação ao risco de preço de *commodities*, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
366	366	195	195	28	28

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Farelo Soja

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
160	160	119	119	78	78

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Combustível

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
159	159	119	119	79	79

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Milho

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
84	84	7	7	(69)	(69)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Gado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(37)	(37)	(50)	(50)	(60)	(60)

32.5.2. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Exposição à taxa CDI:		
NCE (R$)/Capital de giro (R$)	1.521.548	548.353
(-) CDB-DI (R$)	(185.664)	(786)
Subtotal	**1.335.884**	**547.567**
Exposição à taxa LIBOR:		
Pré-pagamento (US$)	84.213	891.726
Capital de giro (US$)	-	2.266
Financiamento parque industrial (US$)/Linha de crédito Rotativo (US$)	556.781	806.528
Subtotal	**640.994**	**1.700.520**
Exposição à taxa TJLP:		
FINAME/FINEM/FINEP	38.577	51.154
Subtotal	**38.577**	**51.154**
Total	**2.015.455**	**2.299.241**

A Companhia contratou operações de "*swap*", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

						Consolidado	
						31/12/14	31/12/13
Instrumento	Registro	Ativo	Passivo	Nocional US$	Nocional R$	MTM	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	CDI	USD	91.120	154.920	(104.941)	-
Swap Taxa Juros	CETIP	LIBOR	USD	173.135	459.881	(11.531)	10.467
Swap Taxa Juros	Balcão	LIBOR	USD	320.000	849.984	(14.577)	(2.924)
Swap Taxa Juros	CETIP	R$	USD	288.547	570.000	(241.659)	(224.967)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R$	288.547	570.000	239.699	144.051
				1.161.349	**2.604.785**	**(133.009)**	**(73.373)**

							Consolidado
							31/12/14
Instrumento	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	Nocional US$	Nocional R$	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	62.000	164.684	(3.066)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	92.000	244.370	(1.746)
Swap Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	351.947	(473)
Swap Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	498.038	(14.104)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	CDI	USD	11.351	25.000	(4.977)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	LIBOR	USD	3.750	9.961	(47)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	40.866	(6.672)
Swap Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	288.547	570.000	(241.659)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	288.547	570.000	239.699
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	79.769	129.920	(99.964)
					1.161.349	**2.604.786**	**(133.009)**

32.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2014, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2014 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(133.009)	(133.009)	(136.718)	(136.718)	(141.478)	(141.478)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros CDI x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(104.941)	(104.941)	(105.974)	(105.974)	(107.021)	(107.021)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Libor x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(26.108)	(26.108)	(28.784)	(28.784)	(32.497)	(32.497)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros R$ x USD/USD x R$

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(1.960)	(1.960)	(1.960)	(1.960)	(1.960)	(1.960)

32.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 81% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "*hedge*" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/14	31/12/13	2014
Operacional			
Contas a receber	613.202	677.915	6.836
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(60.937)
Importações a pagar	(19.536)	(49.041)	(13.260)
Subtotal	**146.646**	**344.482**	**(67.361)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(908.536)	(1.116.703)	(345.643)
Títulos a pagar	-	(121.519)	-
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	311.906	84.144	24.891
Subtotal	**(596.630)**	**(1.154.078)**	**(320.752)**
Total	**(449.984)**	**(809.596)**	**(388.113)**
Variação cambial ativa			546.359
Variação cambial passiva			(934.472)
Variação cambial liquida			**(388.113)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/14	31/12/13	2014
Operacional			
Contas a receber	1.152.249	1.179.696	32.605
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(447.020)	(284.392)	(60.937)
Importações a pagar	(128.322)	(82.605)	(34.001)
Outros	(33.559)	(14.357)	20.239
Subtotal	**543.348**	**798.342**	**(42.094)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(10.135.985)	(8.540.407)	(345.492)
Títulos a pagar	-	(191.861)	(1.645)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	538.365	737.530	(59.114)
Outros	(104.752)	(208.223)	(2.427)
Subtotal	**(9.702.372)**	**(8.202.961)**	**(408.678)**
Total	**(9.159.024)**	**(7.404.619)**	**(450.772)**
Variação cambial ativa			781.107
Variação cambial passiva			(1.231.879)
Variação cambial liquida			**(450.772)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2014 a Companhia contratou NDF e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota 32.4, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

32.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2014, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2014 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2014, onde o valor de referência era de R$/US$ 2,6562.

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

	Cenário de stress - exposição cambial de balanço		
31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(388.113)	(62.205)	(124.411)
Controladas	(62.659)	(2.168.239)	(4.336.479)
	(450.772)	**(2.230.444)**	**(4.460.890)**

32.6. Risco de Liquidez e Gestão de Capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	2.658.797	1.811.536
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	1.470.237	1.096.970
Juros sobre debentures	190.582	26.272
Indicador de Liquidez modificado	1,60	1,61

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre *EBITDA* (LTM) em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

	31/12/14
Dívida bruta Consolidada	11.060.925
(-) Disponibilidade Consolidada	2.658.797
Dívida líquida Consolidada	8.402.128
(-) Efeito de variação cambial (*carve-out* (1))	2.638.243
Dívida líquida Consolidada Ajustada	5.763.885
EBITDA (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	1.686.847
Indicador de alavancagem	3,42x

(1) Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem;

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

						Consolidado
31 de dezembro de 2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Após**	**Total**
Fornecedores	1.596.091	-	-	-	-	1.596.091
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.096.970	685.091	581.983	1.577.844	4.971.604	8.913.492
Juros sobre debêntures	26.272	-	-	-	-	26.272
Passivos financeiros derivativos	13.965	830	3.246	123.972	99.583	241.596
Total	**2.733.298**	**685.921**	**585.229**	**1.701.816**	**5.071.187**	**10.777.451**
31 de dezembro de 2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**Após**	**Total**
Fornecedores	2.028.303	-	-	-	-	2.028.303
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.470.237	714.354	659.247	2.526.727	5.499.778	10.870.343
Juros sobre debêntures	190.582	-	-	-	-	190.582
Passivos financeiros derivativos	16.911	8.418	271.450	100.437	14.104	411.320
Total	**3.706.033**	**722.772**	**930.697**	**2.627.164**	**5.513.882**	**13.500.548**

32.7. Risco de Crédito

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu *rating*;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na Nota Explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	387.828	42.393	1.091.685	771.254
Aplicações Financeiras	455.589	138.216	1.568.082	1.041.312
Valores a receber - clientes nacionais	195.800	348.081	941.277	1.075.602
Valores a receber - clientes internacionais	77.136	378.620	677.483	875.860
Outros valores a receber	9.491	16.387	109.484	108.787
Total	**1.125.844**	**923.697**	**4.388.011**	**3.872.815**

32.8. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da *Bloomberg*, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociação	-	942.093	-
Títulos a receber - derivativos	614	274.647	-
Passivos não circulantes			
Títulos a pagar - derivativos	(249)	(411.071)	-
Total	**365**	**805.669**	**-**

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
Tributo	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(1.148.944)	(1.206.104)	(1.042.311)	(1.164.240)
Adições				
Adições do IRPJ	617.093	698.102	706.248	1.079.109
Adições do CSLL	617.093	698.102	736.058	962.822
(-) Exclusões				
(-) Exclusões do IRPJ	(1.113.599)	(651.644)	(1.148.625)	(726.397)
(-) Exclusões do CSLL	(1.113.599)	(651.644)	(1.162.204)	(724.429)
Base de cálculo				
Base de cálculo do imposto de renda	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.484.688)	(811.528)
Base de cálculo da contribuição social	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.468.457)	(925.847)
Empresas com prejuízo fiscal	-	-	(79.447)	66.193
Empresas com base negativa	-	-	(31.996)	(25.768)
Base de cálculo ajustada IRPJ	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.564.135)	(745.335)
Base de cálculo ajustada CSLL	(1.645.450)	(1.159.646)	(1.500.453)	(951.615)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(6.435)	-	(6.918)	2.654
(-) Compensação de base negativa de CSLL	(6.435)	-	(7.003)	8.418
Base de cálculo após compensação				
Base de cálculo após compensação IRPJ	(1.651.885)	(1.159.646)	(1.571.053)	(742.681)
Base de cálculo após compensação CSLL	(1.651.885)	(1.159.646)	(1.507.456)	(943.197)
Imposto de renda (15%)	-	(181.910)	(60.535)	(68.587)
Adicional (10%)	-	-	15.989	21.403
(-) PAT	-	-	(951)	(1.266)
Imposto de renda total	-	(181.910)	(45.497)	(48.450)
Contribuição social (9%)	-	(65.487)	14.442	2.345
	-	(247.397)	(31.055)	(46.105)
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior	-	-	131.779	66.304
Total de tributos	-	(247.397)	100.724	20.199
Efeito na Demonstração de Resultados - Tributos Correntes (2)	-	(247.397)	100.724	20.199

		Controladora		Consolidado	
Tributo	**Grupo**	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante (2)	-	181.910	(86.500)	(19.992)
Imposto recolhido no exterior	Passivo circulante	-	-	(7.760)	-
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	296.456	100.444	312.829	273.486
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	4.626	4.658	3.485	13.976
Líquido	**Resultado**	**301.082**	**287.012**	**222.054**	**267.470**
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante (2)	-	65.487	(14.225)	(207)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	106.724	36.160	112.093	83.744
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	1.666	1.677	2.096	10.323
Líquido	**Resultado**	**108.390**	**103.324**	**99.964**	**93.860**

(1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (estimativas) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal/base negativa de CSLL, os quais estão demonstrados nas Notas Explicativas nºs 11 e 23.

(2) Corresponde ao Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados sobre os resultados correntes gerados no exercício e efetivamente pagos/compensados durante o ano e/ou a serem pagos/compensados em anos subsequentes.

34. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa da Marfrig Global Foods e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

O fomento a atividades sustentáveis e o engajamento de toda sua cadeia de suprimentos é parte fundamental para o sucesso da estratégia. Esse esforço fez com que a Marfrig Global Foods fosse classificada como Líder do Setor de Alimentos Embalados e Carnes pelo seu compromisso com as melhores práticas em gestão de riscos ambientais no Relatório Anual 2012 da *Forest Footprint Disclosure* (FFD), considerado o mais completo estudo global do impacto das atividades produtivas sobre as florestas tropicais.

A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, a Companhia enaltece e bonifica produtores conscientes, orientando-os a alcançar as mais modernas certificações de propriedade voltadas à produção de alimentos e ainda premia animais de fazendas com boas práticas agropecuárias e de gestão. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de novos desmatamentos e invasões de terras indígenas em sua cadeia de suprimentos.

Um dos resultados desse esforço foi que, em junho de 2012, a Marfrig Global Foods se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo de produção de carne bovina com a chancela do Imaflora (*Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola*), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo *Rainforest Alliance Certified* (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig Beef (Tangará da Serra - MT; Pampeano - Hulha Negra/RS e Promissão I e II - SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "selo verde da pecuária".

A Companhia também firmou, em 2013, parceira com a *The Nature Conservancy* (TNC), uma das maiores organizações ambientais do mundo, e o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a conservação do bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais.

Em dezembro de 2013, a Marfrig, em parceria com o *Greenpeace*, adotou um Termo de Referência Técnico (TdR) para aperfeiçoar processos de auditoria para avaliação dos compromissos públicos referentes à compra responsável de gado originado no bioma Amazônia. A primeira auditoria no modelo TdR, publicada em março de 2014, atestou boas práticas de sustentabilidade da Marfrig na compra de gado na Amazônia, não foi identificada nenhuma operação de compra de gado que contrariasse os pontos do compromisso público assumido pelas maiores empresas de carnes do Brasil com a organização não-governamental Greenpeace em 2009, conhecido como "Critérios Mínimos para Operações com Gado e Produtos Bovinos em Escala Industrial no Bioma Amazônia".

A Marfrig Global Foods está entre as sete melhores empresas do mundo no que se refere a práticas de bem-estar animal segundo o "*The Business Benchmark on Farm Animal Welfare"* (BBFAW), importante relatório de alcance global sobre o tema, desenvolvido por duas grandes ONGs internacionais: a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA) e a *Compassion in World Farming*. Em 2013, pelo segundo ano consecutivo, a Marfrig Global Foods foi a única empresa de origem brasileira a participar do relatório e alcançou o status "Completo", e a classificação "Integrado ao Negócio".

Para criar oportunidades de desenvolvimento educacional e recreação para crianças, adolescentes, idosos de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos municípios onde estão localizadas as plantas da Companhia, foi criado o Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz. Atualmente, o programa do Instituto oferece atividades de extensão curricular voltadas para educação, esporte, cultura, saúde e alimentação e beneficia cerca de 100 crianças em suas unidades nos municípios de Promissão (SP) e Bataguassu (MS).

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da Marfrig Global Foods e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

35. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 10 de junho de 2013, a Companhia celebrou no dia 07 de junho de 2013 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a: (i) alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Seara Brasil à JBS; e (ii) a alienação pela Companhia de 100% do capital da sociedade que detém o negócio de couro do Grupo Marfrig no Uruguai (Zenda) para JBS, estas operações foram concluídas em 30 de setembro de 2013 e 30 de junho de 2013, respectivamente.

Com a concretização dessas operações e em atendimento a Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são resumidos a seguir:

Resultado das operações descontinuadas

	31/12/2013 (*)
Receita Líquida	6.132.855
Custo dos produtos vendidos	(5.064.323)
Lucro Bruto	1.068.532
Receitas (despesas) operacionais	(1.915.484)
Ganho na alienação de investimentos	820.007
Resultado operacional	(26.945)
Provisão para IR e Contribuição Social	(67.233)
Lucro líquido das operações descontinuadas	**(94.178)**
Participação dos acionistas não-controladores	(3.647)
Lucro operação descontinuada	**(97.825)**

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	31/12/2013 (*)
Provenientes das atividades operacionais	230.817
Utilizado nas atividades de investimento	(207.578)
Utilizado nas atividade de financiamento	(129.831)
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa	3.458
Baixa de caixa das operações descontinuadas	(226.618)
Resultado líquido das operações descontinuadas	**(329.752)**

(*) Contempla as operações da Seara Brasil e Columbus Netherlands B.V.

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

36.1. Medida Provisória nº 627/13 (convertida na Lei nº 12.973/14) e Instrução Normativa RFB nº 1.397/13

Quando da publicação da IN RFB 1.397/13, de 16 se setembro de 2013, e MP 627, de 11 de novembro de 2013, a Companhia considerou salutar realizar um diagnóstico dos eventuais impactos pela aplicação destas legislações.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.973, decretada pelo Congresso Nacional e Sancionada pela Presidenta da República Dilma Rousseff.

Nosso diagnóstico considerou os dispositivos editados e válidos até a data-base de aprovação das informações contábeis.

Juros sobre Capital Próprio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia procedeu à apuração e distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), seguindo as regras do artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Sendo que o valor do patrimônio líquido considerado como base para apuração (do JCP) - já ajustado pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.914/09, mostrou-se inferior ao que seria apurado com base na Lei nº 6.404/76, sem suas alterações posteriores. Dessa forma, a remuneração paga a título de JCP está de acordo com as regras determinadas pela IN RFB nº 1.397/13.

Dividendos

Também nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia remunerou seus acionistas por meio de dividendos. Estes foram deliberados e pagos, dentro do mínimo legal obrigatório (25% do lucro líquido ajustado, conforme artigo 202, § 2º, da Lei nº 6.404/76), e com base no Estatuto Social da Companhia.

A remuneração paga a título de dividendos, com base nos critérios vigentes até 31 de dezembro de 2007, foi inferior a que seria paga, se fosse calculada com base nos critérios contábeis, após as alterações da legislação societária proveniente das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Não havendo, dessa forma, divergência ao que dispõe o artigo 26, parágrafo único, e, exime a aplicação do artigo 28, da IN RFB nº 1.397/13.

Conclusão do diagnóstico

Considerando o exposto acima, tanto os pagamentos a título de dividendos, quanto de JCP, nos referidos anos, não geram impacto fiscal para a Companhia, ainda que a mesma não exerça a opção prevista no artigo 75 da MP 627/13 (convertida na Lei nº 12.973/14). Com base no parágrafo supracitado, a Companhia decidiu por não antecipar a adoção das disposições aprovadas pela Lei nº 12.973 (artigos 1º, 2º e 4º ao 70º) para o ano-calendário de 2014.

36.2. Doações a Partidos Políticos

A Companhia, atendendo aos princípios de transparência e governança corporativa, informa que, em conjunto com as suas subsidiárias MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. e Pampeano Alimentos S.A., efetuaram doações a Partidos Políticos, no ano de 2014, no montante de R$ 2.780, com a total observância da legislação vigente, e ratificado pelo Comitê de Gestão através da ata de reunião, realizada em 03 de novembro de 2014.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2015, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia deliberou, face à comunicação da saída do Presidente Executivo da Marfrig, Sr. Sérgio Rial, nomeando o executivo Martin Secco Arias, antes CEO da Marfrig Beef Cone Sul, para substituí-lo a partir de 16 de fevereiro de 2015 na presidência executiva da Marfrig Global Foods.

Conselho de Administração

MARCOS ANTONIO M. DOS SANTOS - Presidente do Conselho
MARCIA A. P. MARÇAL DOS SANTOS - Conselheira
RODRIGO MARÇAL FILHO - Conselheiro
ALAIN EMILIE HENRY MARTINET - Conselheiro
DAVID G. MCDONALD - Conselheiro Independente
ANTONIO MACIEL NETO - Conselheiro Independente
CARLOS GERALDO LANGONI - Conselheiro Independente
MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA - Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

AXEL ERHARD BROD - Conselheiro Efetivo
EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI - Conselheiro Efetivo
ROBERTO LAMB - Conselheiro Efetivo
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER - Conselheiro Suplente
PETER VAZ DA FONSECA - Conselheiro Suplente
CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ - Conselheiro Suplente

Diretoria

SERGIO AGAPITO LIRES RIAL - Diretor Presidente
RICARDO FLORENCE DOS SANTOS - Diretor Administrativo Financeiro e DRI
HERALDO GERES - Diretor Jurídico
TANG DAVID - Diretor sem Designação Específica
RODRIGO MARÇAL FILHO - Diretor sem Designação Específica

Rogerio de Moraes Freitas
Contador – CRC nº 1SP226572/O-0

Parecer do Comitê de Auditoria

Local, Hora e Data: Em 27 de fevereiro de 2015, às 13h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco A, 5º Andar, Sala 01, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, sendo, Srs. Marcelo Maia de Azevedo Correa, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos e Marcos Antonio Molina dos Santos. **Composição da Mesa: Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Correa; **Secretário:** Marcos Antonio Molina dos Santos. **Ordem do Dia:** Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os membros do Comitê de Auditoria examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e, considerando o parecer da BDO RCS Auditores Independentes, **OPINAM** que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Mesa:

Marcelo Maia de Azevedo Correa – Presidente
Marcos Antonio Molina dos Santos – Secretário

Membros do Comitê de Auditoria:

Marcelo Maia de Azevedo Correa | **Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos** | **Marcos Antonio Molina dos Santos**

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes notas explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O Conselho Fiscal ao longo do exercício: acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia mediante entrevistas e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis e patrimoniais relevantes da Companhia, em sessões com representantes da Administração da Companhia e com os auditores independentes; acompanhou e discutiu com a Administração da Companhia as questões relevantes de gestão e desempenho dos negócios, indagou a Administração sobre o acompanhamento dos riscos relevantes, e sobre as divulgações aos acionistas, inclusive os informes trimestrais; visitou as unidades administrativas da Keystone Foods localizadas em Conshohocken, no Estado da Pensilvânia e Huntsville no Estado do Alabama e uma planta industrial localizada em Gadsden no Estado do Alabama; indagou a Administração quanto à efetividade dos controles internos por ela implantados e gerenciados; discutiu as premissas e revisou os cálculos relativos às avaliações de recuperabilidade de ativos (*impairment*) e de realização de créditos fiscais diferidos. **Conclusão:** Com base nesses trabalhos e evidências e à vista do Parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, os conselheiros fiscais opinam que as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, aprovados pelo Conselho de Administração, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral prevista para ocorrer em abril de 2015.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Axel Erhard Brod – Membro Efetivo
Eduardo Augusto Rocha Pocetti – Membro Efetivo
Roberto Lamb – Membro Efetivo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Marfrig Global Foods S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Marfrig Global Foods S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Marfrig Global Foods S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1SP 109628/O-0

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6